



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 106

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

ASSESSORIA DA MESA	Capa
TAQUIGRAFIA	1951
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1981

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, às dezenove horas e quarenta e três minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão – 1º Secretário; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhoras Deputadas Glaucione, Lúcia Tereza e Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foi **aprovado**, em segunda discussão e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria absoluta de votos, o **Projeto de Lei Complementar nº 020/15** de autoria da Mesa Diretora que “Altera Tabelas do Anexo I e o Anexo II da Lei Complementar nº

730, de 30 de setembro de 2013”, com 24(vinte e quatro) votos favoráveis. Foram **aprovados** em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos: **Projetos de Leis Ordinárias nºs.: 058/15** de autoria do Deputado Ribamar Araújo que “Dispõe sobre desconto de 50% nos ingressos de cinemas, teatros, eventos culturais, esportivos e de lazer para o cargo de Professor”; **072/15** de autoria do Deputado Laerte Gomes que “Dispõe sobre obrigatoriedade de *Shopping Centers*, hiper e supermercados em fornecer carrinhos motorizados aos portadores de mobilidade reduzida, idosos, gestantes e pessoas com limitação, e dá outras providências”, com um voto contrário do Deputado Alex Redano; **082/15** de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Torna obrigatória a informação aos usuários dos serviços de energia elétrica, no âmbito do Estado de Rondônia, de seus direitos, na forma que menciona”; **109/15** de autoria do Poder Executivo/M 103 que “Prorroga o prazo estabelecido na Lei nº 3499, de 30 de dezembro de 2014, que Autoriza o Poder Executivo a prorrogar em caráter excepcional, contratos emergenciais de socioeducadores do Estado de Rondônia”; **116/15** de autoria do Poder Executivo/M 111 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro até o montante de R\$ 554.264,72 em favor da unidade orçamentária Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia - FUNDIMPER”; **126/15** de autoria da Mesa Diretora que “Institui o Plano de Aposentadoria Incentivada – PAI e dá outras providências”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de procederem à eleição da Mesa Diretora para o Segundo Biênio, da Nona Legislatura. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às dezenove horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de junho do ano dois mil e quinze.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

**ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA NONA LEGISLATURA**

Ao primeiro dia do mês de julho do ano dois mil e quinze, às treze horas e dois minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência dos Senhores Deputados Edson Martins – 1º Vice-Presidente e Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão – 1º Secretário; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhora Deputada Rosângela Donadon; e ausências das Senhoras Deputadas Glaucione e Lúcia Tereza. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram **aprovados**, em segunda discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos: **Projetos de Leis Ordinárias nºs.: 005/15** de autoria do Poder Executivo/M 033 que “Dispõe sobre o acompanhamento e fiscalização, pelo Estado de Rondônia, das compensações e das participações financeiras previstas no artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição Federal, oriundas das concessões, permissões, cessões e outras modalidades administrativas para a exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural, entre outros recursos naturais, na forma que especifica e dá outras providências”; **044/15** de autoria do Deputado Maurão de Carvalho que “Autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Prevenção à Epilepsia e assistência integral às pessoas com epilepsia no Estado de Rondônia e dá outras providências”; **053/15** de autoria do Deputado Maurão de Carvalho que “Institui a Semana Estadual de Estudo e Conscientização sobre o Autismo, no Estado de Rondônia”; **080/15** de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Fica estabelecido que as concessionárias de veículo automotor sediadas no Estado de Rondônia plantem uma árvore para cada veículo novo vendido e dá outras providências”; **083/15** de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Obriga os supermercados e hipermercados e estabelecimentos similares, a divulgarem a data de validade dos alimentos e mercadorias postos em promoção em seus estabelecimentos”; **099/15** de autoria do Deputado Dr. Neidson que “Altera a ementa e acrescenta dispositivo à Lei nº 1989, de 26 de novembro de 2008”; **114/15** de autoria do Deputado Léo Moraes que “Dispõe sobre o Auxílio e Assistência do Estado às Vítimas de Violências, e dá outras providências”; **117/15** de autoria do Poder Executivo/M 112 que “Institui o Comitê Estadual de Articulação do Programa Territórios da Cidadania – CAE, dispõe sobre sua organização, funcionamento e dá outras providências”; **118/15** de autoria do Poder Executivo/M 113 que “Institui o Programa Rondônia Pró-Catador, o Comitê Interestadual para

Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, dispõe sobre sua organização e funcionamento e dá outras providências”; **119/15** de autoria do Poder Executivo/M 114 que “Cria o Comitê Estadual para a Política de Juventude no Estado de Rondônia – COEJUV/RO e dá outras providências”; **122/15** de autoria do Deputado Aécio da TV que “Dispõe sobre a proteção ao professor e ao servidor ou empregado da educação no Estado de Rondônia”; **123/15** de autoria do Deputado Edson Martins que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de concurso de remoção antes da realização de concursos públicos para contratação de Servidores Públicos do Estado de Rondônia e dá outras providências”; **124/15** de autoria do Deputado Lazinho da Fetagro que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução integral, e em espécie, do troco ao Consumidor de bens e serviços, nos estabelecimentos situados no Estado e dá outras providências”; **125/15** de autoria do Deputado Léo Moraes que “Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição de concursos públicos promovidos pelo Governo do Estado de Rondônia, aos doadores de Medula Óssea”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 092/15. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às treze horas e doze minutos do dia primeiro de julho do ano dois mil e quinze.

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA
DA NONA LEGISLATURA**

Ao primeiro dia do mês de julho do ano dois mil e quinze, às treze horas e vinte minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão – 1º Secretário; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Alex Redano, Ezequiel Júnior, Jesuíno Boabaid, Lebrão, Luizinho Goebel, Maurão de Carvalho e Senhora Deputada Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Aécio da TV, Airton Gurgacz, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Léo Moraes, Marcelino Tenório, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhoras Deputadas Glaucione e Lúcia Tereza. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. O Senhor Secretário procedeu à leitura da Mensagem nº 125, de 30 de junho de 2015 que “Convoca a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para reunir-se, extraordinariamente, nos dias 1º e 2 de julho de 2015” e das matérias objeto da convocação: Mensagens nºs.: 079/15, 100/15, 101/15, 102/15, 105/15, 108/15, 109/15, 120/15, 121/15, 123/15 e 124/15. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar esta sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciar as matérias constantes da Pauta de Convocação. Para

constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às treze horas e vinte e cinco minutos do dia primeiro de julho do ano dois mil e quinze.

**PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª SESSÃO LEGISLATURA**

REQUERIMENTO DEPUTADO ALEX REDANO – SD – Requer Voto de Pesar aos familiares de Pedro de Oliveira Filho, falecido em 30 de maio de 2015.

O Parlamentar que o presente subscreve na forma regimental, requer o Voto de Pesar aos familiares do Pedro de Oliveira, pelo seu falecimento ocorrido no dia 30 de maio de 2015.

JUSTIFICATIVA

Pedro de Oliveira Filho, nascido em 01/09/1928 em Minas Gerais, mas Ariquemense por escolha, Pedro de Oliveira atuou como agricultor, funcionário da Administração Pública Municipal, exercendo a função de Chefe de Gabinete em diferentes gestões; mas a sua grande contribuição para o desenvolvimento de Ariquemes se deu como fundador e membro ativo do Lions Clube Ariquemes Centro.

Como integrante de um dos clubes de serviço humanitário mais respeitado do mundo, Pedro de Oliveira contribuiu para a instalação da primeira emissora de TV na cidade, a Rede Amazônica Ariquemes afiliada da Globo. Pedro também ajudou a fundar a primeira creche e a primeira pré-escola da cidade, a Creche Madre Tereza de Calcutá e a escola Pingo de Gente. Na administração pública ele mostrou idoneidade e competência, exercendo a função de Chefe de Gabinete em diferentes gestões.

Na Associação Comercial e Industrial de Ariquemes (ACIA), Pedro de Oliveira Filho exerceu a função de Secretário Executivo, período em que conquistou a admiração dos empresários da cidade.

Popularmente conhecido como Seu Pedrinho, o aposentado era casado há 59 anos com a dona Assunção. Ele tinha cinco filhos e uma legião de amigos.

Plenário das Deliberações, 3 de junho de 2015
Dep. Alex Redano – SD

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO – PRP – Indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, a necessidade urgente da conclusão da obra do asfalto da rodovia RO-630, no município de Jarú, que faz a ligação com Tarilândia e Jaruaru.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Departamento de Estrada e Rodagem-DER, a necessidade urgente da conclusão do asfalto da RO-630, no trecho que vai da BR-364/Tarilândia, bem como no trecho que faz a ligação com o sub-distrito de Jaruaru.

JUSTIFICATIVA

A rodovia RO-630 tem uma extensão aproximada de 60 (sessenta) km e dá acesso ao distrito de Tarilândia saindo da BR-364, no município de Jarú. Essa rodovia teve o asfaltamento iniciado no governo anterior, quando foram asfaltados aproximadamente 40 km. Ela corta uma região onde moram aproximadamente 30 (trinta) mil pessoas. A região é servida com energia elétrica embora bem fraca. Jaruaru é um sub-distrito muito importante do ponto de vista estratégico, pois é dali que sai a maior produção agrícola e pecuária da região. A população do entorno é muito grande. Haja vista que para atender a necessidade dos filhos dos produtores ali foi instalada pelo governo do Estado uma escola Polo que atende diariamente aproximadamente 600 (seiscentos) alunos de toda a região.

Ali estão as terras mais produtivas de Rondônia e a produção agropecuária é muito expressiva. Produz-se arroz, feijão, milho, banana, inhame, mandioca, produção que precisa ser escoada para Jarú e outras cidades. A força da produção dessa região, no entanto, está na pecuária de corte e de leite e na piscicultura. Nessa região se concentra o grosso da bacia leiteira de Jarú e já desponta como grande produtora de peixe. São expressivas também as atividades suinocultura, ovinocultura e avicultura.

A RO-630 é a principal artéria coletora das linhas 625, 627, 628, 629, 632, 634 e 636. Por ela trafegam caminhões boiadeiros, caminhões tanques com leite resfriados, caminhões leiteiros que recolhem leite nas propriedades, carretas com gelo e peixe, caminhões com produtos agrícolas (banana, inhame, milho verde, mamão, batata, feijão, farinha, mandioca, verduras em folhas), caminhões tipo baú, transportando queijo para outras cidades, ônibus escolares, além de veículos pequenos, taxistas e motocicletas.

Em todo o trecho que foi asfaltado, o asfalto está bem deteriorado precisando que ser feita uma completa restauração. Tem muitos locais onde o acostamento trincou e cedeu, formando verdadeiras crateras. Como não foi feito maio-fio, o asfalto foi se perdendo de fora para dentro, cortando a rodovia em vários pontos. Já as pontes por serem de madeira e por nunca terem tido reparos, estão em estado de calamidade. Por outro lado o trecho da RO-630, até Jaruaru, numa extensão de mais ou menos 11 kms e é de terra batida. A situação nesse trecho é de calamidade. O DER precisa asfaltá-lo urgentemente sob pena de condenar as famílias que moram nas linhas 625, 627, 628, 629 e 636 ao isolamento total.

Tem ainda o agravante dos morros que por não terem sido rebaixados dificultam as carretas e baús de subirem, só subindo rebocados. Os produtores tem muita dificuldade de receber calcário, sal mineral e adubo, pois os caminhões sem rebocamento não tem condições de transpor os morros. O comércio da construção civil de Tarilândia e Jaruaru, também é penalizado, pois os fornecedores de material de construção como cimento, telhas, tijolos e outros produtos, encontram muitas dificuldades para levar esses produtos até lá. As ambulâncias também passam por muitos apertos para transportar os doentes, sobretudo em períodos de chuvas quando simplesmente não conseguem subir os morros. Os ônibus escolares em dias de chuvas também não sobem.

Portanto senhores parlamentares, pelo exposto, estamos diante de um grande desafio para o DER. Como se pode ver, a RO-630 precisa ser socorrida com urgência, pois é uma estrada diferenciada, com muita produção, mas também com muitos obstáculos e a população dessas localidades clamam por providências urgentes.

Plenário das Deliberações, 3 de junho de 2015.
Dep. Marcelino Tenório – PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Juriti, entre a rua Açaí e rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagem de Transportes/DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Juriti, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestruturas urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade. Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Juventus, entre a rua Rajá e rua Aquariquara, bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagem de Transportes/DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Rio Preto, entre a rua Rajá e rua Aquariquara, bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de

infraestruturas urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Pintassilgo, entre as ruas Monteiro Lobato e Peroba, bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Pintassilgo, entre as ruas Monteiro Lobato e Peroba, bairro Eldorado, do município de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestruturas urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 5 de maio de 2015.
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua São Miguel, entre a rua Juventus e rua Anari, bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua São Miguel, entre a Rua Juventus e Rua Anari, Bairro Eldorado, Município de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestruturas urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 5 de maio de 2015
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO – PRP – Indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a necessidade urgente da restauração da rodovia RO – 133, que liga o município de Theobroma ao município de Machadinho do Oeste.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental, ao Departamento de Estradas e a Rodagem – DER, a necessidade urgente da restauração da rodovia RO-133, antiga Linha 05, rodovia que liga os municípios de Theobroma, Vale do Anari e Machadinho do Oeste passando pelo Distrito de 5º BEC.

JUSTIFICATIVA

A rodovia RO – 133 tem uma extensão aproximada de 11 kms e faz a ligação dos municípios de Theobroma, Vale do Anari e Machadinho do Oeste, passando pelo Distrito de 5º BEC. Essa rodovia funciona também como corredor para os Estados de Mato Grosso e Amazonas. Ela corta uma região onde residem aproximadamente 90 (noventa) mil pessoas, com uma produção agropecuária muito expressiva. A economia daquela região é formada pelos produtos: leite, café, arroz, milho, além da madeira e do granito que é extraído no Distrito do 5º BEC. Na região do 5º BEC já despontam também as plantações de soja.

Por esta rodovia transitam diariamente caminhões trucados, bitrens, carretas, caminhões tanques, transportando combustível, madeira, café, leite, arroz, soja e milho, além de granito. Pela sua extensão, ela recebe também um trânsito muito intenso de veículos pequenos, ônibus e motocicletas. Em todo o trecho acima o asfalto está bem deteriorado tendo que ser feita uma completa restauração. O asfalto relativamente novo, pois foi aplicado no governo anterior. Tem muitos locais onde o asfalto já cedeu e formaram-se as panelas que com as chuvas vão deteriorando mais. Por outro lado, o acostamento já está totalmente no cascalho com mato tomando conta.

Portanto senhores parlamentares, é preciso que o governo do Estado através do DER faça a restauração dessa rodovia em toda sua extensão com a máxima urgência, pois essa rodovia além de ser a artéria dessa grande região, é

também estratégica para o nosso Estado, na medida em que dá saída para os Estados do Mato Grosso e Amazonas.

Plenário das Deliberações, 3 de junho de 2015
Dep. Marcelino Tenório – PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL – PV Indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a aquisição de uma unidade escolar composta de dez (10) salas e administrativo para atender o Setor Parque Industrial São Paulo abrangendo os bairros setor Zico, setor 6, 12, 13, Residencial Alphaville e Residencial Orleans – Município de Vilhena-RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a aquisição de uma unidade escolar composta de dez (10) salas e administrativo para atender o Setor Parque Industrial São Paulo abrangendo os Bairros setor Zico, setor 6, 12, 13, Residencial Alphaville e Residencial Orleans – Município de Vilhena-RO.

JUSTIFICATIVA

A solicitação se faz necessária para melhor atender aos alunos que encontra nos Bairros Setor Moisés de Freitas, abrangendo os bairros Cristo Rei, Setor 19, Setor Parque Industrial São Paulo abrangendo os Bairros setor Zico, setor 6, 12, 13. Residencial Alphaville e Residencial Orleans – Município de Vilhena-RO, a aquisição de uma unidade escolar composta de dez (10) salas e administrativo, acredito que com essa construção poderemos manter um ensino de qualidade, que resulte em um futuro promissor aos estudantes.

Plenário das Deliberações, 2 de junho de 2015
Dep. Luizinho Goebel - PV

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL – PV Indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a construção de uma unidade escolar com 10 (dez) salas de aula e administrativo no Distrito de Novo Plano, no Município de Chupinguaia/RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a construção de uma unidade escolar com 10 (dez) salas de aula e administrativo no distrito de Novo Plano, no município de Chupinguaia/RO.

JUSTIFICATIVA

A necessidade da Construção de uma unidade de escola com 10 (dez) salas de aula e administrativo no Distrito de Novo Plano, no Município de Chupinguaia/RO, far-se-á necessária devido ao aumento da população do referido Distrito. Com essa construção será evitado o excesso de alunos por sala de aula, tendo como consequência a melhoria do ensino e o aproveitamento do aluno.

Plenário das Deliberações, 1 de junho de 2015.
Dep. Luizinho Goebel - PV

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Quirino, entre as ruas Monteiro Lobato e Peroba, bairro Eldorado, do município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas De Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Quirino, entre as Ruas Monteiro Lobato e Peroba, bairro Eldorado, do município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Mogno, entre as ruas Monteiro Lobato e Peroba, bairro Eldorado, do município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Mogno, entre as Ruas Monteiro Lobato e Peroba, bairro Eldorado, do município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Juventus, entre a rua Pau Ferro e rua Araras, bairro Eldorado, do município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes/DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Rio Preto, entre a rua Pau Ferro e rua Araras, bairro Eldorado, do município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Angelim, entre a Rua Açaí e Rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado, do município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagens e Transportes/DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Angelim, entre a Rua Açaí e rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado, do município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES - PTB - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Anubis, entre a rua Juventus e rua Anari, bairro Eldorado, município de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que a presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes/DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua São Anubis, entre a Rua Juventus e Rua Anari, bairro Eldorado, do município de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos a pavimentação da rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontado município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 5 de maio de 2015.
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL - PV - Indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a construção de 5 (cinco) salas de aula na EEEFM Cecília Meireles município de Vilhena/RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a construção de 5 (cinco) salas de aula na EEEFM Cecília Meireles município de Vilhena/RO.

JUSTIFICATIVA

Para melhor atender aos alunos que encontram-se matriculados na EEEFM Cecília Meireles, localizada no bairro Bondanese, município de Vilhena/RO, e aos que pretendem estudar na mesma, é necessária a construção de 5 (cinco) salas de aula a fim de se manter um ensino de qualidade que resulte em um fruto promissor aos estudantes, e a obtenção de espaço e conforto maiores.

Plenário das Deliberações, 1º de junho de 2015.
Dep. Luizinho Goebel - PV

INDICAÇÃO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - PRP - Indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, a necessidade urgente da restauração da rodovia RO-464, que liga a BR-364 ao município de Theobroma.

O Parlamentar que este subscreve, indica na forma regimental, ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, a necessidade urgente da restauração da rodovia RO-464, que liga a BR-364 ao município de Theobroma.

JUSTIFICATIVA

A rodovia RO-464 tem uma extensão aproximada de 30 Kms e faz a ligação da BR-364 ao município de Theobroma. Essa rodovia é a entrada do grande corredor Vale do Anari - Machadinho do Oeste - Mato Grosso e Amazonas.

Por esta rodovia transitam diariamente caminhões trucados, bi-trens, carretas, caminhões tanques, transportando combustível, madeira, café, leite, arroz, soja e milho, além de granito. Recebe também um trânsito muito intenso de veículos pequenos, ônibus e motocicletas. Esse trecho foi recuperado pelo DER em 2014, mas ficou sem sinalização. Em alguns lugares ainda se identificam as marcações para as lombadas.

Portanto, é preciso que o DER providencie urgentemente a sinalização e a instalação das lombadas, pois por ser um trecho bem sinuoso, quem trafega por ali está sujeito a acidentes a todo momento.

Plenário das Deliberações, 3 de junho de 2015.
Dep. Marcelino Tenório - PRP

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de recuperar as linhas do distrito de Rio Pardo.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade de recuperar as linhas do Distrito de Rio Pardo.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Nossa propositura tem a finalidade de atender a reivindicação dos produtores rurais daquela região, através da solicitação do administrador de Rio Pardo. Tal propositura se faz necessária para melhorar a trafegabilidade daqueles que dependem das linhas vicinais para escoarem seus produtos. Atualmente as linhas vicinais do Distrito de Rio Pardo se encontram comprometida com vários buracos e em péssimas condições de trafegabilidade. Tal propositura se faz necessária para melhorar a trafegabilidade bem como proporcionar melhor qualidade de vida aos munícipes e evitar transtornos e acidentes com aqueles que utilizam essa rodovia diariamente.

Plenário das Deliberações, 2 de junho de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR - DEM - Indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade urgente da recuperação da cabeceira da ponte sobre o rio Jamari na RO 459 que dá acesso ao município de Alto Paraíso/RO.

Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao Governo do Estado, com cópia ao DER, a necessidade urgente da recuperação da cabeceira da ponte sobre o rio Jamari na RO 459 que dá acesso ao município de Alto Paraíso/RO.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição se dá pelo fato de que a situação da ponte é de certa forma temerária, tendo em vista que a cabeceira está apresentando uma depressão, inclusive com rachadura, o que requer uma vistoria do DER, órgão que tem especialistas no assunto e pode confirmar a necessidade de reparo da estrutura de concreto da obra.

Que só o fato de representar risco ao acesso à cidade e a rica região de Bom Futuro, pela rodovia estadual, já é por si só um entrave importante com prejuízos para o sistema de transporte e produtivo da região, se não houver uma ação rápida da autarquia estadual de estradas de rodagem, como trafegam veículos em excesso de peso, pode gerar um problema maior para o Estado com possível risco de isolamento da comunidade.

Um município que produz tanta riqueza não pode viver sobre a ameaça de um possível isolamento lembrando que pela ponte e pela RO-459 passa, além de carne, leite, peixe, arroz, café, mandioca e toda a cadeia produtiva decorrente do projeto da agricultura familiar, passa também por ela praticamente da produção de cassiterita da região.

Plenário das Deliberações, 3 de junho de 2015.

Dep. Adelino Ângelo Follador - DEM

REQUERIMENTO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO - PT - Requer Voto de Louvor a ser concedido na Sessão Solene que se realizará no dia 25 de junho de 2015, às 14h, no Plenário desta Casa de Leis, para homenagem aos desportistas pela valiosa contribuição ao Esporte no Estado de Rondônia, e como representantes do nosso Estado a nível nacional e internacional.

O Deputado que a este subscreve, atento a forma regimental descrita no art. 182, inciso XII, do Regimento Interno, requer Voto de Louvor a ser concedido na Sessão solene que se realizará no dia 25 de junho de 2015, às 14h, no Plenário desta Casa de Leis, para os desportistas acima indicados pela valiosa contribuição ao Esporte no Estado de Rondônia e como representantes do nosso Estado a nível nacional e internacional.

JUSTIFICATIVA

Ilustres Deputados!

A apresentação desta proposição tem por objetivo prestigiar, de forma honrosa e merecida, aos desportistas do nosso Estado, que através de suas atuações e conquistas,

fizeram a diferença por volta dos anos 60 e 70 e hoje, ainda são referência.

Antigamente, em vez de receberem medalhas de ouro, prata ou bronze, os atletas recebiam pelas suas vitórias, pequenos ramos de oliveira que representavam a suprema glória para a alma grega. Estes atletas, neste ato homenageados, se destacaram no esporte do nosso Estado, merecendo os louros de todas as vitórias conquistadas e, ainda que esta homenagem não tenha qualquer valor material, é uma necessária homenagem a estes desportistas, não apenas pelas vitórias alcançadas, mas, sobretudo, pela forma distinta e gloriosa que o nome do Estado sempre foi conduzido, inclusive a nível nacional e internacional, por estes atletas, ao lermos os currículos de cada um podemos constatar que todos detêm títulos de campeão, dentro e fora do Estado, e ainda hoje exercem atividades que têm o esporte como base, seja ajudando crianças, seja ensinando, ou apenas sendo um exemplo. Os desportistas a serem homenageados neste voto de louvor serão: ANTÔNIO RISOMAR LIMA – atleta RISOMAR, na categoria Futebol de Campo; CAETANO CARLOS SALGADOS DE ARAÚJO – atleta CAETANO, na categoria Futebol de campo; DILSON ALVES CARNEIRO – atleta DILSON, na categoria futebol de Campo; EDILZAMAR BARROS ARAGÃO – atleta DILZA, na categoria DILZA, na categoria Voleibol; ELISSANDRA REGINA CAVALCANTE – atleta NENÊ, na categoria futebol, feminino e como integrante da Seleção Brasileira; FRANCISO EDSON DOS SANTOS – atleta EDSON SANTOS, na categoria Futebol de Campo; FRANCISCO EDILSON DOS SANTOS – atletas EDILSON, na categoria Futebol de Campo; GERVÁSIO ALVES FEITOSA – atleta GERVÁSIO, na categoria Futebol, de Campo; JORGE DIRANE – atleta JORGE, na categoria Handball; JURANDIR SOARES DA SILVA – atleta EDÚ, na categoria Futebol de Campo; MARIA DUARTE DE MEDEIROS – NININHA, na categoria torcedora esportiva; MIGUEL SOUZA DA SILVA – atleta MIGUEL SILVA, na categoria natação; RUBENS MIRANDA FLÁVIO – atleta RUBINHO, na categoria Futebol de Campo; SAMUEL JOHNSON – atleta SAMUEL, na categoria basquetebol, SILVINHO SILVA, atleta SILVINHO, na categoria futsal; WALTER ALVES BRASIL FILHO – atleta WALTER, na categoria atletismo e, WALTER SANTOS BARBOSA – atleta WALTER SANTOS, na categorias, Futebol de Campo e radialista esportiva.

Desse modo, contamos com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Plenário das Deliberações, 2 de junho de 2015.

Dep. Lazinho da FETAGRO - PT

INDICAÇÃO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO - PP - Indica a necessidade urgente de um projeto definitivo para a recuperação da Estrada do Belmont no município de Porto Velho.

O Deputado que o presente subscreve, com base nos preceitos regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual através do Departamento de Estradas de Rodagem de Transportes – DER, necessidade urgente de um projeto definitivo para a recuperação da Estrada do Belmont no município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Como Vossas Excelências podem muito bem anuir e é do conhecimento de todas essas tem sido uma grande necessidade dos moradores, comerciantes e empresários de uma maneira em geral que estão estabelecidos numa região chamada de Terminal de Distribuição de Porto Velho. O fluxo de carretas, caminhões carregando e descarregando diversas mercadorias para abastecer o comércio local e outros estados é muito grande naquela região. Os empresários não tem o retorno do ICMS pago que tem um valor muito alto. Na Constituição em vigor, a liberdade de locomoção está garantida pelo inciso XV do art. 5º, que assim dispõe: "É livre a locomoção no Território Nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens". O direito à circulação é manifestação característica da liberdade de locomoção: direito de ir, vir, ficar, para, estacionar. O direito de circulação (ou liberdade de circulação) consiste na faculdade de deslocar-se de um ponto para o outro pela via pública ou afeta ao uso público. Em tal caso, a utilização da via não constituirá uma mera possibilidade, mas um poder legal exercitável.

Plenário das Deliberações, 2 de junho de 2015.
Deputado Maurão de Carvalho - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Amburana, entre a rua Açaí e rua Monteiro Lobato, Bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, INDICA ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes/DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Amburana, entre a rua Açaí e rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo à população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos já pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontamento município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância, do pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 5 de Maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Rio Preto, entre a rua Juventus e rua Vitória Régia, bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Rio Preto, entre a rua Juventus e rua Vitória Régia, bairro Eldorado, município de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo à população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos já pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontamento município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do Pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 5 de Maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Peroba, entre as ruas Virola e Araras, bairro Eldorado, do município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Peroba, entre as ruas Virola e Araras, bairro Eldorado, do município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo à população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos já pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontamento município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionarmos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do Pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 5 de Maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Roxinou, entre as ruas Peroba e rua da Beira, bairro Eldorado, do município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem de Transportes - DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Rua Roxinou, entre as Ruas Peroba e Rua da Beira, Bairro Eldorado, do Município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos já pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontamento município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionamos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do Pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 5 de Maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Canela, entre as ruas Monteiro Lobato e Peroba, bairro Eldorado, do município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, **INDICA** ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes/**DER** a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da Canela entre as ruas Monteiro Lobato e Peroba, bairro Eldorado, do município de Porto Velho.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos já pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontamento município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionamos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do Pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 5 de Maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LÉO MORAES – PTB – Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da rua Freijó, entre a rua Açai e rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado, do município de Porto Velho – RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, em uso de suas atribuições legais e observando as formalidades regimentais, indica ao Poder Executivo com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes/DER a necessidade de providenciar pavimentação asfáltica da rua Freijó, entre a rua Açai e rua Monteiro Lobato, bairro Eldorado, do município de Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Nossa proposição tem por objetivo fortalecer parcerias com as prefeituras, almejando o fortalecimento de infraestrutura urbana, oferecendo a população condições adequadas para trafegar em vias públicas, ao qual observando estes princípios que indicamos já pavimentação da Rua acima citada, buscando sanar as necessidades da comunidade residente na localidade.

Outrossim, vale ressaltar que o apontamento município não dispõe de recursos próprios para concretização deste pleito, necessitando de auxílio do Estado para proporcionamos investimentos de infraestrutura da nossa Capital.

Diante da relevância do Pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, em 5 de Maio de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL - PV - Indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a aquisição de uma unidade escolar composta de dez (10) salas e administrativos para atender o Setor Moisés de Freitas, abrangendo os bairros Cristo Rei, Setor 19, Setor 20, Residencial Alvorada, Parque São Pedro, Parque Industrial Novo Tempo, Residencial Cidade Verde, Barão do Melaço I, II e III e bairro Bela Vista e Alto dos Parecis – município de Vilhena – RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a aquisição de uma unidade escolar composta de dez (10) salas e administrativos para atender o Setor Moisés de Freitas, abrangendo os bairros Cristo Rei, Setor 19, Setor 20, Residencial Alvorada, Parque São Pedro, Parque Industrial Novo Tempo, Residencial Cidade Verde, Barão do Melaço I, II e III e Bairro Bela Vista e Alto dos Parecis – município de Vilhena – RO.

JUSTIFICATIVA

A solicitação se faz necessária para melhor atender aos alunos que encontra nos Bairros Setor Moisés de Freitas, abrangendo os bairros Cristo Rei, Setor 19, Setor 20, Residencial Alvorada, Parque São Pedro, Parque Industrial Novo Tempo, Residencial Cidade Verde, Barão do Melaço I, II e III e Bairro

Bela Vista e Alto dos Parecis – município de Vilhena-RO, a aquisição de uma unidade escolar composta de dez (10) salas e administrativo visa o aumento da quantidade de alunos e a obtenção de um espaço e um conforto maior para os alunos que reside nesses Bairros citado acima.

Plenário das Deliberações, 2 de junho de 2015.
Dep. Luizinho Goebel - PV

INDICAÇÃO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL – PV - Indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a construção de 5 (cinco) salas de aula na EEEFM Paulo Freire Município de Vilhena/RO.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Governador do Estado de Rondônia, interceder junto aos órgãos competentes, a construção de 5 (cinco) salas de aula na EEEFM Paulo Freire Município de Vilhena/RO.

JUSTIFICATIVA

A solicitação se faz necessária para melhor atender aos alunos que encontram-se matriculados na EEEFM Paulo Freire, localizada no Bairro Jardim Eldorado, Município de Vilhena/RO, e aos que pretendem estudar na mesma. A construção das 5 (salas) de aula visa o aumento da qualidade de ensino e a obtenção de um espaço e um conforto maior.

Plenário das Deliberações, 1 de Junho de 2015.
Dep. Luizinho Goebel - PV

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª SESSÃO LEGISLATURA

REQUERIMENTO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Requer à Mesa Diretora que sejam convocados os representantes do Executivo e representante da empresa responsável pela obra.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma do art. 29, XVIII, c/c art. 31, § 3º da Constituição Estadual e do art. 179, inciso III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado, requer à Mesa Diretora que sejam convocados o Diretor Geral do DER, Procurador Geral do DER, Chefe do Setor de Engenharia do DER e o Engenheiro responsável pela fiscalização da Obra, representante da empresa responsável pela obra e Representante da empresa segunda colocada no certame licitatório, para participar da Audiência Pública, reagendada para o dia 25/06/2015, às 9h, no Plenário da Câmara Municipal de Ji-Paraná, para discutirmos sobre a obra do Anel Viário de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Nossa propositura é convocar os representantes do executivo e das empresas primeira colocada e segunda

colocada, para resolvermos a questão da obra do Anel viário de Ji-Paraná, que se encontra paralisada há mais de 6 (seis) meses.

Plenário das Deliberações, 8 de junho de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

REQUERIMENTO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL - Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir a respeito do trânsito na cidade de Porto Velho/RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, na forma regimental, a realização de Audiência Pública no dia 8 de outubro de 2015, às 9h da manhã, com a finalidade de discutir a respeito do trânsito na cidade de Porto Velho/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Esta propositura visa a realização de uma Audiência Pública, no dia 8 de outubro de 2015 às 9h da manhã, para discutir a questão do trânsito na região que engloba o Poder Judiciário (Tribunal de Contas), EMATER - RO e Centro Político Administrativo Rio Madeira (CPA) da cidade de Porto Velho/RO, região esta que é próxima ao novo prédio da Assembleia Legislativa.

Plenário das Deliberações, 3 de junho de 2015.
Dep. Luizinho Goebel - PV

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO - SD - Indica ao Poder Executivo Estadual junto aos órgãos competentes de sua administração que tenham avidez quanto a conclusão da obra do presídio no município de Ariquemes.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual junto a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC e Secretaria de Estado e Justiça - SEJUS, que tenham avidez quando a conclusão das obras do presídio no município de Ariquemes.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores desta Egrégia Casa de Leis,

A presente indicação tem como objeto principal a necessidade da conclusão da obra do presídio no município de Ariquemes, haja vista a superlotação no Sistema Carcerário. É de conhecimento de todos que os presídios de nosso Estado já não estão mais comportando os números exorbitantes de infratores neles reclusos, então se faz necessário que nosso Executivo seja ávido quanto a conclusão da obras e realização de concursos para agentes penitenciários e demais profissionais necessários para funcionamento da instalação ora citada.

Devemos ressaltar que a real eficácia de dá pela luta para que nossos jovens não entrem no mundo do crime. Mas a indicação ora feita é com intuito de mediar o sistema de

ressocialização dos apenados, pareado a manutenção da esfera de segurança pública.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.
Dep. Alex Redano - SD

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO - SD - Indica ao Poder Executivo Estadual junto ao Departamento de Estrada e Rodagem - DER, a necessidade de cascalhamento da Linha 2 que dá acesso do Distrito de Três Coqueiros ao município de Buritis.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual junto ao Departamento de Estrada de Rodagem de Transporte - DER, a necessidade de cascalhamento da Linha 2 que dá acesso ao distrito de Três Coqueiros ao município de Buritis.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados desta Egrégia Casa de Leis,

A propositura ora apresentada se faz necessária devido a aclamação da comunidade que reside e trafega nas proximidades do distrito de Três Coqueiros e município de Buritis, sendo que a Linha-2 momento citada é o único trecho que liga ambas as cidades referida anteriormente.

A Linha-2 se encontra em situação precária, sendo que sua totalidade é composta de atoleiros e grandes buracos, mesmo veículo de grande porte dotados de tração ainda sim encontram dificuldades, ou seja, veículos menores, bicicletas e pedestres não conseguem transita nesta via.

Haja vista também a grande circulação de moradores que são aproximadamente 1000 (mil) famílias.

Diante das necessidades momento apresentadas, solicito encarecidamente que o Executivo olhe por esta comunidade e providencie com empenho as manutenções necessárias.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.
Dep. Alex Redano - SD

INDICAÇÃO DEPUTADO AÉLCIO DA TV - PP - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ataúfo Alves, bairro São Francisco em Porto Velho - RO.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de pavimentação asfáltica na rua Ataúfo Alves, bairro São Francisco, em Porto Velho-RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Na falta de uma resposta dos órgãos municipais, fui procurado por diversos moradores da rua acima citada, solicitando a intercessão junto ao Governo Estadual a fim de trazer solução a um problema que se estende por vários anos.

Durante o período das chuvas, a população sofre por não poder acessar suas residências por conta dos alagamentos e atoleiros que se prolongam por vários dias. E quando as chuvas cessam, a poeira trás enorme desconforto, atingindo principalmente as crianças com diversas doenças respiratórias.

Ciente do compromisso de representar estes cidadãos, conto, portanto, com o apoio dos nobres Deputados, à aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015.
Dep. Aécio da TV

REQUERIMENTO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Requer a Mesa Diretora que seja alterado o horário de início da Audiência Pública para debater as propostas de Reforma Política em análise no Congresso Nacional.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental que seja alterado para as 14h (quatorze horas) o horário de início, com término previsto às 22hs, da Audiência Pública designada para o dia 25 de junho do corrente ano para fins debater as propostas de Reforma Política em análise no Congresso Nacional.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Nosso pedido se justifica uma vez que dada a relevância da matéria a ser debatida com diversas entidades estudantis, Faculdades e mesmo a comunidade manifestaram interesse em participar. Dessa forma, entendemos que o horário vespertino é mais apropriado para a realização da audiência pública posto que os alunos das Faculdades e servidores públicos poderão de uma melhor forma adequarem-se de modo que permitam a participação de todos os interessados.

Assim, diante da importância da matéria pedimos a aprovação pelos nossos Pares.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.
Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de asfaltamento da rua Antônio Maria Valença, Pedro Albeniz e demais ruas adjacentes, no bairro Aponiã, nesta Capital.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo a necessidade urgente de asfaltamento da rua Antônio Maria Valença, Pedro Albeniz e demais ruas adjacentes, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade

de asfaltamento das ruas Antônio Maria Valença, Pedro Albeniz e demais ruas adjacentes, no bairro Aponiã, nesta Capital.

O motivo desta indicação, é que os moradores deste bairro estão reivindicando atenção das autoridades públicas, no que tange a situação caótica da rua esburacada, cheia de poeira e lama, na busca de solução do problema e para que ocorra mobilidade urbana eficiente dos transeuntes.

Portanto, a população em geral são os maiores prejudicados por falta de responsabilidade do Poder Executivo, tendo em vista que o problema supracitado está presente na maioria das ruas da Capital.

Desta feita, ressalto a Lei Complementar nº 311 de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Porto Velho, conforme estabelece o art. 22, incisos I, II, III e IV:

“Art. 22 O sistema viário urbano, um dos elementos estruturadores do espaço urbano, tem por objetivo:

I - garantia da circulação de pessoa e bens no espaço urbano, de forma cômoda e segura;

II - possibilidade de fluidez adequada do tráfego;

III - garantia do transporte, em condições adequadas de conforto;

IV - atendimento às demandas do uso e ocupação do solo”.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das deliberações, 15 de junho de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

REQUERIMENTO DEPUTADO LEO MORAES - PTB - Requer a Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública, nesta Casa de Leis para deliberar sobre o passe Livre Estudantil para Rede de Ensino no Estado de Rondônia.

O Parlamentar que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental que seja realizada a Audiência Pública no plenário da Assembléia Legislativa de Rondônia no dia 27 de agosto de 2015, com início 9h, para debater sobre o “Passe Livre” para Rede de Ensino no Estado de Rondônia. Autoridades e Entidades a serem convidadas: Governador do Estado de Rondônia, senhor Confúcio Moura, Prefeito de Porto Velho, senhor Mauro Nazif, Câmara Municipal de Porto Velho, Secretário de Transporte de Porto Velho, senhor Coronel Guttemberg, Ministério Público do Estado de Rondônia, Defensoria Pública do Estado de Rondônia, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, União Rondoniense Estudante Secundarista, Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rondônia - OAB, Diretório Central dos Estudantes Universidade Federal de Rondônia - DCE, Universidade Federal de União Nacional dos Estudantes - UNES.

JUSTIFICATIVA

O Passe Livre Estudantil vai além do debate do transporte público: é uma política estratégica para educação, pois ajuda

e estimula os estudantes de baixa renda a permanecerem na instituição de ensino, diminuindo a evasão escolar e aumentando a qualidade no aprendizado. Quem passou pela universidade sabe do custo que tem para manter em dia as fotocópias dos textos trabalhados em sala de aula, o preço da alimentação no Campus, a moradia e o caro transporte público privado.

A Fundação Getúlio Vargas realizou uma pesquisa em 2009 chamada “Motivos da Evasão Escolar”, em que avaliaram a situação da educação nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil. Os motivos da evasão escolar são variáveis, porém chamam atenção os 10,9% que responderam que falta as aulas por dificuldades de acesso à escola. O restante apontou a necessidade de trabalho, geração de renda e falta de interesse em estudar. A pesquisa revelou que a taxa de evasão escolar é maior nas regiões mais ricas: São Paulo (19,43%), e Porto Alegre (18,70%) tem os maiores índices de abandono de um ano para o outro.

É sabido que a maioria dos alunos da rede de ensino público em nosso Estado, são de famílias assalariadas, é de grande relevância que os custos com transporte público para frequentarem as escolas do ensino fundamental, ensino médio, escolas técnicas e profissionalizantes públicas, Universidades e Faculdades privadas que tiveram benefícios como FIES e PROUNI, tenham a contribuição do Estado. No art. 208 do CF, encontram-se as obrigações do Estado, quanto ao oferecimento do ensino público. São garantias asseguradas aos educando, cuja finalidade é o efetivo exercício do direito à educação, e o transporte é uma delas.

Diante da relevância deste pleito, conto com a aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 1 de junho de 2015.

Dep. Leo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON PT do B - Indicação ao Poder Executivo do Estado de Rondônia com cópias ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, a necessidade em disponibilizar 8 (oito) Caçambas, 3 (três) Patróis, 3 (três) Pás-carregadeiras, 1(um)Rolo Compactador e 1 (uma) Retroescavadeira pelo prazo de 30 (trinta) dias, com intuito de dar início na recuperação das Avenidas, localizadas no município de Guajará-Mirim.

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o douto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO, a necessidade de disponibilizar 8 (oito) Caçambas, 3 (três) Patróis, 3 (três) Pás-carregadeiras, 1(um)Rolo Compactador e 1 (uma) Retroescavadeira pelo prazo de 30 (trinta) dias, com intuito de dar início na recuperação das Avenidas, localizadas no município de Guajará-Mirim.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação, é solicitar junto ao Executivo Estadual com cópias ao Departamento de Estradas de Rodagem

e Transportes - DER/RO a necessidade em disponibilizar 8 (oito) Caçambas, 3 (três) Patrões, 3 (três) Pás-carregadeiras, 1(um)Rolo Compactador e 1 (uma) Retroescavadeira pelo prazo de 30 (trinta) dias, visando atender toda população residente no município de Guajará-Mirim e região. Verifica-se que grande parte das avenidas sofreu com o grande volume de chuvas ocorridas naquela região, pois, contudo há necessidade em recuperá-las. Desta forma, cabe esclarecer que comerciantes, produtores rurais, bem como toda população de Guajará-Mirim, que utilizam as avenidas como meio de passagem padecem com as dificuldades ao se deslocarem para vender seus produtos. No mesmo diapasão, constata-se as diversas reivindicações e reclamações por parte de populares que ali residem.

No entanto, a presente indicação tem o intuito de contribuir em caráter de urgência, com o início dos trabalhos de recuperação das avenidas que foram danificadas pelas chuvas, pois o caso requer.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em Plenário.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.
Dep. Neidson PT do B

PROJETO DE LEI DEPUTADO DR. NEIDSON – PT do B –
Disciplina sobre o sistema de inclusão e exclusão dos nomes de consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Fica dispensada a autorização do devedor no caso de inclusão em cadastro ou banco de dados de consumidores, de serviços de proteção ao crédito ou congêneres, de qualquer informação de inadimplemento, porém, se a dívida ainda não foi protestada ou se a dívida não estiver sendo cobrada diretamente em juízo, deverá o devedor ser previamente comunicado por escrito, e comprovado, mediante o protocolo de aviso de recebimento (AR) devidamente assinado, em endereço fornecido pelo devedor.

Art. 2º O credor deverá indicar o nome ou razão social, natureza da dívida, meio e condições com prazo para pagamento da dívida, antes de efetivar a inscrição.

Parágrafo único – O devedor terá o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para quitar o débito ou apresentar recibo do comprovante de pagamento, antes de ter efetivamente seu nome nos cadastros de proteção ao crédito.

Art. 3º A inscrição somente será efetiva quando as empresas que mantêm os cadastros de consumidores residentes no Estado de Rondônia, apresentar e exigir dos credores documentos que comprovem a natureza da dívida, sua exigibilidade e inadimplência por parte do consumidor.

Art. 4º As empresas serão obrigadas a manter canal direto de comunicação, indicados expressamente no aviso de inscrição, possibilitando a defesa e apresentação de contraprova por parte

do consumidor por parte do consumidor, evitando a inscrição indevida.

Parágrafo único – No caso de comprovação por parte do consumidor sobre a existência de erro ou inexatidão sobre o fato informado, fica a empresa obrigada a reairar, independentemente de manifestação dos credores, os dados cadastrais indevidos, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente propositura tem a finalidade de garantir aos consumidores, além do direito à informação escrita e o motivo que levou o indeferimento de crédito, a certeza e segurança de que eles serão devidamente comunicados, quando da inscrição de seus nomes pessoais nos cadastros e bancos de dados de consumidores, de serviços de proteção ao crédito ou congêneres, explorados por empresas prestadas dos serviços de informações creditícias para as instituições financeiras, associações comerciais e clubes lojistas.

A comunicação escrita é direito do consumidor, consagrado no Art. 43, §2º, da Lei nº 8.078/90, o Código do Consumidor, *in verbis*.

“Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicado por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele”.

Assim a comunicação prévia escrita, consubstanciada na exigência da comprovação de sua entrega ao consumidor, por sua vez, funciona como prevenção aos direitos civis suspensos nos casos de inserções equivocadas ou mesmo realizadas com a finalidade de exigir do consumidor o pagamento de importâncias indevidas, que acabam acarretando, injustamente, abalos creditícios, e ocasionado verdadeiros transtornos a vida do consumidor.

Por outro lado, a dispensa da comprovação da entrega da comunicação escrita prevista n referido Código, apenas beneficia os grupos ou empresas detentoras do monopólio da exploração dos serviços de informações creditícias em nome das instituições financeiras e dos serviços de proteção ao crédito das associações comerciais deste País.

Assim, a aprovação por esta nobre Casa de Leis da presente propositura, consolida todas as garantias e seguranças contidas do Código de Defesa do Consumidor.

Por fim, vale ressaltar que a presente propositura propõe o restabelecimento dos direitos previstos na Lei nº 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e consagrados pela justiça (doutrina e jurisprudência), na proteção e defesa dos consumidores brasileiros, que sombra de dúvidas é a parte mais frágil na relação de consumo, exigindo, antes de qualquer ato de negativação nos serviços de proteção ao crédito, a devida comprovação da entrega da comunicação prévia, escrita, ao consumidor, mediante protocolo de

recebimento assinado (AR), quando não tratar de dívida que tenha sido protestada ou seja estejam sendo cobrada diretamente em juízo.

Plenário das Deliberações, 18 de maio de 2015.
Dep. Neidson de Barros Soares - PT do B

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO SEZEQUIEL JÚNIOR - PSDC e GLAUCIONE RODRIGUES - PSDC - Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **José Maria Eymael**.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor José Maria Eymael, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Senhor José Maria Eymael, nasceu na cidade Porto Alegre - RS, no dia 02 de novembro de 1939, casado tem dois filhos e cinco netos e uma bisneta, foi o responsável pela organização do partido social democrata cristão (PSDC) no Estado, partido esse que presta serviços ao Estado, na Assembleia e nas Camaras municipais, contribuindo nas decisões políticas que beneficiam a sociedade rondoniense. Este que concorreu as candidaturas presidenciais nos anos de 1998, 2006, 2010 e 2014.

Plenário das Deliberações, 2 de junho de 2015.
Dep. Ezequiel Júnior - PSDC
Dep. Glaucione Rodrigues - PSDC

INDICAÇÃO DEPUTADO LAERTE GOMES - PEN - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de reformar as dependências da Sede da Residência do DER em Alvorada do Oeste.

O Parlamentar que o presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de reformar as dependências da Sede da Residência do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, em Alvorada do Oeste.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Com a presente proposição estaremos fornecendo melhor estrutura de trabalho para os servidores do DER em Alvorada do Oeste, criando um sinergia entre os programas e projetos do DER, que por falta de manutenção corretiva e preventiva encontra-se em péssimo estado de conservação.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.
Dep. Laerte Gomes - PEN

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto a Secretária de Estado da Educação - SEDUC, sobre a necessidade de reforma e ampliação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Benedito Laurindo Gonçalves, localizada no município de Parecis/RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado sobre a necessidade de reforma e ampliação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Benedito Laurindo Gonçalves, localizada no município de Parecis/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

A Escola Benedito Laurindo localizada na rua Judite Jesus de Oliveira, centro, no município de Parecis/RO, com aproximadamente 320 alunos a grande maioria oriundos da zona rural e um corpo técnico em torno de 48 professores, zeladores e administrativos, vem sofrendo com as más condições das instalações.

Cabe ressaltar que a referida escola encontra-se com suas instalações elétricas, hidráulicas e estrutural muito deteriorada, precisando urgentemente de reparos no muro que se encontra parte caído pelas fortes chuvas, construção de uma nova caixa de água e reservatório, reforma dos banheiros que atende os alunos, construção de banheiros para os servidores, ainda a necessita de reparos e substituição de itens que se tornam indispensáveis para o bom andamento e atendimento aos alunos e servidores que a utilizam, melhorando assim a aprendizagem bem como a qualidade nos serviços prestados pelos servidores.

Conto com o apoio dos nobres parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre governador para atender a referida reivindicação.

Plenário das Deliberações, 3 de junho de 2015.
Dep. Só na Bença - PMDB

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO - SD - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade da implantação de um posto do IDARON, no distrito de Três Coqueiros no município de Campo Novo de Rondônia.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual a necessidade da implantação de uma Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON, no distrito de Três Coqueiros no município de Campo Novo de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores desta Egrégia Casa de Leis,

A proposição ora apresentada se faz necessária devido aos incessantes pedidos de implantação de um posto do IDARON, pela comunidade do distrito de Três Coqueiros, em Campo Novo de Rondônia.

A comunidade de Três Coqueiros carece de um posto do IDARON para realizar as devidas competências e exigências quanto a produção interna, sendo que no presente momento mais de 1000 (mil) famílias se deslocam até o distrito de Rio Branco para utilizarem o Posto.

Haja vista as necessidades supracitadas, solicito encarecidamente ao Poder Executivo junto aos órgãos de sua administração que providencie o quanto antes este Posto.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.

Dep. Alex Redano - SD

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO - SD - Indica ao Poder Executivo Estadual junto ao Departamento de Estradas e Rodagem que providencie a manutenção de cascalho e patrolamento na Linha 72 na travessão do Km 58 ao 60, no município de Buritis.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual junto ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, que providencie a manutenção de cascalho e patrolamento na Linha 72 na travessão do Km 58 ao 60, no município de Buritis.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores desta Egrégia Casa de Leis,

Essa propositura se faz necessária devido a uma aclamação no município de Buritis pela manutenção das estradas locais, onde o trecho supracitado se encontra intrafegável. Não dispondo de muitas alternativas, a comunidade local sofre com a locomoção devido essa depreciação pelas chuvas e pouca manutenção. Carros de pequeno porte já não se arriscam mais a trafegar neste trecho, tendo a certeza que os atoleiros não permitiriam. Em vista disso, venho pedir ao nosso Executivo que dê atenção aos nossos moradores de Buritis que muito precisam de auxílio.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.

Dep. Alex Redano - SD

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA - PMDB - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, sobre a necessidade de construção de uma ponte de alvenaria no distrito de Novo Plano, localizado no município de Chupinguaia/RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado sobre a necessidade de construção de uma ponte de alvenaria na linha 105 sobre o Rio Pimenta no distrito de Novo Plano, localizado no município de Chupinguaia/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

Tal pedido possui caráter de urgência, pois nesta vicinal trafega diariamente ônibus escolar, caminhões que transporta uma grande quantidade de gado de corte, e caminhões transportando grãos. É sabido que no período chuvoso fica pior a trafegabilidade sobre a ponte de madeira já bem deteriorada, oferecendo risco aos que necessitam da passagem.

É importante ressaltar a importância da obra para a economia do Distrito bem como para o município de Chupinguaia/RO.

Conto com o apoio dos nobres parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre Governador para atender a referida reivindicação.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.

Dep. Só na Bença - PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADA LÚCIA TEREZA - PP - Requer ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Confúcio Moura, com cópia para o Secretário de Estado da SEJUS, a construção do Presídio no município de Espigão do Oeste/RO.

A Parlamentar que abaixo subscreve, requer na forma regimental, seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Confúcio Moura, com cópia para o Secretário de Estado da SEJUS, pedido de providências no sentido de que seja construído um Presídio no município de Espigão do Oeste/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

Trata-se de uma triste realidade as condições subhumano que o Estado oferece aos apenados na antiga Cadeia pública de Espigão do Oeste, hoje levado a categoria de Presídio para cumprimento de pena de presos condenados.

Além da superlotação, os apenados convivem com condições sanitária imprópria que chega ao inacreditável, contato quase que diário com dejetos que retornam a unidade prisional em decorrência da fossa existente não ter capacidade de absorver a quantidade de dejetos e água de servida produzida em seu interior. Nesse aspecto, o Estado já sofreu Ação Civil Pública do Ministério Público Estadual para que providenciasse o esgotamento diário da fossa ou das fossas como meio paliativo que atenuie as condições insalubres que sofrem os apenados no cumprimento da pena.

Essa situação é vergonhosa para o Estado de Rondônia e cara ao erário a longo prazo, já que qualquer apenado que esteja nesta Unidade pode recorrer a justiça pedindo indenização por viverem em condições insalubres. Não basta o nosso Estado ter sido condenado pela corte Interamericana de Justiça por fatos ocorridos no Presídio Urso Branco, para que ofereça condições prisionais, garantindo o mínimo direito que o apenado tem que é pelo menos a garantia de sua saúde.

Em 22 de maio do corrente encaminhamos ao Secretário da SEJUS e-mail solicitando informações concretas sobre aquela Unidade Carcerária e fomos informados que até o dia 5 de junho estaríamos recebendo respostas com relação as

indagações solicitadas por essa parlamentar, mas até a presente data nenhuma resposta foi recebida. Em decorrência da situação resolvemos então fazer o presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.
Dep. Lúcia Tereza - PP

INDICAÇÃO DEPUTADO DR. NEIDSON - PT do B - Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópias aos órgãos competentes, a necessidade em disponibilizar instrumentos musicais de fanfarras para o núcleo de apoio das Escolas Estaduais, localizadas no município de Nova Mamoré/RO.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o duto Plenário, na forma regimental, indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópias aos Órgãos competentes, a necessidade em disponibilizar instrumentos musicais de fanfarra para Escolas Estaduais, localizadas no município de Nova Mamoré/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A presente indicação visa atender aos estudantes das Escolas Estaduais de Nova Mamoré, de modo a contribuir para a noção de espaço e tempo, trabalhando o ritmo e a expressão corporal dos alunos. A música é uma modalidade de suma importância para a vida de toda comunidade e faz parte da educação, pois é uma linguagem traduzida em formas sonoras, estendendo-se a mais nobre capacidade de expressão e comunicação, sentimentos e pensamentos.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, preceitua a seguinte redação *in verbis*:

Art. 1º - "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais". (grifos nossos)

Cumprе esclarecer que a presente proposição se refere ao pedido de instrumentos musicais e temos como um dos mais necessários os Bumbus, Caixinhas, Surdos, Quadrilhões, Pratos e Peles para reposição dos instrumentos.

Sabe-se que as Escolas Estaduais localizadas no município de Nova Mamoré, necessitam de um incentivo mais incisivo no que tange as práticas de fanfarras e bandas, eis que, as atividades musicais inseridas nas Escolas, ajudam para criação de relacionamento sócio-cultural dos estudantes alcançando melhor interação entre a comunidade e as escolas.

Desta forma, verifica-se também, que a música na escola se dá com a imagem institucional, sendo reafirmada com a demonstração das apresentações, reforça na aquisição da disciplina escolar e na ocupação e produtividade dos alunos, ocupa o tempo ocioso das crianças e adolescentes e ajuda na formação integral.

Entretanto, constata-se que as bandas de fanfarras apresentadas pelos alunos das Escolas Estaduais, desenvolve a criatividade daqueles e descobre novos talentos da música, afinal a música é elemento incentivador para uma vida melhor.

Assim sendo e com todo o supramencionado, solicitamos aos nobres Pares, especial atenção ao pleito, pedindo desde já a sua aprovação em plenário.

Plenário das Deliberações, 8 de junho de 2015.
Dep. Neidson de Barros Soares - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de asfaltamento da rua Dener, no bairro Socialista, nesta Capital.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo a necessidade urgente de asfaltamento da Rua Dener, no bairro Socialista, nesta capital.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao Órgão competente, sobre a necessidade urgente de asfaltamento da rua Dener, no bairro Socialista, nesta Capital.

O motivo desta indicação, é que os moradores desta Rua estão reivindicando atenção das autoridades públicas, no que tange a situação caótica da rua esburacada, cheia de poeira e lama, na busca de solução do problema e para que ocorra mobilidade urbana eficiente dos transeuntes.

É importante frisar, que a poeira é causa para o aparecimento de alergias e doenças respiratórias, sendo assim, as pessoas que vivem em ruas empoeiradas e esburacadas sofrem em dobro com o problema, como por exemplo, as crianças pro possuírem a imunidade mais baixa, sofrem com as gripes, e também os gastos com remédios por parte dos pais.

Portanto, a população em geral são os maiores prejudicados por falta de responsabilidade do Poder Executivo, tendo em vista que o problema supracitado está presente na maioria das ruas da Capital.

Desta feita, ressalto a Lei Complementar nº 311, de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Porto Velho, conforme estabelece o art. 22, incisos I, II, III e IV:

"Art. 22 - O sistema viário urbano, um dos elementos estruturadores do espaço urbano, tem por objetivo:

I - garantia da circulação de pessoas e bens no espaço urbano, de forma cômoda e segura;

II - possibilidade de fluidez adequada do tráfego;

III - garantia do transporte, em condições adequadas de conforto;

IV - atendimento às demandas do uso e ocupação do solo".

Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 12 de junho de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - PT do B - Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de asfaltamento da rua Principal, no bairro Novo Horizonte, nesta capital.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo a necessidade urgente de asfaltamento da rua Principal, no bairro Novo Horizonte, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade urgente de asfaltamento da rua Principal, no bairro Novo Horizonte, nesta Capital.

O motivo desta indicação, é que os moradores desta rua estão reivindicando atenção das autoridades públicas, no que tange a situação caótica da rua esburacada, cheia de poeira e lama, na busca de solução do problema e para que ocorra mobilidade urbana eficiente dos transeuntes.

É importante frisar, que a poeira é causa para o aparecimento de alergias e doenças respiratórias, sendo assim, as pessoas que vivem em ruas empoeiradas e esburacadas sofrem em dobro com o problema, como por exemplo, as crianças pro possuírem a imunidade mais baixa, sofrem com as gripes, e também os gastos com remédios por parte dos pais.

Portanto, a população em geral são os maiores prejudicados por falta de responsabilidade do Poder Executivo, tendo em vista que o problema supracitado está presente na maioria das ruas da Capital.

Desta feita, ressalto a Lei Complementar nº 311, de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Porto Velho, conforme estabelece o art. 22, incisos I, II, III e IV:

“Art. 22 - O sistema viário urbano, um dos elementos estruturadores do espaço urbano, tem por objetivo:

I - garantia da circulação de pessoas e bens no espaço urbano, de forma cômoda e segura;

II - possibilidade de fluidez adequada do tráfego;

III - garantia do transporte, em condições adequadas de conforto;

IV - atendimento às demandas do uso e ocupação do solo”.

Face o exposto, é que peço aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

REQUERIMENTO COLETIVO

Requer a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar a evasão fiscal no âmbito do Estado de Rondônia.

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora, nos termos dos artigos 33 e 34 do Regimento Interno, combinado com o § 3º do artigo 36 da Constituição Estadual, a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 5 (cinco) membros, com prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis, com a finalidade de investigar a evasão fiscal no Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Tomamos a iniciativa em apresentar esta proposição, respaldada nos termos do § 3º, artigo 36 da Constituição Estadual, combinado com o disposto no artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, considerando ser de conhecimento público e notório que há em nosso Estado empresas estabelecidas as quais não cumprem com a sua responsabilidade tributária, isto é, contribuir para os cofres do Estado na forma que a legislação vigente exige.

Praticam de forma contumaz a evasão fiscal, se locupletando dessa forma em detrimento a situação econômica do nosso Estado, pois visam tão somente obterem lucros na exploração das suas respectivas atividades econômicas, no entanto, não se preocupam em recolher os impostos devidos aos cofres públicos.

Não bastasse a evasão fiscal ser gigantesca e prejudicar diretamente a receita do Estado, também há outra questão que redunde no prejuízo direto a economia de Rondônia, e que deve ser investigada, trata-se do incentivo fiscal. Instrumento muito utilizado em diversos Estados e Municípios de nosso país, cuja finalidade é em sua essência possibilitar o desenvolvimento e o progresso econômico do Estado ou Município.

De igual forma, também reiteradas denúncias tem chegado a esta Casa de Leis, acerca da volumosa prática nefasta da evasão fiscal, o que redunde num prejuízo incalculável à receita do Estado para que o mesmo possa aplicar em obras e investimentos que tanto nossa população ordeira, trabalhadora, e porque não dizer sofredora tanto necessita e espera ansiosamente pela ação do Poder Público.

Por outro lado, é dever constitucional e regimental desta Casa de Leis, investigar e apurar tais denúncias, sob pena de não o fazendo, estamos de certa forma nos omitindo enquanto poder fiscalizador, e a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI é instrumento legal que nos assegura deflagrarmos um processo investigatório.

Por essas razões, entendemos que o nosso Pleito se reveste de singularidade impar, pois haveremos de, tomar as deliberações e os encaminhamentos que julgarmos necessários, e ao final dos trabalhos investigatórios apresentar um relatório conclusivo acerca de todo o trabalho desenvolvido, ao Plenário desta Casa de Leis, e a quem mais de direito for necessário serem tomadas as providências cabíveis.

Diante disso, e no estrito cumprimento de nossas atribuições parlamentares estamos propondo a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito que tem por finalidade investigar e apurar denúncias em relação a evasão fiscal em Rondônia, e desejamos obter as assinaturas de apoio dos

nobres Pares, a fim de que a mesma possa ser criada e consequentemente instalada, em conformidade ao disposto no Regimento Interno e na Constituição do Estado.

Portanto, contamos com o irrestrito e indispensável apoio dos nobres Pares deste Poder Legislativo.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015

Dep. Aécio da TV - PP

Dep. Alex Redano - SD

Dep. Ezequiel Júnior - PSDC

Dep. Jean Oliveira - PSDB

Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

Dep. José Hermínio Coelho - PSD

Dep. Leo Moraes - PTB

Dep. Dr. Neidson - PT do B

Dep. Saulo Moreira - PDT

REQUERIMENTO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT DO B -

Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Governo do Estado, informação quanto ao sistema de monitoramento do município de Porto Velho (SESDEC-CIOP), no que tange aos gastos, contratos, equipamentos ligados e demais dados referente a vigilância.

O Parlamentar que a presente subscreve, requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Governo do Estado, na forma do art. 179, inciso III, nos termos do art. 29, inciso XVIII c/c art. 31 § 3º da Constituição Estadual, a convocação do Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania para prestar informações quanto ao sistema de monitoramento do município de Porto Velho (SESDEC-DIOP), no que tange aos gastos, contratos, equipamentos ligados e demais dados referente a vigilância.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O pedido deste requerimento se faz necessário, uma vez que o poder fiscalizatório dos atos de executivo, deverá ser exercido por esta Casa de Leis, conforme preceitua o Art. 46 da Constituição estadual.

“Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, grande, gere ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária”.

Desta forma, convoco o Secretário da SESDEC para apresentar as informações supracitadas inerentes ao sistema de monitoramento e vigilância da cidade de Porto Velho (SESDEC-CIOP).

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015

Dep. Jesuíno Boabaid – PT do B

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Presidente da Frente Parlamentar dos Desabrigados do Rio Madeira

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Membro da Comissão de Habitação.

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUINO BOABAID – PT DO B -

Indica ao excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao DER, a necessidade de asfaltamento da Rua Eça de Queiroz, no bairro São Francisco nesta Capital.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo a necessidade urgente de asfaltamento da rua Eça de Queiroz, no bairro São Francisco nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao DER, sobre a necessidade urgente de asfaltamento da rua Eça de Queiroz, no bairro São Francisco, nesta Capital.

O motivo desta indicação é que os moradores desta rua estão reivindicando atenção das autoridades públicas, no que tange a situação caótica da rua esburacada, cheia de poeira e lama, na busca de solução do problema e para que ocorra mobilidade urbana eficiente dos transportes.

É importante frisar, que a poeira é causa para o aparecimento de alergias e doenças respiratórias, sendo assim, as pessoas que vivem em ruas empoeiradas e esburacadas sofrem em dobro com o problema, como por exemplo, as crianças por possuírem a imunidade mais baixa, sofrem com as gripes, e também os gastos como remédios por parte dos pais.

Portanto, a população em geral são os maiores prejudicados por falta de responsabilidade do Poder Executivo, tendo em vista que o problema supracitado está presente na maioria das ruas da Capital.

Desta feita, ressalto a Lei Complementar nº 311, de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Porto Velho, conforme estabelece o art. 22, inciso I, II, III e IV:

“Art. 22: O sistema viário urbano, um dos elementos estruturadores do espaço urbano, tem por objetivo:

I – garantia da circulação de pessoas e bens no espaço urbano, de forma cômoda e segura;

II – possibilidade de fluidez adequada do tráfego;

III – garantia do transporte, em condições adequadas de conforto;

IV – atendimento às demandas do uso e ocupação do solo.

Face o exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação”.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015.

Dep. Jesuíno Boabaid – PT do B

INDICAÇÃO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Moinho de Vento – Bairro São Francisco em Porto Velho – RO

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Poder executivo Estadual a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Moinho de Vento, Bairro São Francisco, em Porto Velho – RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Na falta de uma resposta dos órgãos municipais, fui procurado por diversos moradores da rua acima citada, solicitando a intercessão junto ao Governo Estadual a fim de trazer solução a um problema que se estende por vários anos. Durante o período das chuvas, a população sofre por não poder acessar suas residências por conta dos alagamentos e atoleiros que se prolongam por vários dias. E quando as chuvas cessam, a poeira trás desconforto, atingindo principalmente as crianças com diversas doenças respiratórias.

Ciente do compromisso de representar estes cidadãos, conto portanto, com o apoio dos nobres deputados, à aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015
Dep. Aécio da TV – PP

REQUERIMENTO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRE – PT - Requer à Mesa Diretora, que seja alterado o horário da Sessão Solene marcada para o dia 25 de junho, para homenagear aos desportistas pela valorosa contribuição ao Esporte no Estado de Rondônia, e como representantes do nosso Estado a nível nacional e internacional, para as 9:00 horas.

O Deputado que o presente subscreve, requer à Mesa Diretora na forma regimental, que seja alterado o horário da Sessão Solene marcada para o dia 25 de junho, para homenagear aos desportistas pela valorosa contribuição ao esporte no Estado de Rondônia, e como representantes do nosso Estado a nível nacional e internacional, para às 9h.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

A alteração de horário se faz necessário em razão de haver uma Audiência Pública agendada para a mesma data que necessita de um horário maior para discutir sobre Reforma Política.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015
Dep. Lazinho da Fetagro – PT

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDONDO - SD - Indica ao Poder Executivo estadual a necessidade de encascalhamento e patrolamento na RO-421 Km 72, de Campo Novo até o assentamento de Jacilândia.

O Parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental, ao Poder Executivo estadual junto ao Departamento de Estrada e Rodagem – DER, a necessidade de encascalhamento na RO – 421 Km 72, de Campo Novo até assentamento de Jacilândia.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores desta egrégia Casa de Leis,

Essa propositura se faz necessária devido às péssimas condições que se encontram o Km 72 da RO 421, que liga Campo Novo até Jacilândia. O trecho supracitado não está em condições intrafegáveis, uma vez que esta via foi depreciada pelas constantes chuvas.

O Km 72 é responsável pela escoação de produções e tráfego dos moradores locais, sendo necessário o encascalhamento e o patrolamento da referida via. Diante das necessidades ora apresentadas, encarecidamente solicitamos ao Executivo junto ao Departamento de estrada e Rodagem – DER, providencie os reparos necessários e volte sua atenção a comunidade que tanto clama pela atenção do Poder Público.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015
Dep. Alex Redondo – SD

INDICAÇÃO DEPUTADO AÉLCIO DA TV – PP - Indica ao Poder Executivo Estadual que se faça parceria com a Prefeitura de Porto Velho para realização de limpeza em ruas e calçadas.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Poder Executivo Estadual que se faça uma parceria com a prefeitura de Porto Velho a fim de cooperar com a limpeza de ruas e calçadas em todos os bairros da cidade. Uma vez que se encontram, em grande número, cobertas por mato e entulho trazendo enorme risco aos moradores e transeuntes.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Nossa capital sofre com diversos problemas referentes à viabilidade urbana. Como se não bastassem as ruas danificadas, com vários trechos intrafegáveis, há também muitas calçadas e áreas de uso comum sem condições de serem utilizadas.

Vê-se portanto, a necessidade de uma parceria entre os poderes executivos municipais e estadual que através das secretarias competentes, juntem forças a fim de trazer aos cidadãos melhor qualidade de vida e de trafegabilidade.

Conto portanto, com o apoio dos nobres deputados, à aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015
Dep. Aécio da TV – PP

INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGACZ - PDT - Indica ao senhor Governador do estado de Rondônia, a necessidade

de concluir a obra de revitalização do Beira Rio Cultural de Ji-Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, e ouvindo o Plenário na forma regimental, indica ao excelentíssimo senhor governador do Estado de Rondônia a necessidade de concluir a obra de revitalização do Beira Rio Cultural de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação tem como objetivo a conclusão das obras de revitalização do Beira Rio Cultural que abrange uma área de 12 mil metros quadrados e será composta por calçamento, passarelas de acesso, quiosques, restaurante, lanchonetes praça, iluminação, novos playgrounds e a concretagem do muro de contenção às margens do Rio Machado.

A conclusão das obras irá beneficiar o esporte, lazer e o turismo, atraindo visitantes e assim fomentando a economia local.

Certo que essa propositura mereça total acolhida, conto com o apoio dos nobres Pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015
Dep. Airton Gurgacz Deputado Estadual – PDT.

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA - PMDB - Indica ao excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, sobre a necessidade de construção de 1 (uma) Creche no município de Pimenta Bueno/RO.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia, sobre a necessidade de construção de 1 (uma) Creche para atender as mães trabalhadoras do município de Pimenta Bueno/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

Tal solicitação se faz necessário para dar melhores condições para aquelas mães que necessitam trabalhar e não tem onde deixar os seus filhos.

É importante ressaltar que em Pimenta Bueno está concentrada um grande número de indústrias que fabricam vestuário, montagem de bicicletas, no setor cerâmico entre outras indústria que usa a mão de obra feminina.

Assim se faz necessário e de grande importância a construção da referida creche, onde aumentará a renda familiar e conseqüentemente o desenvolvimento econômico do Município.

Conto com o apoio dos nobres Parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre governador para atender a referida reivindicação.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015
Dep. Só na Bença – PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADOS DR. NEIDSON - PT DO B, SÓ NA BENÇA – PMDB e ALEX REDANO - SD - Requerem à Mesa Diretora realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, a se realizada no dia 29 de junho de 2015, às 15h, junto aos representantes do Governo do Estado, e demais autoridades pertinentes. O intuito da Audiência é para debatermos sobre o fornecimento de Hemocomponentes e Hemoderivados em clínicas e hospitais localizados no Estado de Rondônia.

Os Deputados que apresente subscreve, requerem à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, junto aos representantes do Governo do Estado e demais autoridades que seguem, a ser realizada no dia 29 de junho de 2015, às 15h, com o objetivo de debatermos sobre assunto relacionado ao fornecimento de Hemocomponentes e Hemoderivados em clínicas e hospitais localizados no Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares,

Tem esta proposição a finalidade de requerermos um debate com profundidade sobre questões pertinentes ao fornecimento de Hemocomponentes e Hemoderivados em clínicas e hospitais da rede privada, localizadas no Estado de Rondônia. Trata-se do tema de suma importância à todos, abrange conhecimento mais desenvolvidos sobre o emprego terapêutico do sangue, transfusão de seus componentes de modo a compreendermos e debatermos sobre colheita, tipagem, fracionamento e armazenamento de sangue, assim como a cobrança de insumos e honorários à rede hospitalar privada.

Outrossim, profere que tanto a Constituição Federal de 1988, em seu art. 199, § 4º, bem como a Lei 10.205/2001, em seu art. 14, inciso IV e V, dispõe sobre a vedação de comercialização do sangue, seus componentes e derivados. O processo para a preservação e transformação do plasma em hemoderivados, tem-se como desafio para a política de Saúde Pública que promove o adequado e ético aproveitamento da matéria prima doada pela população.

Afinal, a questão dos homoderivados é sem dúvida uma indagação ética importante, na medida em que retribui à população o que por ela foi doado e permite uma melhor assistência hemoterápica aos pacientes, além de apresentar valor econômico e significar um bem da diversidade humana brasileira.

Dada à relevância do pleito, conto com apoio e aprovação dos nobres Pares.

Plenário das Deliberações, 8 de junho de 2015.
Dep. Alex Redondo Deputado Estadual – SD
Dep. Neidson de Barros Soares Dep. Estadual – PT do B
Dep. Só na Bença Deputado Estadual – PMDB

REQUERIMENTO DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO – PP – AÉLCIO DA TV – PP – CLEITON ROQUE – PSB – Requer à Mesa Diretora, que seja antecipada para o dia 13 de agosto do corrente ano, às 15:00 horas, a Audiência Pública que havia

sido marcada para o dia 03 de setembro, a qual debaterá sobre eventos culturais.

Os Deputados que o presente subscrevem, requerem à Mesa Diretora na forma regimental, que seja antecipada para o dia 13 de agosto do corrente ano, às 15:00 horas, a Audiência Pública que havia sido marcada para o dia 03 de setembro, a qual debaterá sobre eventos culturais.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares, a antecipação da citada Audiência Pública se faz necessária para reajustar agendas de alguns Parlamentares.

Dep. Maurão de Carvalho – PP

Dep. Aécio da TV – PP

Dep. Cleiton Roque – PSB

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO – SD – Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de apoio, reparo e manutenção no Quartel 3GPPO do município de Campo Novo de Rondônia.

O parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual junto ao Comando Geral da Polícia Militar-CGPM, a necessidade de apoio, reparo e manutenção no Quartel 3GPPO do município de Campo Novo de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e senhores desta egrégia casa de leis, essa propositura se faz necessária devido a uma aclamação pública no município de Campo Novo para apoio, reparo e manutenção do Quartel 3GPPOFron/4°CIAFron/7°BPM.

O quartel supracitado não se encontra em condição salutar para funcionamento e tem sua eficiência comprometida devido à depreciação dos seus bens e sua estrutura. Sendo necessários portões de grade, reparos na estrutura, equipamentos de auxílio em limpeza, máquinas de roçar dentre outras necessidades. A população necessita do bom funcionamento deste quartel, tendo em vista que a segurança pública do município de Campo Novo é suprida parcialmente por essa unidade e será de grande valia o auxílio do Executivo para ampliar sua potencialidade e eficácia, visando o combate ao crime e preservação da ordem pública.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015

Dep. Alex Redano – SD

INDICAÇÃO DEPUTADO ALEX REDANO – SD – Indica ao Poder Executivo Estadual junto aos órgãos competentes de sua administração a necessidade da realização da 3ª Academia dos Agentes Penitenciários no Estado de Rondônia.

O parlamentar que a presente subscreve, indica na forma regimental ao Poder Executivo Estadual junto a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC e Secretaria de Estado e Justiça – SEJUS, a necessidade da realização da 3ª Academia dos Agentes Penitenciários no Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e senhores desta Egrégia Casa de Leis,

A presente indicação tem como objeto principal a necessidade da realização da 3ª Academia dos Agentes Penitenciários em nosso Estado, haja vista que a mesma fora prometida pelo Executivo conforme o decreto nº 19.707, de 9 de abril de 2015, ainda não publicado pelo Diário Oficial, mas se encontra no Portal da Casa Civil.

Sabe-se que a nomeação é resultado do acordo articulado pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores do Estado de Rondônia (SINGEPERON). Os futuros 118 agentes e 21 socioeducadores necessitam desta academia para efetivarem a posse. A pressa quanto a academia se dá pelo fato de que o curso irá vencer no mês de julho e os aprovados no concurso aguardam esta academia para dar seguimento devidamente treinados para atividade fim. Então encarecidamente solicito ao Executivo que olhe por nossos servidores da segurança pública e cumpram o combinado com o sindicato, realizando a supracitada academia.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015

Dep. Alex Redano – SD

INDICAÇÃO DEPUTADO AIRTON GURGACZ – Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, a manutenção do Aeroporto José Coletto no município de Ji-Paraná.

O Deputado que o presente subscreve e ouvindo o Plenário na forma regimental, indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, a manutenção do Aeroporto José Coletto no município de Ji-Paraná.

JUSTIFICATIVA

A presente Propositura tem como objetivo alocar recursos humanos e materiais para a manutenção do Aeroporto José Coletto no município de Ji-Paraná, pois o mesmo necessita de reparos urgentes a fim de que possa funcionar dentro das normas de segurança.

Entre outras coisas que necessitam de conserto destacamos os equipamentos de fiscalização de passageiros e controle de bagagens que se encontram danificados gerando desconforto e insegurança aos usuários do aeroporto. Certo que essa propositura mereça total acolhida, contamos com o apoio dos nobres pares para sua imediata aprovação.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015

Dep. Ailton Gurgacz

INDICAÇÃO DEPUTADA LUCIA TEREZA – PP – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, no sentido de estadualizar os 38km de estrada vicinal, que liga os Distritos de Novo Paraíso (Canelinha) e 14 de abril a RO 387, no município de Espigão do Oeste/RO.

A Parlamentar que abaixo subscreve, indica na forma regimental, seja a presente indicação encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, a

necessidade de estadualizar os 38 (trinta e oito) km de estrada vicinal, que liga os Distritos de Novo Paraíso (Canelinha) e 14 de abril à RO 387, no município de Espigão do Oeste/RO.

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Esta propositura se faz necessária, pois é uma reivindicação antiga da população dos Distritos de Novo Paraíso (Canelinha) e 14 de Abril, uma vez que a Prefeitura do Município de Espigão do Oeste, já tem sob sua responsabilidade mais de 2400 (dois mil e quatrocentos) km de estradas sem ter a devida estrutura de equipamentos necessário para dar manutenção devida a sua malha viária.

O atendimento do pleito beneficiará mais de 2.000 (duas mil) famílias.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015
Dep. Lucia Tereza – PP

INDICAÇÃO DEPUTADO SÓ NA BENÇA – Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER, sobre a necessidade de “Construção de uma Ponte de Alvenaria no Distrito de Novo Plano”, localizado no município de Chupunguaia/RO.

O Deputado que a presente subscreve, na forma regimental, indica ao senhor Governador do Estado sobre a necessidade de Construção de Uma Ponte em Alvenaria na linha 105 sobre Rio Pimenta no Distrito de Novo Plano, localizado no Município de Chupunguaia/RO.

JUSTIFICATIVA

Nobres Deputados,

Tal pedido possui caráter de urgência, pois nesta vicinal trafega diariamente ônibus escolar, caminhões que transporte uma grande quantidade de gado de corte, e caminhões transportando grãos. É sabido que no período chuvoso fica ainda pior a trafegabilidade sobre a ponte de madeira já bem deteriorada, oferecendo risco aos que necessitam da passagem.

É importante ressaltar a importância da obra para a economia do distrito bem como para o município de Chupunguaia/RO.

Conto com o apoio dos nobres parlamentares e Governo do Estado na pessoa do nobre governador para atender a referida reivindicação.

Plenário das Deliberações, 16 de junho de 2015.
Dep. Só na Bença - PMDB

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO – PSD – Susta a execução da Portaria nº 2120/GAB/DETRAN-RO de 19 de maio de 2015.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art.1º Fica sustada nos termos do inciso XIX do artigo 29 da Constituição Estadual, a execução da Portaria nº 2120/GAB/DETRAN-RO de 19 de maio de 2015, que credencia, em caráter precário e temporário até o dia 31 de dezembro de 2015, a Empresa A.L. de Andrade Sinalização e Tecnologia LTDA – EPP.

Art. 22º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

O artigo 29 da Constituição Estadual estabelece em seu inciso XIX, que é de competência privativa da Assembleia Legislativa “sustar os atos normativos do Poder Executivo, que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”.

O Detran/RO anteriormente, já editou uma lei estabelecendo normas sobre o credenciamento de fábricas de placas e tarjetas, depois regulamentada por uma Portaria, que estabeleceu parâmetros que inviabilizava a atuação dos microempresários da área, trazendo prejuízo aos fabricantes que já trabalhavam em Rondônia, uma vez que.

Esta Casa, após Audiência Pública, elaborou o Projeto que se transformou na Lei nº 3.495, de 23 de dezembro de 2014 revogando a famigerada Lei, e agora o Detran tenta novamente, com a Portaria nº 2120/GAB/DETRAN-RO, privilegiar apenas uma empresa. Não podemos mais uma vez deixar que isso aconteça, uma vez que lhe falta fundamentação legal.

Por essa razão, apresentamos o presente projeto de decreto legislativo para sustar a execução da Portaria nº 2120/GAB/DETRAN/RO de 19 de maio de 2015. A Administração Pública tem que se pautar por alguns princípios que entendemos não estão sendo observados, tendo em vista a insistência em privilegiar a referida empresa. O credenciamento implica na contratação de todos os interessados, não faz sentido a Administração Pública privilegiar apenas uma empresa em detrimento das demais que também prestam o mesmo serviço.

Assim sendo, contamos com o apoio dos ilustre pares para aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações, 17 de junho de 2015.
Dep. Hermínio Coelho - PSD

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DEPUTADO LÉO MORAES - PTB -

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

Art. 1º A presente Lei tem o propósito de estabelecer as disposições elementares para a progressiva consolidação de políticas públicas que garantam por parte do estado, através dos seus órgãos competentes a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas da violência no Estado de Rondônia.

Art. 2º Considera-se, para efeitos desta Lei, vítimas da violência todo que:

I – tenham sofrido lesões físicas ou danos psicológicos motivados por agressão de qualquer natureza em ações ou omissões tipificadas na legislação penal vigente;

II – sejam familiares ou possuam relação imediata com a vítima, bem como aqueles que tenham sofrido algum dano ao intervirem para socorrer a quem se encontrasse em perigo atual ou eminente;

III – sejam testemunhas que sofreram ameaças por haver presenciado ou indiretamente tomado conhecimento de atos criminosos e detenham informações necessárias à investigação pelas autoridades competentes e/ ou ao processo judicial específico.

Art. 3º A proteção, o auxílio e a assistência prevista no art. 1º desta lei consiste em:

I – montar serviços específicos para informação, orientação e assessoramento das vítimas da violência nos envolvimento com questões de natureza criminal, civil, familiar ou constitucional.

II – acompanhar as diligências policiais e/ou judiciais, especialmente em situações que envolvam crimes violentos;

III – assegurar a integridade e a segurança das vítimas, das testemunhas ameaçadas e seus familiares com programa especial que garanta, quando necessário, sua manutenção econômica e a troca provisória ou permanente de domicílio dos envolvidos.

IV – apoiar ação de ressarcimento do dano causado à pessoa ou ao patrimônio;

V – conceder bolsas de estudos aos filhos dos policiais civil ou militares, agentes penitenciários e monitores das casas de menores que tenham perdido a vida ou ficado inválidos por conta de ação desenvolvida no estrito cumprimento de seu dever;

VI – pagar despesas de enterro no caso de vítimas de crime violentos comprovadamente carentes;

VII – proporcionar alimentação para lesionados vítimas de violência quando impossibilitados de trabalhar e a seus dependentes, se em dificuldade econômica, enquanto perdurar o tratamento;

VIII – desenvolver programas pedagógicos relacionados ao trabalho de readaptação social ou profissional das vítimas;

IX – possibilitar a imediata internação hospitalar, o tratamento, os medicamentos, próteses ou outros recursos médicos essenciais à reabilitação das vítimas;

X – realizar levantamento estatístico periódicos sobre o tema;

XI – elaborar estratégias de proteção vitimal para educar a população em condutas de prevenção e vitimização e cumprir seu papel de contribuir para a investigação e a responsabilização de atos criminosos;

XII – indenizar as famílias de vítimas assassinadas sempre que o responsável pelo crime o tiver praticado após ter logrado fuga de dependência policial ou de estabelecimento prisional para internação em regime fechado;

XIII – indenizar as famílias de vítimas de morte violenta que encontravam-se sob a guarda e responsabilidade do Estado;

XIV – garantir assistência psicológica às vítimas de crimes violentos e aos seus familiares, especialmente nos casos de estupro, abuso sexual e crimes conexos.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei fixando o valor das indenizações devidas e sistematizando as condições de elegibilidade aos eventuais beneficiários observando, particularmente, a necessidade de priorizar a aplicação dos recursos disponíveis ao atendimento àquele que não disponha

de qualquer tipo de seguro que cubra os benefícios que pleiteiam, nem de recursos que lhes assegurem assistência ou proteção.

Art. 5º Os recursos necessários à execução dos objetivos desta Lei serão geridos através de fundo próprio, constituído em Lei.

Art. 6º A Defensoria Pública prestará, gratuitamente, os serviços jurídicos relacionados à preservação dos direitos Humanos, orientação, assessoria e assistência em matéria criminal, civil, familiar e constitucional para as vítimas que não disponham de recursos econômicos para a assistência jurídica.

Art. 7º Os Defensores Públicos contarão com o apoio dos membros do Ministério Público, peritos, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e demais técnicos cujo trabalho seja imprescindível à defesa dos direitos e garantias das vítimas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor em 120 dias após sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O fenômeno da violência coloca a todos, os órgãos estatais e a sociedade civil organizada, diante da necessidade de formular e implementar políticas públicas capazes de minimizar seus índices, suas causas e seus efeitos, tanto em relação às pessoas diretamente vitimadas como à sociedade como um todo.

A violência, em suas várias formas, vem assumindo proporções alarmantes. Os mecanismos legais, como a Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso, ECA têm contribuído para o enfrentamento de parte dos abusos violentos, mas a grande maioria das pessoas que sofrem violência, principalmente nos estratos socioeconômicos desfavorecidos, não recorre à Justiça, seja por desconhecimento de seus direitos, seja por medo e ameaças dos seus agressores, ou por sentimentos de desvalia pessoal de incapacidade de se defender e sobreviver economicamente.

Ou mesmo pela ausência de uma legislação específica que os assista.

O art. 203 enumera como objetivos da Assistência Social promovida pelo Estado que visa a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, assim como o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

Todavia, não mencionou a assistência às pessoas submetidas à situação de violência que compõem, também, um segmento a quem é devida a proteção especial. Destacar e regulamentar essa medida no texto da nossa legislação ressalta o compromisso do Estado de Rondônia, em lhes garantir a prestação dos direitos assistenciais especializados.

A proposição sob exame se junta a outras importantes normas que demonstram a evolução da sociedade no sentido de não mais aceitar que as vítimas de violências, especialmente

no âmbito doméstico e familiar, se sintam isoladas e desassistidas, mas que principalmente que o assunto não seja considerado de cunho particular e sim um tema, que dada sua gravidade, merece a guarida da esfera pública.

Qualquer que seja a forma de violência sofrida, além da proteção jurídica, a vítima e sua família necessita de acompanhamento e tratamento psicológico e material. Resta, inequívoco, portanto, o mérito de que se reveste a iniciativa do projeto de lei, razão pela qual peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação do mesmo.

Plenário das Deliberações, 9 de junho de 2015.
Dep. Léo Moraes - PTB

INDICAÇÃO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID – PT do B –

Indica ao Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de recapeamento da rua do Contorno, no bairro Flodoaldo Pontes Pinto, nesta Capital.

O Parlamentar que a presente subscreve, na forma regimental do art. 188 e art. 146 inciso VII do Regimento Interno, indica ao Poder Executivo a necessidade urgente de recapeamento da rua do Contorno, no bairro Flodoaldo Pontes Pinto, nesta Capital.

JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O objetivo desta indicação é solicitar do Poder Executivo, que interceda junto ao órgão competente, sobre a necessidade urgente de recapeamento da rua do Contorno, no bairro Flodoaldo Pontes Pinto, nesta Capital.

O motivo desta indicação, é que os moradores desta rua estão reivindicando atenção das autoridades públicas, no que tange a situação caótica da rua esburacada, na busca de solução do problema e para que ocorra mobilidade urbana eficiente dos transeuntes.

Portanto, a população em geral são os maiores prejudicados por falta de responsabilidade do Poder Executivo, tendo em vista que o problema supracitado está presente na maioria das ruas da Capital.

Desta feita, ressalto a Lei complementar nº 311, de 30 de junho de 2008 que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Porto Velho, conforme estabelece o art. 22, incisos I, II, III e IV:

Art. 22. O sistema viário urbano, um dos elementos estruturadores do espaço urbano, tem por objetivo:

I – garantir a circulação de pessoas e bens no espaço urbano, de forma cômoda e segura;

II – possibilidade de fluidez adequada do tráfego;

III – garantia do transporte, em condições adequadas de conforto;

IV – atendimento às demandas do uso e ocupação do solo.

Face ao exposto, é que peço aos nobres Pares a aprovação da presente indicação.

Plenário das Deliberações, 15 de junho de 2015.
Dep. Jesuíno Boabaid - PT do B

TAQUIGRAFIA

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA FEDERAL PARA TRATAR DO SISTEMA ELÉTRICO NO ESTADO DE RONDÔNIA.

(Em 29 de maio de 2015)

Presidência dos Srs.
Maurão de Carvalho - Presidente
Exedito Netto - Deputado Federal
Alex Redano - Deputado

(Às 10 horas e 54 minutos é aberta a Audiência Pública)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) –
Senhoras e Senhores, muito bom dia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, sedia hoje, Audiência Pública, requerida na Câmara Federal pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Exedito Netto, para tratar do Sistema Elétrico no Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Exedito Netto, da bancada de Rondônia proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal pelo Estado de Roraima, Carlos Andrade, Deputado Federal também da Comissão de Energia; Sr. Luiz Marcelo Reis de Carvalho, Diretor Presidente da Eletrobrás, representando o Ministério de Minas e Energia e também é representante da Eletrobrás Holding; Sr. Gerardo Martins de Lima, Presidente da EMDUR, representando a Prefeitura Municipal de Porto Velho; Dra. Daniela Nicolai de Oliveira, Promotora de Justiça, representando O Ministério Público do Estado de Rondônia e o Dr. Marcus Edson de Lima, Sub Defensor Público Geral do Estado de Rondônia.

Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional)

Registramos a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, participando desta Audiência Pública.

Temos uma justificativa do Excelentíssimo Senhor Deputado Adelino Ângelo Follador, que segundo informações da chefia de gabinete, não se encontra bem de saúde e não pode participar desta Audiência Pública, mas, desejou que todos os parâmetros, todas as decisões aqui fossem boas para o Estado de Rondônia. Registramos aqui também a presença do Senhor Luiz Pereira, Prefeito Municipal de Vale do Paraíso; Senhor Airton Gomes, Prefeito de Cerejeiras; Excelentíssimos Senhores Vereadores Mani Rocha, Gerson Bastos, da Câmara Municipal de Rolim de Moura; Excelentíssimos Senhores Vereadores, Edis Farias, Presidente, Ivone Vicentim, da Câmara Municipal de Ouro Preto; Vereadores Gerson Paulino, Presidente e Cláudio Lopes de Lima da Câmara Municipal de

São Francisco; Excelentíssima Senhora Vereadora Noely Oliveira, da Câmara Municipal de Alta Floresta do Oeste; Vereador Lima, da Câmara Municipal de Buritis; Vereador Elias Andrade Lima, da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé; Vereadora Marlene Rodrigues da Costa, da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis; Vereador Jean Vieira, Câmara Municipal de Urupá; Vereador Josmar Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Teixeirópolis; Vereador Décio Lagares, da Câmara Municipal de Espigão do Oeste; Vereador Paulo Adail, Presidente da Câmara Municipal de Pimenta Bueno; Excelentíssimo Senhor Vereador Luiz Pereira, Prefeito Municipal do Vale do Paraíso; Senhor Airton Gomes, Prefeito de Cerejeiras. Também registramos a presença do Presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, advogado Façanha; do Presidente do SEJUS, Senhor Roque, e de uma forma geral os demais Presidentes de Sindicatos, Associações que muito nos honram com suas presenças; também do Senhor Júlio César Lopez Ferreira, Gerente Financeiro da Eletrobrás; Pastor Rosan Rodrigues Barbosa, representante dos atingidos pela cheia do Rio Madeira; Dr. Fábio Roberto Santos, Defensor Público, representando a Associação dos Defensores Públicos do Estado de Rondônia; Senhor Amauri Alvarez, Gerente de Operações da Usina de Santo Antônio; Senhor Robinson Percy Holder, Gerente Regional da Eletronorte; Senhor Carlos Alberto Cardoso, Gerente Operacional de Jirau; Dr. Breno Mendes, Presidente do PSDB/Porto Velho; Senhor Luiz Fernando, Presidente regional do Solidariedade; Engenheiro Jorge Luiz, Diretor do Sindicato dos Engenheiros; Senhor Orlenildo Souza da Silva, Presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Boa Esperança.

Senhoras e Senhores, neste momento com a palavra o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia e logo após passará a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Expedito Netto que propôs essa Audiência Pública.

Antes, convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Redano para compor à Mesa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Quero cumprimentar o Deputado Expedito Netto, proponente desta Audiência Pública; cumprimentar o Deputado Federal Carlos Andrade, que é da Bancada Federal de Roraima. Bem-vindo a esta Casa Deputado Carlos Andrade, tive o prazer de conhecê-lo agora a pouco no nosso gabinete, bem-vindo, sintam-se à vontade; cumprimentar aqui o Deputado Alex Redano, já presente, prestigiando também esta Sessão.

Ontem nós tivemos um dia de muito trabalho na Sessão Itinerante lá no município de Ji-Paraná, na feira do Agronegócio, foi muito bom, foi bastante cansativo. Alguns Deputados, a maioria dos Deputados não chegaram ainda porque a feira continua e muitos Deputados ainda ficaram participando do agronegócio, da grande feira em Ji-Paraná. Mas, o Deputado Alex está aqui com vossa presença prestigiando. Bem-vindo a esta Audiência.

Cumprimentar aqui o Senhor Luiz Marcelo Reis de Carvalho, meu xará de sobrenome, Diretor Presidente da Eletrobrás, representante do Ministério de Minas e Energia, que representa a Eletrobrás, bem-vindo a esta Casa. É de grande importância a vossa presença para que nesta Audiência seja

esclarecida e tiradas algumas dúvidas e que as pessoas possam saber de tudo que acontece sobre a nossa energia aqui no nosso Estado de Rondônia, e a pessoa certa para discutir e debater nesta Audiência proposta aqui pelo nosso deputado Expedito Netto. Cumprimentar o senhor Geraldo Martins de Lima, Presidente da EMDUR, representando aqui a Prefeitura do município de Porto Velho, sintam-se a vontade. Cumprimentar aqui a Dra. Daniela Nicolai de Oliveira, Promotora de Justiça, representando aqui o Ministério Público, muito obrigado pela vossa presença. É de grande importância a vossa presença. Seja bem vinda a esta Casa para que possamos discutir e debater esse tema importante para o Estado de Rondônia. Cumprimentar aqui o Dr. Marcus Edson de Lima, Subdefensor Público Geral do Estado de Rondônia, sintam-se a vontade, e é um prazer tê-lo nesta Mesa. Cumprimentar aqui as pessoas presentes que vieram para esta Audiência Pública, e eu posso registrar a presença do Prefeito de Guajará-Mirim, Dúlcio que está aqui presente. Eu sei, Dúlcio, que com certeza esse tema que está sendo debatido, hoje, é de grande importância para o município mais distante que está lá no início do nosso Estado que é Guajará-Mirim. Portanto, Dúlcio, é um prazer tê-lo aqui na nossa Audiência debatendo esse tema. Cumprimentar o Prefeito do meu Partido da cidade de Cerejeiras que está aqui presente, grande Prefeito que está lá do outro lado do Estado, no sul, que é Cerejeiras e que com certeza Prefeito, Vossa Excelência também está aqui para discutir esse tema que é de grande importância para o vosso município. Cumprimentar alguns vereadores que estão aqui presentes de alguns municípios, município de Buritis e outros municípios, sintam-se à vontade, e cumprimentado todo o nosso plenário, nosso servidor que ontem grande parte deles estavam na Sessão Itinerante trabalhando e hoje esta aqui presente nessa Audiência Pública. Eu gostaria de antemão já passar a palavra para o eminente Deputado Expedito Netto, que é o proponente desta Audiência Pública, para que ele possa já expor e começar debater toda a situação referente ao tema desta Audiência Pública.

Com a palavra o Deputado Expedito Netto.

O SR. EXPEDITO NETTO – Muito obrigado.

Gostaria de cumprimentar e dá um bom dia, cumprimentar em especial o meu Presidente Maurão de Carvalho e agradecer. Muito obrigado por toda a recepção, por tudo que Vossa Excelência tem feito por essa Audiência. Cumprimentar o nosso amigo Deputado do meu partido, Alex Redano; cumprimentar meu companheiro Deputado Federal representando Minas e Energia, Carlos Andrade; cumprimentar também o meu companheiro o Sr. Luiz Marcelo de Carvalho, Diretor Presidente da Eletrobrás; a Promotora Daniela Nicolai; o Sr. Gerardo Martins, Presidente da EMDUR e o Dr. Marcus Edson de Lima, Subdefensor Público Geral do Estado de Rondônia. Gostaria de cumprimentar todos os vereadores do Estado que se fazem aqui presentes. Nós temos aqui Ouro Preto, nós temos Ji-Paraná, nós temos Urupá, nós temos Porto Velho, nós temos Alto Alegre, nós temos Rolim de Moura, e gostaria de cumprimentar todos os vereadores que se fazem presentes; todos os Prefeitos, e a todos os representantes de bairros; cumprimento os Presidentes partidários. Temos aqui o Presidente do PSDB, temos o Presidente da Solidariedade e

a todos os meus companheiros que são de Porto Velho, e a todos os meus companheiros que são do Estado de Rondônia. Fizemos essa Comissão de Minas e Energia, fizemos essa realização de Audiência Pública para tratar sobre o sistema elétrico de Rondônia. Esse requerimento foi feito a Vossa Excelência nos termos do artigo 24, e eu sou obrigado a ler isso porque é uma mesa redonda, e tudo que for dito aqui vai ser levado a Brasília para ser discutido com o próprio Ministro de Minas e Energia. Nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública para tratar sobre o sistema elétrico do Estado de Rondônia. Para tanto, requeiro que seja convidado os representantes dos seguintes órgãos e entidades: representante do Ministério de Minas e Energia, representante da ELETROBRÁS, representante da Usina Hidrelétrica de Jirau, representante da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Se fazem presentes... gostaria de cumprimentar a todos, muito obrigado pela presença e daqui a pouco será aberta a palavra. Representante da OAB/RO, representante do Ministério Público de Rondônia... Temos uma justificativa, o aumento médio de energia foi 32% na conta de energia aprovado no final do mês passado, e ainda não encerrou a escalada dos preços de energia para 2015. Segundo noticiou a Folha de São Paulo, em matéria publicada em 3 de março, nos balanços da Superintendência da Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL, sinaliza para um novo reajuste médio de 10% sobre essas tarifas ao longo do ano. Esse reajuste afetará principalmente os consumidores de baixa tensão, como residências urbanas e rurais. Atualmente Rondônia produz 14% de energia do país e tem uma das tarifas mais caras do País. A péssima qualidade no seu fornecimento e em especial na área rural, também é um fator que nos preocupa, pois prejudica a pecuária do nosso Estado, carro chefe no desenvolvimento econômico. Dono do 3º maior produto interno bruto, o PIB da região Norte é o 21º do País. O Estado de Rondônia contribui com 0,7% do PIB nacional, 27,8 bilhões ao ano, que tem a carne bovina como principal produto de exportação. A agricultura, sobretudo, o cultivo da soja é também uma importante fonte de renda local.

Diante do exposto, considerando a gravidade do tema, solicito o apoio dos nobres Deputados federais para aprovação desse requerimento.

Em todo o resto do País se discute energia elétrica, tarifação de energia elétrica e qualidade de energia elétrica como um todo, Rondônia, a região Norte, foi a única e está se discutindo com exclusividade, tendo apenas, atendendo a necessidade real do nosso Estado, pois hoje nós deixamos de ser consumidores de energia elétrica e passamos a ser produtores de energia elétrica. Sendo dessa forma, para que se comece a nossa palestra, eu quero convidar o Sr. Júlio César Lopes Ferreira, gerente Financeiro da Eletrobrás para que comece com a sua demonstração.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sr. Deputado, enquanto caminha o Sr. Júlio para a sua apresentação, quero registrar a presença do Dr. Gabriel Tomasete, representando a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção/RO; Exmº Sr. Vereador Raimundo Borges, da Câmara Municipal de Itapuã; Exmºs Srs. Vereadores, Vice-Presidente,

César do Candeias, Vereador Brito da Bicletaria, Câmara Municipal de Candeias do Jamari; Sr. Israel Borges, Presidente Regional do PTB; Sr. Clério Gomes Silva, representando a prefeitura de Cacoal; Exmºs Srs. Vereadores Presidente Hilberto Pascoal Pereira, Jesus Aparecido Ramos, Eliane Silva Cardoso, Celso Souza dos Santos, da Câmara Municipal de Itapuã; Exmº Sr. Vereador Djalma Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cujubim; Sr. Raimundo Façanha, já registramos, é o Presidente do SINDLER, e também do Sr. Francisco Roque; Sr. Jaelson Chaves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Rondônia; Sra. Marina Neli Falcão dos Santos, Conselheira Tutelar representando o 1º Conselho Tutelar do Município de Porto velho.

O SR. JÚLIO CÉSAR LOPES FERREIRA – Bom dia a todos.

A Eletrobrás Distribuição Rondônia vem participar aqui da Audiência Pública, trazendo uma palestra onde se tenta abordar, trazer a todos um panorama do que é o setor de energia elétrica, qual a sua estrutura, como ele vem se comportando ao longo dos anos dentro do Estado, qual é o desafio da concessão de levar energia elétrica a todo o nosso Estado, de construir as grandes obras, obras estruturantes para a nossa concessão são importantíssimas para o desenvolvimento do nosso Estado.

Pediria para colocar a apresentação.

Bom, a cadeia produtiva da eletricidade em todo mundo, obviamente, você tem a geração de energia que aqui está representado por uma hidrelétrica, mas na geração de energia você tem várias modalidades, você tem a térmica, você tem a nuclear, você tem a eólica, você tem a biomassa, aqui você tem o que é componente, é o agente de geração, é o gerador de energia que atua nesse segmento da cadeia produtiva, em seguida tem a transmissão que traz a energia de onde ela é gerada até os grandes centros urbanos, porque normalmente as usinas que geram energia estão localizadas em pontos distantes dos grandes centros urbanos, para isso precisa de grandes linhas para levar essa energia até os centros urbanos onde atua o agente que chamamos de transmissor, que é quem constrói as redes, constrói as subestações e entrega, no caso, já dentro das áreas urbanas, ao distribuidor e comercializador de energia, no caso do nosso Estado, é a Eletrobrás Distribuição Rondônia – CERON, onde através de uma subestação abaixadora, distribui aos nossos consumidores.

O setor elétrico brasileiro, tem a seguinte estrutura: tem numa ponta, o Ministério das Minas e Energia que é quem estrutura as políticas públicas para o setor, do outro lado tem a ANEEL que é o grande regulador que pega essas políticas e regula, traduz isso em formas de regulamento, de regras, de despachos e de orientações, e aqui no meio encontramos os agentes que fazem toda essa máquina, toda essa energia transitar e chegar aos nossos lares, chegar às nossas indústrias e fazer crescer o nosso País, o nosso Estado, a nossa cidade. Então, temos num ponto o gerador onde tem uma ligação com o Operador Nacional do Sistema, o ONS, que é quem pega essa energia que gerada e distribui para a transmissora e a distribuidora em si para o País. Tem a câmara de comercialização que é quem comercializa essa energia, depois você tem o transmissor que pega essa energia e distribui para todo o resto do País, e no final da cadeia temos as distribuidoras

que pega essa energia e distribui aos consumidores finais, às residências, as indústrias, ao comércio, e disso tudo, é feita uma liquidação em termos monetariamente dentro dessa câmara de comercialização de energia elétrica que são as relações comerciais. Enfim, esses vários agentes que compõem toda estrutura do setor elétrico brasileiro. Os órgãos institucionais que fazem todo esse movimento, que fazem chegar aos nossos lares, que definem as políticas públicas de energia elétrica, começando pelo Conselho Nacional de Política Energética é quem define todas as políticas que são fechadas, são consensadas dentro do Ministério de Minas e Energia e isso é levado à empresa de pesquisa energética que é quem elabora todo planejamento elétrico do nosso País levando as grandes obras, as grandes redes. A construção de grandes obras e grandes redes, o comitê de monitoramento do setor elétrico é quem permanentemente monitora como está o desempenho do sistema elétrico, se está faltando energia, se não está faltando energia, quais são as obras que o País necessita, que os Estados necessitam para que não haja descontinuidade no fornecimento da energia.

Aqui, a ANEEL que é o grande regulador que pega todas essas políticas públicas emanadas do Ministério de Minas e Energia e transforma isso em ação, em regulação, e o operador nacional que é quem é o grande setor, a grande entidade que opera todo esse sistema, e a câmara de comercialização é quem fecha o circuito liquidando toda essa questão comercial de recursos de todos esses agentes. E dentro desse arcabouço de estrutura de órgãos do setor elétrico que faz essa grande máquina funcionar. Nós temos a holding que é a Eletrobrás, uma empresa do Governo Federal, onde a Eletrobrás atua em vários segmentos. Ela é o propulsor. A Eletrobras é o propulsor do grande desenvolvimento energético do País desde a década de 60. Então, a Eletrobrás como Holding tem a ELETROPAR que é um componente de Telecomunicações de participações de telecomunicações da Eletrobrás, nós temos a Itaipu Binacional, a parte brasileira que está ligada a Eletrobrás.

Aí nós temos as grandes geradoras e transmissoras, que são a CHESF que cuida da região Nordeste, a ELETROSUL da região Sul, a Eletronorte focada nos empreendimentos da Região Norte, e Furnas na região Centro Oeste. Temos ainda a CGTEE uma geradora térmica na região Sul do País, o CEPEL que é o grande centro de pesquisa de Energia Elétrica da Eletrobrás que é onde desenvolvem as grandes tecnologias, os grandes estudos para esse sistema brasileiro, porque um País com dimensões continentais, se levar energia aqui da região norte para o centro sul isso é um desafio enorme, precisa de estudo, precisa de novas tecnologias, e o CEPEL é quem desenvolve isso para o País. E também dentro da cadeia produtiva de geração de transmissão vocês têm a distribuição de energia, a Eletrobrás também atua dentro da distribuição de energia com seis concessionárias, que é a distribuição: Rondônia, Acre, Piauí, Alagoas, Roraima e o Amazonas que agora incorporada a CELG e possivelmente mais duas, mais duas concessionárias que é Roraima e o Amapá. E dentro da Eletrobrás tem as empresas de distribuição de energia que atuam nesses seis Estados, como eu falei anteriormente, agregando agora recentemente o Estado de Goiás e posteriormente talvez Amapá e Roraima. E aqui a localização Geográfica dentro do País dessas distribuidoras. Especificamente

iniciaremos a comentar por Rondônia, sobre a concessão da Eletrobrás distribuição Rondônia. O Estado de Rondônia, tem 277.000 quilômetros quadrados, uma população de um milhão e setecentos mil habitantes, com uma densidade... isso é bem importante a frisarmos. Essa densidade do nosso Estado de 7,4 habitantes por quilômetro quadrado, nós atendemos, a Eletrobrás distribuição Rondônia em 146 localidade, além dos 52 Municípios, mais 94 Vilas e Distritos. Nós temos hoje 580 mil consumidores, consumidores livres que são aqui dentro do Estado, que compram energia de outros Estados, uma Malha de Distribuição, uma rede de distribuição Rural e Urbana de 56 mil quilômetros quadrados, 57 subestações para atender todos esses consumidores, uma potência instalada de 934 MVA, e a quantidade de conjunto, o Estado é dividido em conjunto, 26 conjuntos, e 26 usinas Térmicas. Ainda temos Usinas Térmicas no Estado de Rondônia e uma PCH. O desafio do clima Amazônico para a nossa concessão é muito grande, todos nós conhecemos o período de inverno que temos durante alguns meses do ano, e sabemos que é extremamente difícil. Nós fazemos as manutenções, fazemos as expansões, fazemos o atendimento a todos consumidores do nosso o Estado que é de extrema dificuldade, mas nem assim nós deixamos de levar, nós deixamos de atender, nós deixamos de fornecer energia, de estar junto dos nossos fornecedores.

Só para termos uma ideia da dimensão do nosso Estado.

O SR. CARLOS ANDRADE – Doutor Júlio, Carlos Andrade... Bom dia a todos.

O senhor falou Usina Térmica. O que seria essa Usina Térmica, só para traduzir para a nossa população.

O SR. JÚLIO CÉSAR LOPES FERREIRA – Usinas Térmicas que nós temos, nós vamos mostrar aqui com mais detalhes na frente. As Usinas Térmicas são sistemas isolados onde uma localidade ou um Município, é atendido totalmente por Usina Térmica. É uma Usina... normalmente aqui no nosso Estado, a fonte primária dele é o óleo diesel onde gera energia e distribui para o município, para o distrito, para a cidade. Chamamos esse sistema de sistemas Isolados. O regulador define esse sistema como Sistema Isolado, nós temos aqui no Estado 26 Sistemas Isolados. Então, só continuando, esclareceu? Continuando, somente uma Regional, que é a Regional Centro, que chamamos a Regional Norte, que pega Porto Velho, Guajará-Mirim, Candeias. Nós temos uma extensão de 79 mil quilômetros quadrados, uma densidade de 6,7 habitantes por quilômetros, representando 33 quilômetros da área total do Estado, onde nós atendemos cinco Municípios, totalizando quase 600.000 habitantes. Comparando somente essa região aqui, que está em cinza, com o Estado do Rio Grande do Norte, o Estado do Rio Grande do Norte tem 52 mil quilômetros quadrados, é uma área de 52 mil quilômetros quadrados com uma densidade de 60 habitantes por metro quadrado e Alagoas 27 mil quilômetros quadrados com uma densidade de 112 habitantes por quilômetros quadrados. É só um exemplo, para mostrar a dificuldade da concessão aqui da nossa região, no nosso Estado, eu falo Estado cito a região toda, que é Roraima, é o Amazonas, é o Amapá, toda a nossa região. E mesmo assim, a nossa evolução de atendimentos do número de consumidores podemos considerar que é

estrondosa. Para se ter uma ideia, nós saímos em 2005 com 380 mil consumidores e chegamos ao final de 2014 com 580 mil consumidores. Isso nós estamos falando com relação a 200 mil consumidores ao longo de 10 anos que dá em média quase 20 mil consumidores ligados a cada ano que se tem que fazer rede, fazer subestação, fazer linha e atender esses consumidores. Isso dá um crescimento médio, anual, um crescimento todo ano de 4,8%, e para se ter uma ideia o País cresceu nesse período algo em torno de 2, 3 variando a cada ano. Então, isso é um grande desafio para essa concessão, para este Estado que é um Estado novo que tem muita coisa a ser feita ainda. Da mesma forma o consumo de energia não poderia ser diferente, cresceu também de uma forma estrondosa, de 1.439.000 MW/hora nós chegamos ao ano de 2014 para 2.992.000 MW/hora que dá o crescimento de 107% com um crescimento médio anual de 8,5. Quer dizer é uma coisa muito, muito estrondosa. É o Estado crescendo, as pessoas melhorando a qualidade de vida, melhorando a sua renda com circulação de dinheiro do Estado, indústria chegando, empreendimento chegando e isso é um desafio que a concessionária, a Eletrobrás distribuição Rondônia vem enfrentando e continuará enfrentando. E isso obviamente, precisa de investimentos, precisa de abnegação, buscar recursos juntos aos órgãos financiadores. Então, nós tivemos aqui ao longo desses anos começando alguma coisa, já realizamos ao longo desse período nesses 10 anos de 2005 a 2014, algo em torno de 1,4 bilhões de reais de investimento durante todo esse período o somatório de todos esses recursos investidos chegamos aqui ao longo de 10 anos em torno de 1,4 bilhões aplicados e isso alguma coisa em torno de quinhentos e quarenta milhões no "Programa Luz para Todos" e em torno de seiscentos milhões na parte de ampliação propriamente dita da rede urbana, da rede rural, construção de subestação e a parte de manutenção, investimento e manutenção. E a nossa proposta para os próximos cinco anos é de investimento em torno de 1,7 bilhões, está investindo. Em 2015 uma previsão de 378 bilhões, chegando 513 em 2016, 465 em 2017, 234 finalizando 2019 com 128. Isso dá 1,7 bilhões, a previsão de investimento para os próximos cinco anos, isso aí, com uma ordem de 300 milhões aqui no "Programa Luz para Todos" e 800 milhões, 1.4 milhões no restante dos investimentos, amplia a manutenção do sistema. A ampliação do sistema são os grandes detentores e aqui especificamente nesses dois itens nós queríamos fazer uma observação. A parte da ampliação do nosso sistema e a parte da distribuição do "Programa Luz para Todos". Isso mais na frente eu vou comentar com vocês. E todo esse investimento nesses últimos 10 anos, o que nós estamos prevendo para os próximos cinco anos, nós temos hoje, culminou hoje num ativo, um ativo de distribuição à malha, o nosso sistema de distribuição no Estado, ele atinge a 49 mil quilômetros de rede está entendendo, onde a estrutura disso, 6% disso é urbana, estão dentro das cidades e 94% disso é na área rural. É uma malha rural extremamente densa, extremamente grande, com uma densidade que nós estamos lá atrás de 6,7 habitantes por quilômetro quadrado. Vocês imaginam o desafio que é levar a rede a toda essa população? precisa de rede e nós temos esse desafio para cumprir. Então, é isso que faz essa grande diferença da malha rural ser bem mais extensa, bem maior, bem mais complexa que a malha

urbana. Aqui os nossos, com toda essa indicação, nós temos os nossos índices de continuidade que é o que mede a eficiência da empresa. Então, nós temos aqui o DEC que chama Duração Equivalente por Consumidor, que traduzindo, é a quantidade de horas que cada consumidor no Estado fica sem energia durante um determinado período de tempo. Então, nós estamos mostrando a evolução de 2003 desse indicador até 2014 e a projeção desse indicador até 2017. Então, nós podemos perceber que nós saímos em 2003 de uma duração de 60 horas que se traduz o seguinte: cada consumidor em 2003 ficou 60 horas sem energia durante o ano de 2003, nós estamos, em 2014, nós fechamos o ano de 2014 com 27 horas, estamos chegando, chegaremos em 2017 com apenas 20 horas. Já aqui, nós já estamos dentro do padrão da Agência Nacional de Energia Elétrica. O padrão que a agência estabeleceu para Rondônia, e que nós queremos chegar, é o patamar de 20 horas. Da mesma forma o indicador frequência que é o que mede a quantidade de vezes que cada consumidor sofreu um desligamento, ficou sem energia. Então, nós saímos também mais ou menos similar, de 61 vezes em 2014, algo em torno de 26, 26 vezes e chegaremos em 2017 a 15 vezes. Então, esses decréscimos aqui vão de encontro a todo aquele investimento que a empresa está buscando de 2015 até 2017, está colado, está aderente a todo aquele investimento... nós vamos chegar aqui porque nós faremos, realizaremos todos aqueles investimentos.

Como eu tinha comentado, um dos grandes projetos nosso que irá de encontro a esses indicadores, que irá de encontro à eliminação de todas essas usinas térmicas, Deputado, que nós temos hoje dentro do Estado é o Programa da sub-rogação da Conta do Consumo de Combustível.

O SR. EXPEDITO NETTO – Sr. Júlio, Sr. Júlio, nessa questão de térmica, desculpe interromper o seu discurso, mas eu queria depois perguntar, inclusive, para o Sr. Percy, mas que fique bem claro, porque teve uma situação aqui dentro do nosso Estado de Rondônia, nós temos a situação da questão da Termo Rio Madeira que abasteceu por mais de 20, 30 anos Rondônia e o Acre, e hoje nós estamos, o Governo Federal tentou fazer uma reforma de mais de 60 milhões nessa Termoelétrica para que se doasse a Bolívia. Rondônia hoje, nós, ainda temos um grande problema na questão de distribuição de energia elétrica, sem tocar ainda na questão da tarifação, mas está tendo na questão de distribuição. Como que uma Termoelétrica que não tem utilidade para Rondônia, que não tem utilidade para o nosso País, teria utilidade com uma reforma de 60 milhões? Se ela não tem utilidade para que reformar e doar? Hoje Rondônia não se encontra em condição de doar nada, nem Rondônia e muito menos o nosso País. Então, eu não consigo de certa forma entender como uma usina que não tem o que uma Termoelétrica que não tem utilidade necessitar de uma reforma de 60 milhões para que seja doada a Bolívia. Então, gostaria que se caso o senhor não consiga, talvez, deveria ser o Sr. Percy mas para a frente ele vai ter oportunidade também de ter a palavra como uma Termoelétrica sem utilidade necessita de uma reforma de 60 milhões para que seja doada a Bolívia?

O SR. JÚLIO CÉSAR LOPES FERREIRA – Ok! Eu prefiro deixar que a Eletronorte responda, porque a Usina é da Eletronorte

eu não detenho. Então, o nosso Projeto de sub-rogação que visa eliminar as usinas térmicas, ainda existentes no nosso Estado tem como objetivo, isso foi levado ao regulador. O regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou, o Ministério aprovou esse projeto que visa universalizar o atendimento ao nosso Estado, propiciar modicidade tarifária aos consumidores, e à medida que se tira a energia térmica, se reduz o consumo de óleo diesel e isso vai reduzir a tarifa aos nossos consumidores. Substituir a geração térmica a óleo diesel que é cara, onerosa, por outras fontes de energia, harmonizar as ações de planejamento da expansão do sistema elétrico no Estado de Rondônia e viabilizar, obviamente, a consolidação total do Estado de Rondônia ao Sistema Interligado Nacional. Integrar totalmente essas localidades que ainda não estão interligadas ao Sistema Nacional, utilizando, obviamente, esses benefícios da sub-rogação e também, olhando o lado do meio ambiente, diminuir a emissão de gás poluente que contribui para o efeito estufa. Então, hoje, o nosso mapa conta...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Só um minutinho aqui. Eu queria pedir para o pessoal do som que controlasse melhor o som, porque não estão ouvindo lá atrás. Eles estão lá sem ouvir. Que aumentasse o volume, a distribuição para que pudessem ouvir. Se o senhor puder falar um pouco mais alto, às vezes mais perto do microfone, porque as pessoas querem ouvir e não estão ouvindo.

O SR. JÚLIO CÉSAR LOPES FERREIRA – Está ok. Então, o nosso projeto da sub-rogação contempla a substituição, a eliminação, a desativação dessas usinas, dessas três usinas que estão aqui: União Bandeirantes, Vista Alegre, Califórnia, Extrema, Buritis, Campo Novo, São Francisco, Costa Marques, Urucumacua, Alvorada do Oeste, Anari, Machadinho e Cujubim. Então, esse projeto, nós temos aqui essa parte em amarela, é a área do nosso Estado que ainda é suprida por geração térmica, por sistemas isolados. E essa outra área em azul, em verde e azul, ela está totalmente interligada ao Sistema Interligado Nacional, está ligado ao restante do País. Então, o desafio da empresa é exatamente... desativando essas usinas térmicas, nós interligamos essas cidades, todas essas cidades ao sistema elétrico nacional. Tal que vai diminuir, como nós falamos anteriormente, vai diminuir o consumo de óleo diesel, melhorar a qualidade de atendimento dessas populações. O propósito, com o final desse projeto, é que toda essa extensão do nosso Estado fique totalmente interligado ao sistema nacional, restando somente aqui à região do Baixo Madeira e aqui a do Guaporé, que são sistemas totalmente isolados na beira do rio, que nós, mais na frente, posteriormente, nós teremos outras fontes de alternativas de energia, talvez a solar, talvez até a eólica, não sei; por biomassa também, utilizando produtos da região para gerar energia nessas localidades. Mas isso representa alguma coisa, em torno de 99,82% de todo o nosso Estado estará totalmente interligado ao Sistema Nacional, restando esses pontos aqui. E aqui, para vocês terem uma ideia, vamos passar bem rapidamente quais são as regiões que serão contempladas. Primeiro: a região de Ponta do Abunã, onde nós vamos desativar a usina térmica de União Bandeirantes, seguida à região de Abunã também, a parte de Vista Alegre, Extrema e Nova Califórnia. Depois a região de

Buritis, que é a segunda região, desativando Buritis, a usina térmica de Buritis e Campo Novo, interligando totalmente, aqui, ao Sistema Interligado Nacional que passa ali em Ariquemes, nós vamos conectar. Da mesma forma a região da 429, vamos ligar lá em Ji-Paraná, Presidente Médici a Alvorada, São Domingos e Costa Marques, essas usinas, vamos desativar essas usinas, ligando aqui. E a região de Chupinguaia, onde nós vamos desativar a usina de Urucumacua, conectando ela a Corumbiara, Cerejeiras e ligando aqui à Vilhena. E, por fim, a região de Machadinho, desativando essas duas usinas, grandes usinas térmicas, ligando através de Theobroma e Jaru ao sistema nacional. Então, esse é o nosso grande projeto, que dentro da nossa área de concessão nós chamamos de um 'projeto estruturante', dentro da nossa concessionária, nós estamos buscando recursos junto ao Ministério, junto a órgãos oficiais, junto a Bancos, ao BNDES para ver se conseguimos alavancar esses recursos. Já temos uma boa sinalização do Ministério, porque começou um entendimento com o nosso Presidente na semana passada.

O outro programa, que é um grande programa dentro do nosso Estado, que é o Programa Luz Para Todos, que iniciou em 2004, tem o nome de Programa Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica Luz Para Todos, instituído pelo Decreto 4873 e que ele se prorrogou depois até 2010, depois até 2014 e depois até 2018. Esse Programa, hoje, está prorrogado até 2018. O nosso Programa tinha, ele tem uma meta de atendimento. Nós já conseguimos, até o ano de 2014, atender setenta e um mil consumidores. Estamos iniciando as obras de atendimento de mais seis mil e quatrocentos consumidores, e também o nosso Presidente esteve agora no Ministério para a extensão desse Programa, que já está estendido até 2018, mas alavancando recurso para atendermos mais quatorze mil consumidores, que hoje a demanda do nosso Estado gira em torno de dezoito a vinte mil consumidores que ainda não têm energia. Então, isso é o que a gente está buscando nesse primeiro momento, esses seis mil, mas já na sequência o restante, quatorze, doze mil consumidores. O total, como eu fiz o comentário com vocês, em torno de quinhentos milhões, meio bilhão já investido e com a proposta de mais trezentos milhões daqui para frente.

Além de tudo isso, Rondônia tem uma grande, vamos dizer assim, vaidade. Nós, hoje, como o próprio Deputado falou, nós somos um grande exportador de energia. Hoje nós abrigamos os dois maiores empreendimentos, dos três, os dois, dos três empreendimentos maiores em construção no País, dois estão aqui em Rondônia, que é a Usina de Jirau e a Usina de Santo Antônio, o terceiro é a Usina de Belo Monte. Mas são empreendimentos de grande importância para o País que estão dentro do nosso Estado, que alavancaram este Estado, de certa forma, trazendo pessoas, trazendo indústrias, trazendo emprego, trazendo renda. Então, hoje nós temos instalado dentro do Estado, com a consolidação total desses dois empreendimentos, nós temos instalado alguma coisa em torno de sete mil e trezentos MW/hora. É algo quase equivalente a uma Usina de Tucuruí. Então, nós temos hoje instalados com as duas usinas, com mais a Usina de Samuel, a Usina de Rondon, os produtores independentes, as pequenas centrais hidrelétricas e mais a térmica TERMONORTE e mais as usinas térmicas menores. Nós atingimos ao valor de sete mil e

trezentos MW/hora instalados dentro do Estado. Para vocês terem uma ideia, hoje Rondônia, a previsão para esse ano em Rondônia, é de uma demanda máxima de 700MW, então dos sete mil, Rondônia hoje tem uma demanda máxima de setecentos. Nós temos uma previsão para 2019 e que essa demanda atinja novecentos, ou seja, você vai ter um consumo dentro do Estado de novecentos e terá uma potência 7.300MW instalados. Então vai demandar aí uma exportação de quase seis mil e poucos MW para o restante do País. O nosso Estado vizinho aqui, o Acre, e mais todo o restante do País... Isso é de uma importância muito grande, muito relevante, isso assegura, além de tudo, isso assegura para o Estado que o fornecimento de energia para o Estado está garantido, nós não teremos mais aquela situação que nós tínhamos no passado de blecaute, de paralisação, de usinas térmicas ficarem desligadas por um dia inteiro, um transtorno, à dificuldade de peças sobressalentes porque eram todas máquinas importadas. Nós temos uma potência instalada que consegue atender Rondônia e o resto do País, quer dizer, essa garantia desse potencial instalado aqui dentro do Estado, terá o aumento com o leilão, acho que ano que vem da Usina de Tabajara, eu acho que é o nome dela, em torno de 300MW, isso passará um valor maior. E ainda mais, nós temos mais dois empreendimentos aqui dentro do Estado e outro binacional também dentro do nosso Rio Madeira, que fará aumentar. Então, isso é uma garantia futura para o nosso Estado, de crescimento para o nosso Estado, porque a energia está aqui, ela está localizada, e se hoje nós somos exportadores, amanhã poderemos não ser, amanhã poderemos não ser. Com a ferrovia, que com certeza vai chegar até nós, isso vai alavancar tremendamente. Nós reclamávamos no passado, porque o Estado não tinha energia elétrica para alavancar, para crescer, hoje nós toda a energia. E como é que essa energia é escoada? Nós saímos daqui, todo esse potencial do nosso Estado, ele é escoado diretamente para São Paulo e obviamente, era espalhado para todo o restante do País e com a futura interligação de Porto Velho com Manaus, através de uma linha de transmissão, o País estará totalmente interligado, todas as suas Capitais totalmente interligadas, com a ligação aqui do Amapá e de Roraima também. Isso é muito importante para o País em termos de garantia a toda nossa população. Especificamente o Estado de Rondônia, o perfil do nosso fornecimento, hoje, nós temos 92% de fornecimento de energia através de hidrelétricas, 1% através de pequenas centrais hidrelétricas e o restante Termonorte e outros produtores independentes de usinas térmicas a óleo diesel. Então, 93% do atendimento ao Estado de Rondônia são feitos de energia hidráulica e apenas 6% de energia térmica, usando como fonte primária o óleo diesel. Então, isso é uma coisa importante? Sim, porque o Estado, está contribuindo para o meio ambiente, o consumo de combustível vem diminuindo a cada ano e isso é muito importante para todos nós. E aqui, como é distribuído, como é o desafio de atendermos a toda essa malha, os cinquenta e dois municípios, as cento e quarenta e três localidades com cinquenta e dois municípios, noventa e tantos distritos e vilas, que essa malha de linhas e rede de transmissão que a CERON tem do patrimônio dela, para atender a todos os nossos consumidores. Isso é uma projeção até 2024, nós estamos contemplando também toda desativação das nossas usinas aqui de Costa Marques, isso tudo será desativado, é só

a malha de transmissão. Por fim, a gente queria fazer uma abordagem que na realidade é o grande tema, além da qualidade do fornecimento da energia é a parte da formação da tarifa, o preço da tarifa. Como que é formada essa tarifa? Toda regulação tarifária, é ordenada pelo agente, o agente regulador, a ANEEL, onde ela define os parâmetros, a metodologia que cada uma concessionária do País terá como formação na sua tarifa e qual o preço que vai resultar a partir dessa formação, o preço dessa energia. Então, hoje a perspectiva de custo de produção, ela é formada do custo de produção de uma concessionária de distribuição, ela é formada por dois componentes. Então, aqui você entenda como uma concessionária de distribuição de energia, que vende a energia ao consumidor final. Então, ela é formada da parcela "A", que o regulador chama de parcela "A". O que compõe a parcela "A"? Parcela "A" são aqueles custos não gerenciáveis e não tem ação que o concessionário, a distribuidora de energia, não tem ação sobre aquele custo. O que é ele? A compra da energia. Toda concessionária do País, ela compra energia em leilão. Então, ela tem a necessidade, vai comprar energia no leilão, não tem gerência sobre aquele preço. Outro item que ela também não tem gerência, é sobre os encargos, os impostos, o ICMS, PIS, COFINS, os encargos da rede transmissão, ela também não tem gerência sobre esses custos e os transportes e as conexões. O que ela tem que fazer, o sistema tem que fazer para que a energia chegue aqui? Esse preço, também não tem condições. Então, primeiro componente é o que chama parcela "A" que chamamos custos não gerenciáveis, e o segundo, que o regulador chama de parcela "B" que compõe os custos operacionais. O que são os custos operacionais? Todo aquele custo que o concessionário de distribuição tem para levar energia, para fazer investimento, para fazer a leitura, para fazer manutenção, todo esse custo que o concessionário tem para levar energia ao consumidor final. A remuneração de capital, é qual o núcleo que aquele concessionário tem que ter. Não é o concessionário que estabelece, quem estabelece isso, é o poder concedente, é quem está dando a concessão, e o Governo Federal e a ANEEL regulam quanto deve ser a remuneração desse investidor, desse concessionário. E a cota de depreciação, é quanto ele tem que estabelecer para aquele bem, aquela rede que ele está colocando. E quando ela vai depreciar? Quando ele tem que repor aquele bem? Ele precisa disso, desse dinheiro para poder fazer novos investimentos. Então, a gente chama isso de custos gerenciáveis, por quê? Essa parcela do custo da energia está efetivamente sobre o comando da concessão, da empresa de energia elétrica que atua no Estado, naquela região. Então, esses dois componentes, ele define o que chama o regulador de receita de equilíbrio econômico e financeiro, ele diz: você com essa perspectiva de parcela A, com perspectiva de parcela B, você terá esta receita e, portanto, a sua concessão estará equilibrada, daí ela estabelece a estrutura tarifária daquela concessão. Quanto vai ser o preço? Quanto o consumidor residencial vai pagar? O industrial? O rural? A iluminação pública? O poder público? Essa é a lógica, a lógica da concessão que o regulador estabelece, não é o concessionário, que o regulador estabelece. E para isso ele diz: estabelecida essa regra eu vou fazer a sua, o seu reajuste a cada ano, a cada ano ele pega o custo daquele concessionário e faz o reajuste

através, alguns indicadores pelo GPM e a cada 04 anos ele faz uma revisão. O que é uma revisão? A revisão, vai analisar o custo daquela concessão e dizer se teve um ganho de 10, então esse ganho de 10 vai passar para o consumidor. Todos estão lembrados que agora em novembro de 2014, a CERON, teve, a Eletrobrás teve um reajuste e esse reajuste foi negativo. Porque o regulador entendeu que o ganho que a empresa teve naquele período teria que ser passado para o consumidor e passou para o consumidor. Então, teve um reajuste negativo. Hoje, a situação da nossa tarifa, o que nós cobramos, é que a Eletrobrás distribuição Rondônia cobra a cada consumidor do nosso Estado, ela está dividida da seguinte forma, isso é a transparência fiel do que é a conta de energia de cada um de nós. Então, na conta de energia de cada um de nós, temos 15% que é do ICMS que é o Imposto de Circulação de Mercadoria, 2,94% PIS-COFINS. Nós pagamos, cada cidadão, 16,58 para encargos, para o Governo Federal, para o transportador de energia, para o cara que está conectando a rede de energia, 1,2% é o transporte também para esse cara, encargos aqui, tem outros componentes que é o pagamento para ANEEL, pagamento da anuidade da ANEEL, pagamento da anuidade para o operador nacional e 44%, quase 45% é a conta de energia, é o valor que tiramos da conta de energia para comprar energia e essa energia deve ser bendita, ela é comprada em leilão, não é a CERON que define o preço, é o leilão que define o preço. O que sobra, o que sobra para a CERON, para esse componente aqui, o que sobra para a CERON, para esse componente aqui é somente 19%. Então, a Eletrobrás Distribuição Rondônia, ela tem 19,11% da conta de cada um de nós, da nossa conta de energia para fazer a manutenção, ampliar rede, atender cada consumidor, instalar medidor, leitura, fazer a leitura de todos os nossos consumidores, essa é a nossa parcela, a nossa parcela em toda nossa... quer dizer, quase 80% é colocado, 80%, 81% é retirado da conta para pagar outros encargos. E aqui, hoje, qual é o ranking da tarifa da Eletrobrás distribuição Rondônia? O ranking da tarifa Eletrobrás Rondônia, hoje, exatamente hoje, é a 34ª posição de todas as empresas ranqueadas pela ANEEL. Então, nós temos aí desde empresas que estão em estados altamente adensados, tipo CEMIG, tipo AMPLA no Rio de Janeiro que deve ter seus 130, 140 consumidores, habitantes por quilômetro quadrado. Temos aqui a ELEKTRO, em São Paulo, quantos habitantes por quilômetro quadrado a ELEKTRO não tem. Então, concessionárias extremamente adensadas em Estados altamente populosos com tarifas maiores que a nossa. Nós estamos aqui na 34ª entre 64ª distribuidoras.

Isso é o que a Eletrobrás queria colocar como contribuição a vocês para o debate, obviamente, para o debate de todas essas questões e mostrar que nós estamos à disposição de todos vocês, de todos os consumidores para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado a todos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Agradecemos pela palestra.

E pela ordem, Sua Excelência o Senhor Deputado Federal, Expedito Netto, e pedimos que os próximos oradores sejam mais breves, em virtude de muitas inscrições.

Quero registrar a presença do Dr. Fernando Luiz Ferreira, Advocacia Geral da União; Senhor Eliel Ferreira, Membro do

Conselho Municipal das Cidades; Excelentíssimo Senhor Vereador Lúcio Rojas, Câmara Municipal de Candeias do Jamari; Dr. Reginaldo Ferreira, representando a Câmara Municipal de Nova Mamoré.

O SR. EXPEDITO NETTO – Gostaria de agradecer a palestra Dr. Júlio, foi uma grande palestra, mas, nós precisamos, nós tivemos uma grande aula de Geografia, nós precisamos, agora, termos menos técnicos, nós precisamos agora tocar mais no que realmente o povo de Rondônia quer ouvir, no que a população que está aqui, no que os prefeitos que estão aqui, nós que os vereadores precisam levar para os seus municípios, que é a realidade. Nós precisamos saber a qualidade, o preço da nossa energia elétrica. E agora temos aqui, primeiro, eu gostaria de passar a palavra para o meu companheiro Carlos Andrade, logo em seguida eu já queria que o nosso Defensor Público, Defensor Marcus, falasse um pouco do que é realmente essa realidade.

O SR. CARLOS ANDRADE – Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia; Deputado Federal Expedito Netto, membro da Comissão de Minas e Energia; Deputado Alex Redano; Dr. Luiz Marcelo Reis de Carvalho, Diretor Presidente da Eletrobrás e representante do Ministério de Minas e Energia; Senhor Gerardo Martins de Lima, Presidente da EMDUR, representando a Prefeitura Municipal de Porto Velho; Dra. Daniela Nicolai, Promotora de Justiça; Dr. Marcus Edson, Sub Defensor Público Geral do Estado; e meu amigo Robinson Percy, Gerente Regional da Eletronorte. Cumprimentar a todos que estão nesse ambiente aqui, no plenário, estão nos ouvindo, no plenário da Assembleia Legislativa do Estado. Mas eu gostaria de fazer algumas indagações, primeiro parabenizar pela apresentação do Dr. Júlio César. Acredito que foi muito esclarecedor, mas nós temos um público aqui que nós gostaríamos de dá uma trocada Dr. Júlio César, dá só uma trocada na moeda para que haja um esclarecimento.

Gostaria de começar falar da perda, eu até pediria, porque são perguntas mesmos, não seria uma fala, seria uma indagação até para que a nossa população pudesse entender e ter clarificado, seriam perguntas que o Dr. Júlio César poderia até responder se for o caso, agora. Por exemplo, a concessionária, eu não estaria errado se chamasse CERON, mas na verdade é Eletrobrás Distribuidora Rondônia, é por que isso dá uma confusão na cabeça do povo, a empresa mudou o nome, mas, esqueceu de combinar com o povo. Eletrobrás Distribuidora Rondônia, esqueceu de combinar com quem paga a conta. Mas, deixa eu só fazer uma pergunta: a energia que é comercializada no município de Porto Velho e nos demais municípios, a concessionária tem uma perda, você perde, tem roubo de energia, tem perda ao longo dos condutores. Ai eu perguntaria ao Presidente, ao Dr. Marcelo, quem paga essa conta Dr. Marcelo? Essa seria a minha primeira pergunta, quem paga? É o consumidor que paga essa conta? E a outra pergunta: o Dr. Júlio César ele colocou que a Eletrobrás Distribuidora Rondônia, CERON, até eu me acostumar com isso, vai demorar um pouco, Dr. eu não vou perguntar ao senhor, vou perguntar ao povo: posso chamar de CERON? Essa perda, primeiramente quem paga essa conta desses roubos de energia, a

concessionária absorve isso? É a população que paga essa conta? Essa seria nossa primeira pergunta. A outra pergunta, há uma sensação e um sentimento do cliente consumidor da CERON, que nós temos aqui. Eu sou ali do bairro Areal, do bairro Eldorado e o Presidente do meu bairro está bem aqui, esta sentado ali do outro lado do vidro, o nome dele é Lima Neto, e nós temos uma sensação de que nós pagamos a energia mais cara do Brasil, mas como conhecedor de causa, e estou aqui do vosso lado, eu sei que não retrata a mais pura realidade. O Dr. Júlio César, apresentou nos apresentou que tem 33 empresas no Brasil que são mais caras do que a CERON, não é? Então, nós somos a 34ª empresa que tem a tarifa, mas, o povo, a população não tem esse conhecimento. O que a CERON tem hoje de campanha para mostrar isso para a população, que não tem a energia mais cara? Observe que as duas perguntas estão consorciadas. Primeiro, a perda, aqueles roubos, aqueles gatos de energia que são feitos, e quem paga? Segundo, como é que eu faço, como é que a CERON faz para divulgar para a população que não tem a energia mais cara? E a terceira pergunta: o Dr. Júlio César, colocou da universalização, e me traz a monta aqui que era um programa do governo anterior lá do programa do Fernando Henrique Cardoso, era a 'Luz do Campo', depois passou a ser chamada de 'Luz para Todos'. Eu tenho observado que algumas vicinais... se eu usar esse termo, está correto? Vicinais ou ramais? estou falando de área rural, pessoal. Na área rural algumas propriedades são atendidas e outras são deixadas ao longo do caminho, como é que nós vamos fazer? O Dr. Júlio apresentou aqui que tem uma meta, a gente tem alcançado ao longo desse tempo essa meta. Foi projetada uma meta para todos os anos, só que aquela é uma projeção e muitas das vezes na realidade lá do município, aquela meta foi alcançada, mas ficaram muitas propriedades Dr. Júlio, sem serem energizadas. O senhor afirmou aqui que o Ministério de Minas, alongou o prazo, mas, não alongou o recurso para que essas propriedades fossem atendidas até 2018, parece-me que o alongamento do prazo do convênio é até 2018 para que a universalização esteja completa. Mas penso e tenho a convicção que muitas propriedades rurais, porque geralmente são propriedades rurais que ficam distantes, elas não estão sendo contempladas. Como é que a CERON esta fazendo para que essa energia possa chegar lá nesse consumidor? Que resposta que nós daríamos para esse consumidor que está ali sentado, que está lá na área rural, como é que nós poderíamos medir isso? Nós temos isso em Roraima, nós temos isso no Amazonas, nós todos sabemos que a região Norte é uma região difícil, muitas terras, muitas propriedades. Mas como é que a CERON está fazendo para eficientizar esse alcance da universalização do 'Luz para Todos' chegar a todas essas propriedades rurais? Por fim, o que a CERON tem de investimento para 2015 e 2016 para esses investimentos na área rural? Porque eu acredito que a coordenação do 'Luz para Todos' deve estar com a CERON. A coordenação no Estado eu acho que está com a CERON.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Não, tem um comitê gestor estadual com representantes de vários órgãos.

O SR. CARLOS ANDRADE – Eu digo assim só para responder.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – A execução está com a CERON.

O SR. CARLOS ANDRADE – A execução, mas qual é esse montante de investimento que tem esse segmento no Luz para Todos? E o que a CERON tem de investimento para a sociedade rondoniense? Essas seriam as perguntas. Muito obrigado Presidente.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Bom dia a todos, como eu já falei o meu nome é Luiz Marcelo, sou engenheiro eletricista de formação, estou a 21 anos na Eletrobrás Distribuição Rondônia, atualmente ocupando o cargo de Diretor Presidente e sou rondoniense, nascido aqui em Porto Velho a menos de mil metros, na antiga maternidade Darci Vargas.

Cumprimentar aqui o Deputado Maurão de Carvalho por nos receber aqui, o Deputado Federal Expedito Netto, que nos dá uma oportunidade para esclarecer a população de Rondônia e a todos os presentes sobre o papel da Eletrobrás Distribuição aqui no Estado de Rondônia.

O Deputado Federal Carlos Andrade, fez perguntas aqui, acho que muito importante para todos que estão presentes, o nosso colega Gerardo que esta a frente da Empresa de Iluminação Pública hoje, Dra. Daniela, Dr. Marcus e todos os presentes, toda a população aqui são nossos os nossos consumidores sem os quais a Eletrobrás Distribuição não existiria, portanto merecem todo respeito nesta importante reunião que acontece aqui, diria que uma reunião bastante esclarecedora. Pois bem, Deputado, quanto a questão de perdas, Rondônia passa como algumas regiões do País, por questões da seguinte maneira, nós temos aqui hoje o Estado dividido praticamente em três regiões, a região Sul que engloba Vilhena e demais cidades, Colorado, Cerejeiras, que tem uma colonização um pouco diferente. A ocupação aqui no Estado tem pessoas vindas mais do Sul, e naquela região a nossa perda é em torno de 11%. Quando chegamos aqui, mais para a região central do Estado, Ji-Paraná, Ariquemes, essa perda começa a subir, vai para a casa de 18% a 20%, e quando chega aqui em Porto Velho, nós já tivemos há anos, mais de 50%. Então, tem o aspecto bastante cultural, também, e nós devemos levar em consideração. Hoje, a perda global da empresa está em torno de 22%, nós temos uma meta para chegar em 2017, em torno de 11%, e para isso a Eletrobras tem que, além de fazer os investimentos necessários, tem que contar com o apoio de todos os senhores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Ministério Público, para que se mude um pouco essa cultura.

Quando o senhor pergunta: quem paga essa conta? Somos todos nós. Todos nós pagamos essa conta, a distribuição tem uma parcela atrelada a sua eficiência, a seu modus operandi, a sua maneira de cobrar e tem uma parcela dessa conta que é a população. A ANEEL, quando vai fazer esse estudo ela leva isso em consideração, então eu diria que todos nós aqui pagamos essa conta. Eu diria que é um grande desafio tanto para a distribuidora como para a população de Rondônia.

O SR. CARLOS ANDRADE – Presidente, então quer dizer que quando o cliente que não rouba energia, que vê o vizinho dele roubando energia é interessante que ele denuncie, porque ele também está pagando esta conta, é isso?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Exatamente, todos nós estamos pagando, inclusive nós temos canais...

O SR. CARLOS ANDRADE – Vocês ouviram isso aí? Quem ouviu dá um sinal para nós. O vizinho está roubando energia, quando ele não está roubando, ele não está levando vantagem, você está pagando.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Nós temos, inclusive, na Distribuidora, canais para receber essas denúncias, não precisa se identificar no nosso site www.eletobrasrondonia.com, e no nosso 0800.647.0120. Quem testemunhar algum fato suspeito nos denuncie que nós mandaremos a equipe de fiscalização lá, porque isso é bom para o consumidor, é bom para a nossa tarifa que é um dos objetos dessa reunião aqui. Então, isso é relativo a primeira pergunta. Quando a sensação do consumidor aqui, que é a segunda pergunta, por que ele tem a sensação de ter a tarifa mais cara do País? Nós temos aqui em Rondônia questões de hábitos de consumo, nós vivemos numa região muito quente, aqui é quente e úmido, nós fazemos uso intenso aqui de ar condicionado, e aqui não é luxo, é necessidade, é necessidade para o bem-estar, e energia elétrica é isso, além dela propiciar o desenvolvimento, ela propicia o conforto, e por incrível que pareça, eu tenho até colegas que vem do Sul em dias quentes toma banho quente aqui em Porto Velho, é bom, é bom, mas é caro, chuveiro elétrico consome muita energia, é caro, e o hábito de consumo, é o que eu estou falando. Nós temos campanha, como o senhor perguntou, e vamos intensificar ainda mais agora, isso é uma bandeira nacional, não só no Estado de Rondônia que quanto mais se economiza energia a tendência é que essa tarifa caia porque a geração hoje, que nós estamos passando por um momento de geração térmica cara. O óleo diesel para preservar reservatórios, se diminui essa geração, posterga investimentos na distribuição, e aquela rede existente se há uma diminuição desse consumo nós levaremos um pouco mais de tempo para fazer um investimento para que essa rede tenha mais potência se o consumo estiver dentro dos parâmetros regulares. Então, isso é importante, a conscientização, e o mais importante de tudo é o bolso do consumidor, quanto mais eficiente ele for à sua instalação elétrica bem feita, usar lâmpadas econômicas e monitorar, evitar o desperdício... até o ledezinho, o relógio do microondas aceso, o ledezinho vermelho da televisão, tudo isso influencia, são fatores... isso leva muitas vezes aqui em Rondônia a necessidade, de ligar o ar condicionado, é automático, é automático, você entra no ambiente abafado, já liga e é caro. Então, é criar hábitos de economizar. Por exemplo: passar, deixar a roupa acumular para passar uma única vez por semana são hábitos simples, ligar o ferro elétrico apenas uma vez, deixar ele aquecer e passar, são hábitos simples que representam, representam economia tanto ao consumidor direto quanto para todos que estão presentes aqui, Deputado.

O SR. EXPEDITO NETTO – Agora, vou passar a palavra ao meu companheiro Dr. Marcos Edson de Lima.

O SR. CARLOS ANDRADE – Deputado, me permita perguntar, qual o investimento que vai ser feito no Sistema Elétrico distribuição de Rondônia? Porque tem áreas novas, tem bairros novos, tem áreas que precisam ser feitas manutenções e esse povo quer ouvir o Presidente da CERON dizer onde é que vai

ser colocado esse dinheiro nos bairros. Não é para lhe apertar, não, é só porque eles querem saber e eu também.

O SR. EXPEDITO NETTO – Nós tivemos um problema com aquela tela, naquela tela está falando que a tarifação cobrada em Rolim de Moura é 0,44 por quilowatts, acabaram aqui, o meu vereador de Rolim de Moura acabou de me trazer uma conta de Rolim de Moura onde a gente paga 0,65 o quilowatts mais R\$ 13,25 da bandeira vermelha, essa tela...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – É tarifa média, Deputado.

O SR. EXPEDITO NETTO – Essa tela, essa mesma tela que nós temos muito em Brasília, nós temos muitas apresentações, mas vamos falar da realidade, vamos falar do que a gente realmente tem de concreto, que esse povo aqui... a gente fala muito assim: Ah! Qual é a culpa do vizinho estar roubando energia elétrica? Que culpa tem o nosso vizinho? Vai falar o nosso defensor Marcus aqui defendendo a população. Porque nós tivemos, inclusive, uma Ação Civil Pública aqui dentro do nosso Estado onde nós cobramos, nós trocamos o relógio de todas as pessoas, aí aquela pessoa que pagava cem reais subiu para duzentos e cinquenta reais, aí vocês cobraram vários anos daquela pessoa e a pessoa que não tinha cometido crime algum, porque nós não temos culpa se não temos um órgão fiscalizador que foi chamado para cá que é o IPEM, nós não temos culpa, o INMETRO não veio aqui para defender a população. Nós entendemos que vocês têm que defender as empresas, nós entendemos que vocês fazem o serviço melhor de vocês, mas eu também vou querer entender quem defende o povo.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – OK. É importante a sua colocação, Deputado.

A Eletrobrás Distribuição Rondônia, busca fazer o papel que lhe cabe, que é combater os gatos, combater os furtos. Quanto a questão da tarifa que o senhor citou, aquilo se trata de uma tarifa média, e nós temos classes de consumo que vai do rural, residencial, industrial e que tem variações em relação a essa tabela, é só uma tarifa média e ali está também sem impostos. Rondônia tem a questão de ICMS sobre energia elétrica, ela é acima de 17%. Então quando você vê isso, você tem que tirar todas essas coisas. Essa questão é como eu falei, passa por uma questão social de cultura. O furto de energia não pode ser encarado como um ato normal, como um direito do cidadão, é direito de todos, mas furtar não é. Ter energia elétrica é direito de todos, mas, o furto não é. Então, tudo isso tem que ser levado em consideração, por isso que eu estou falando.

A sociedade como um todo se unindo nós iremos conseguir, conseguir um diferencial aqui para o Estado de Rondônia, porque como foi bem colocado aqui, Rondônia é um Estado produtor de energia elétrica, e nós temos que investir em distribuição.

Voltando, Deputado, aos investimentos previstos, nós temos agora só no ano de 2016, previstos mais de 500 milhões de reais, até o ano de 2019 mais de um bilhão e quatrocentos milhões a serem investidos aqui no Estado de Rondônia.

Estivemos essa semana, voltando especificamente para o caso da universalização e do PLPT... ontem eu estava no Ministério de Minas e Energia, semana passada teve aí o Grito da Terra, que aqui em Rondônia, nossa sede mais uma vez foi invadida. Tinham até Deputados lá e nós negociamos.

O SR. CARLOS ANDRADE – Luz Para Todos?

-

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – É Luz Para Todos, que eu estou falando.

O SR. CARLOS ANDRADE – O Presidente do meu bairro do Eldorado, Lima Neto, estava lá naquela invasão, também.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – E lá nós nos comprometemos de irmos a reunião no Ministério de Minas e Energia com os representantes do Movimento, com o Ministério de Minas e Energia e com a Agência Nacional de Energia Elétrica e o Coordenador Nacional do Programa Luz Para Todos, estavam todos presentes lá. E levamos essa necessidade, e hoje nós temos um contrato, que assinado, de 6.410 ligações a serem feitas aqui no Estado de Rondônia, 6.410. De onde é que surgiu esse número, Deputado?

O SR. CARLOS ANDRADE - Doutor César, Júlio César, tem como mostrar a tela para a gente? LPT, Luz Para Todos? É porque nós queríamos que essa discussão que está aqui próximo da população chegasse para outros.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – No ano de 2014 foram autorizadas 6.410 ligações. Vocês irão perguntar: que número é esse? Esse número é baseado no último censo que houve. Em 2012 quando a ANEEL analisou esse número, era o número que ela tinha, isso faltava para universalizar o Estado de Rondônia, porém, conversando com a sociedade, com os representantes da sociedade, se dizia que tinha 20.000 ligações a ser feitas o Estado de Rondônia. Fizemos uma consulta ao Ministério e a ANEEL disse para nós provarmos a existência. Nós contratamos uma empresa que foi à casa de cada consumidor, pegou o CPF, o nome, o endereço, e georreferenciou esse endereço, nós enviamos para a ANEEL 18.004 ligações se não me falha a memória, em 2013 enviamos para a ANEEL. E a ANEEL disse: olha, eu só tenho autorizado pelo Governo o que está no censo. E autorizou essa Licitação. Só fazendo um parêntese, foi final de 2014 que nós abrimos essa licitação, dividimos em três lotes, região Sul, Centro e Norte. Infelizmente, teve uma empresa que ganhou os três Lotes, nós assinamos o contrato, quando foi mês passado a empresa desistiu. Nós chamamos o segundo colocado dos Lotes, somente um acatou o preço proposto pela empresa que foi a região de Porto Velho. Estão, previstas 1.600 ligações, nós devemos chegar a 2.000 ligações. Ontem eu levei isso ao Conselho de Administração da Eletrobrás, propus uma matéria extra pauta que eles não gostam. Nós não gostamos de sermos pegos de surpresa, mas face necessidade do Estado, eu consegui a aprovação disso ontem, e hoje, pela manhã já assinei o contrato, e estamos convocando a empresa para fazer aqui na região norte em torno de 2.000 ligações. Agora, os outros dois lotes nós estamos abrindo agora em meados de junho para fazermos a contratação dessas 6.410 ligações.

O SR. CARLOS ANDRADE - Na sua concepção, Presidente, o senhor acha que é exequível? É possível executar essa empresa? A primeira desistiu, essa que rompeu o contrato? O senhor não acha que essa conseguiria fazer com esses valores aí? É porque na verdade quando se coloca isso para a população é mais ou menos assim: Cancelou. Mas consegue executar com esse valor?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Sim, sim, sem dúvida.

O SR. CARLOS ANDRADE - Porque você tem um corpo técnico tem uma margem de ganho, aí. Quando você diz isso para quem não está dentro do processo, que não tem esse conhecimento, o que acontece? Olha, é mais uma enrolação, é da CERON de novo, e não sei o que. A coisa termina não saindo, vai caindo num descrédito.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – É exatamente, tem sim, com valores garantidos de financiamento, tem como se executar essas 6.410 ligações. E na reunião ontem do Ministério a ANEEL já nos enviou um Ofício, dizendo, primeiro ela perguntou: posso considerar vocês universalizados? Nós dissemos que não. Acerca de um mês, nós dissemos não, e nós temos 18.000 ligações catalogadas que vocês até agora não nos autorizaram fazer. Aí vem uma série de coisas, porque o país passa por recessões orçamentárias. Bem, eu não vou adentrar nessa seara aqui, mas isso foi discutido, e a ANEEL mandou agora outro Ofício, ontem, dizendo o seguinte: Então, novamente me justifique que na reunião ontem do Ministério ficou sinalizado o aditivo de 25% nessas 6.410, que a gente já passa de 8.000 ligações e a possibilidade de um novo contrato de financiamento para atender o que está faltando aqui no Estado de Rondônia. Agora, depois que nós respondermos a ANEEL vai fazer uma Audiência Pública sobre esse assunto, aí vai consultar a população se ela está de acordo e vai estabelecer possivelmente o prazo que nós teremos para atender, possivelmente até 2018, todo o restante das mais de 20 mil ligações hoje, previstas no Estado de Rondônia.

O SR. CARLOS ANDRADE – Presidente, não se sinta pressionado, mas se nós voltarmos aqui, em dezembro essas 6.000 ligações estarão prontas?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – As 6.000 mil ligações, eu lhe digo que não, mas em torno das 2.000 ligações que nós contratamos, assinamos o contrato hoje é bem possível que sim. As 6.000 ligações nós corremos um risco, que é o processo licitatório abrindo novamente.

O SR. CARLOS ANDRADE – Muito obrigado, Presidente.

O SR. EXPEDITO NETTO – Agora, com a palavra o senhor Doutor Marcus Edson de Lima, Sub defensor Público do Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Doutor Marcus, quero só registrar a presença do eminente Deputado Aécio da TV que acaba de chegar, e também sempre vem

debater esse tema na Casa, portanto, bem vindo a Casa, sintase à vontade Deputado Aécio.

Com a palavra, o Doutor Marcus se quiser usar a Tribuna sintase a vontade. Prefere aí?

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Em primeiro lugar agradeço e cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente da Assembleia, Deputado Maurão de Carvalho, que sempre está de portas abertas para a Defensoria Pública; e também na pessoa do Deputado Federal Deputado Expedito Netto; salientar aqui também a presença do meu colega representando a Associação dos Defensores do Estado de Rondônia, Doutor Fábio; e os demais presentes aqui no Plenário aqui da Assembleia.

Eu vim aqui para trazer algumas informações, Deputado Expedito, sobre o dia a dia, até para prestar contas, como defensor Público, a Defensoria Pública tem que prestar contas da sua atuação para o povo do Estado de Rondônia sobre o nosso trabalho. Quando eu fui convidado veio a calhar que se tratava de um tema que a Defensoria Pública já se preocupou também em trabalhar, que foi o tema da Energia Elétrica aqui no Estado de Rondônia. Nós tivemos no ano de 2012 uma ação civil ajuizada, questionando uma forma de recuperação de consumo aqui no Estado de Rondônia. As pessoas, a CERON tirava, a população presente aqui sabe muito bem disso, inclusive, eu também fui vítima disso como morador aqui da cidade de Porto Velho. A CERON ia até a residência dos moradores retirava o relógio medidor levava para uma perícia e constatando que havia uma diferença no consumo do medidor novo após a perícia e com o medidor antigo ela pegava essa diferença e pretérita, de forma pretérita cobrava, fazia uma recuperação de consumo. Então, isso ficou famoso aqui no Estado de Rondônia, todo mundo sabe disso e através da imprensa quando soubemos disso a Defensoria Pública tomou a cautela de tentar primeiro um contato com a CERON; foram feitas diversas reuniões com a CERON, porém, todas infrutíferas sem vontade voluntária da CERON de resolver o problema. Então, infelizmente, necessitamos na época de judicializar, foi judicializado, tivemos uma ação civil pública que em 1ª Instância foi julgada procedente entendendo que aquela recuperação de consumo era irregular e pasmem era irregular por alguns motivos, um deles a recuperação chega ser até engraçado, se não fosse trágico, a recuperação de consumo, Deputado, desculpa, a perícia no medidor, ela tem que obedecer um contraditório e uma defesa para...

(Às 12 horas e 26 minutos o Sr. Maurão de Carvalho passa a Presidência ao Sr. Expedito Netto)

O SR. EXPEDITO NETTO – Isso é muito importante, pode ter acontecido com vocês, seria importante que todos estivessem ouvindo, isso pode ter acontecido com o vizinho de vocês ou pode está acontecendo na sua casa.

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Isso. Deputado, eles faziam o seguinte: a CERON ia à residência dos moradores retirava o medidor, levava para uma perícia e aí foi questionado isso, o contraditório, a forma do cidadão participar dessa perícia. Eles falaram: não, nós notificávamos para a perícia. Aí pasmem. Essa perícia era realizada, sabe aonde Deputado? Na Comarca

de Contagem em Minas Gerais. Eles realmente... “olha a perícia vai ser realizada em tal data em Contagem”. Ai quem tivesse condições de pegar um voo e ir até a Belo Horizonte, um táxi de Belo Horizonte do aeroporto de Confins ou da Pampulha até Contagem e participar da perícia estava aberto o contraditório a eles. Então, pelo menos o meu entendimento, o entendimento dos colegas que participaram dessa ação, nós entendíamos que isso não era contraditório, não era oferecer contraditório a oportunidade de defesa, portanto ajuizamos a ação, e felizmente essa ação foi julgada procedente em 1ª Instância, ou seja, o juízo de 1ª Instância, foi o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, entendeu que realmente a gente tinha razão e anulou todas essas recuperações de consumo, e anulou essa recuperação de consumo e as confissões de dívidas, porque além disso a CERON chamava os devedores e falava assim, os pseudos devedores, que na verdade os supostos devedores e falava assim: olha, vamos fazer uma confissão de dívida aqui, a gente parcela para o senhor e a gente não corta a sua energia elétrica. Na eminência de ter um corte na energia elétrica, claro que esse morador também assinava essa confissão de dívida. Entendemos também que isso era uma prática abusiva contra o consumidor e também foi questionado na ação, também o juiz reconheceu que essas confissões de dívidas deveriam ser anuladas. E aí sim, aí a CERON recorreu, eu estou contando, dando um breve panorama do que foi toda essa ação. A CERON recorreu foi para o Tribunal de Justiça, 2ª Instância do Judiciário, na esfera do Jurisdicional. No Tribunal de Justiça Deputado, o Tribunal manteve a decisão, manteve a decisão, inclusive, mandando repetir o indébito, falando que aqueles que já pagaram, ou seja, nós também recorremos e até aumentou a condenação contra a CERON, e falou: Olha, inclusive, aqueles que já pagaram, devolvam, a CERON está obrigada a devolver o dinheiro de quem pagou. Essa ação ainda não tramitou julgada porque nós recorremos para o Superior Tribunal de Justiça porque ainda não estamos contentes, além de anular essas condições de dívidas feitas de forma abusiva que nós entendemos de forma abusiva, nós, quando digo nós, é a Defensoria Pública, mas agora posso ser até mais amplo, além da Defensoria Pública o Juiz da 1ª Vara Criminal de Porto Velho já entendeu e o Tribunal de Justiça também já entendeu, ou seja, até agora todos em que a matéria foi submetida entenderam conforme nós entendemos.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – O senhor sabe quanto é o valor dessa ação, pelo menos que a Defensoria Pública, que ficou por parte da Defensoria Pública, pelo menos dessas pessoas que vocês conseguiram ajuizar?

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Não dá nem para mensurar, são milhões de consumidores, são todos os consumidores do Estado de Rondônia.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Isso é importante para os municípios, isso é importante para os prefeitos, isso é importante para toda a população, não aceite ser passado para trás, nós temos os Defensores Públicos que estão fazendo a parte deles, corram atrás, corram atrás dos seus direitos, corram atrás do que é seu, não deixe que ninguém leve o que é seu.

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Aí Deputado, essa ação foi para o Tribunal de Justiça, eles recorreram, inclusive, um argumento que já está batido, inclusive, há duas semanas o STF já julgou da legitimidade da Defensoria para ação civil pública, até, com todo o respeito ao Ministério Público, inclusive presente na mesma ação ajuizada pela CONAMP que é a Associação Nacional do MP, mas agora acabou a dúvida, a Defensoria tem legitimidade para a ação civil pública, foi até um questionamento da CERON, também perderam no Tribunal. A única coisa que está sendo discutida nessa ação, é se há repetição de indébito e se será em dobro, porque o Juiz, tanto o Juiz quanto o Tribunal mandou devolver essas dívidas, anulou as condições e mandou devolver essas repetições, essas recuperações de consumos, pagamentos, só que da forma simples, ou seja, aquilo que o consumidor pagou o consumidor tem que devolver. O nosso pedido no recurso é um pouco maior, é que além do que eles pagaram a CERON devolva em dobro como previsto no Código de Defesa do Consumidor. Então, eu trouxe aqui, Deputado Expedito, Presidente Maurão, eu trouxe aqui a cópia da inicial que eu vou colocar à disposição de Vossa Excelência, com uma cópia da sentença em primeiro grau, também a cópia do acórdão, decisão do Tribunal de Justiça para o senhor, se o senhor puder deixar na Assembleia para qualquer município, qualquer morador aqui do Estado de Rondônia possa ter acesso, eu deixo com Vossa Excelência para Vossa Excelência transmitir aos moradores e coloco a Defensoria Pública do Estado à disposição como sempre estivemos nas Comarcas, em todas as Comarcas do Estado de Rondônia, o nosso trabalho é esse mesmo, o nosso trabalho é atender a população carente, é atender a população do Estado de Rondônia, seja de forma individual, seja de forma coletiva para defender os interesses porque os senhores têm a Defensoria Pública como um braço aliado. Eu agradeço, eu vou pedir, inclusive, quando recebi o convite eu já tinha informado ao Deputado Expedito Netto que eu tenho um compromisso em outro Estado, eu tenho que sair daqui correndo para ir para o aeroporto, e até peço desculpa, mas eu ainda tenho mais uns 20 minutos para eu ficar aqui, óbvio que eu não seria desleal de falar sobre a ação e dar as costas e sair, eu só peço que se puderem priorizar os questionamentos a mim agora, para que eu não perca o voo, mas se precisar perder o voo também eu estou a trabalho, é o meu trabalho, compramos outra passagem e se vai mais tarde, não tem problema algum. Coloco-me à disposição, coloco a Defensoria Pública à disposição de todos aqui. Muito obrigado.

(Às 12 horas e 32 minutos o Sr. Expedito Netto passa a Presidência ao Sr. Alex Redano)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Antes, porém, de franquear a palavra, gostaria de convidar o nosso Deputado Estadual Aécio da TV, para compor à Mesa conosco.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Quero registrar também senhor Presidente desta Audiência Pública, Deputado Expedito Netto, a presença do Sr. Ari Aquino, Presidente da Associação dos Datiloscopistas Policiais do Estado de Rondônia.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Antes, porém, de convidar o Nosso Deputado Federal, Expedito Netto para compor a Mesa, gostaria de enaltecer o trabalho feito no Congresso Nacional e principalmente nessa Audiência Pública, porque nós como Parlamentares praticamente em todo o Estado de Rondônia somos sempre cobrados. Então, parabéns Expedito por essa Audiência e a todos os componentes da Mesa. Expedito, assumo a Presidência dos trabalhos.

(Às 12 horas e 33 minutos o Sr. Alex Redano passa a Presidência ao Sr. Expedito Netto)

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Aproveitando, eu sei que a discussão aqui é para, vai além desse meu pleito, o pleito da Defensoria Pública na ação civil pública, eu faço até um questionamento à CERON, uma possibilidade, já que temos uma ação judicial que está no STJ para discutir, já com procedência nas duas primeiras instâncias do Judiciário brasileiro, até presente à população, presente aos Deputados. Eu faço até um apelo à CERON sobre a possibilidade de discutirmos aqui, eu infelizmente terei que sair, mas discutir com os Deputados e com os presentes aqui a possibilidade de cumprimento voluntário. Desiste do recurso, a CERON assumi o compromisso de cumprir o que foi decidido em segunda instância, independente do recurso que está no STJ. Fica a sugestão e o pedido aqui ao Presidente atual, agora, da Mesa, o Deputado Expedito Netto.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) - Com certeza. Seu pedido, com certeza nós debateremos isso com a CERON. E seria de livre e bom grado que a CERON fizesse, cumprisse com seu compromisso.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Bom, vou tentar ser bem breve. Eu sei que é ruim perder voo aqui porque para se sair de novo é complicado, Dr. Marcus.

Bom, Dr. Marcus, realmente a Defensoria, acho que, nesse processo, cumpre o seu dever, sem dúvida. Nós entendemos o posicionamento. Acho que cada um aqui tem que fazer o seu papel e nós como distribuidora também temos que fazer o nosso. Se fazendo um breve histórico sobre essa questão do laudo, nós abrimos uma licitação, nós somos regidos pela Lei 8.666, abrimos uma licitação para contratar esse laboratório, conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica determina, não é? Tem que ter um laboratório credenciado pelo Inmetro, tem que ser imparcial e tal, para fazer aferição quando se detecta alguma suspeita sobre o medidor. Pois bem, nós abrimos essa licitação e colocamos que a empresa deveria estar sediada no Estado de Rondônia e quando nós lançamos esse edital, o Tribunal de Contas da União entrou e disse que nós estávamos cerceando o direito de outras empresas participarem. Esse é um trabalho que não tem uma grande demanda aqui no Estado, em que uma empresa, para fazer esse tipo de trabalho tem que estar credenciada junto ao Inmetro, tem que ter equipamentos de precisão, equipamentos caros que não se justificaria, a princípio, a instalação aqui. Nós tentamos, argumentamos, isso com o Tribunal de Contas da União, mas ele determinou que nós não poderíamos limitar o escopo. E o resultado da licitação foi uma empresa lá de

Contagem que ganhou o direito. Assinamos esse contrato para fazer a emissão desses laudos. Nós, paralelamente a isso, tentamos e estamos ainda em discussão, e já bem avançada, um convênio aqui com o Inmetro. Com o Inmetro, para quê? Para que o Inmetro assuma essa função de fazer esses laudos, porque se fosse nós que fizéssemos esse laudo... é parte, nós somos parte, não é? Um laboratório credenciado pelo Inmetro vai pegar o medidor, vai fazer a injeção de energia elétrica lá e vai dizer: esse medidor, eu estou colocando aqui, vamos dizer, 100 kW e ele só está medindo 80. É isso que ele vai dizer. O laudo dele é esse. Agora, quem fraudou, se foi uma ação, ele não entra nesse nível de detalhe. Então, cumprindo essa questão da legislação, nós fizemos isso, contratamos essa empresa e cumprimos e levamos essa discussão, inclusive para a Agência Nacional de Energia Elétrica. Nesse caso, quem vai custear é o consumidor, esse deslocamento, todo esse... Ele disse: Não. A Agência diz: 'cumpra o seu dever', que é comunicar o consumidor. Então, nós fizemos isso.

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Eu não sei se o senhor, voluntariamente, emitiria sua opinião pessoal. O senhor acha que isso era contraditório?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO - Olha, eu diria o seguinte: é um direito acompanhar, mas para quem vê um ensaio desse de bancada, é como pegar esse equipamento aqui, quem não é do setor vai ter muita dificuldade de entender o que está sendo feito ali. Eu diria que a parte mais importante disso é o laudo. Ele dizer exatamente, 'esse medidor está ok. Eu coloquei 100 aqui para medir e ele mediu 100', ou ele dizer, 'esse medidor aqui não está ok', porque nós entendemos que uma empresa credenciada pelo Inmetro tem que ser idônea. Embora nós estejamos ali pagando esse serviço, mas não é interesse da CERON fraudar ninguém. Ninguém está aqui para lesar a população do Estado de Rondônia, nem para levar vantagem. Até porque na compra e venda de energia elétrica, a distribuidora não ganha um centavo. O valor que ela compra, ela vende. Nós somos remunerados pelos nossos ativos, pelas nossas redes, pelos nossos postes, pelos nossos transformadores. Então, é isso que é importante, a gente tem que partir do princípio, acho que todos devem ser honestos perante todos. Não é possível que uma empresa, só porque nós estamos pagando o serviço, ela vai querer enganar o consumidor, porque não é vantagem.

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Desculpa, interromper, mas foi reconhecido, e quero deixar claro aqui que isso que eu falei foi reconhecido judicialmente como não abertura de contraditório. O que eu estou falando aqui foram as palavras da Defensoria no momento do ajuizamento da ação, foram as palavras do Juiz do Direito singular, o Juiz de primeira instância e foram as palavras do Tribunal de Justiça daqui de Rondônia. E agora queremos ouvir mais, queremos ouvir o STJ até para ampliar, para dar amplitude maior a esse acórdão.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO - E nós respeitamos, lógico, não há como ser diferente e também temos nossas obrigações como órgão público, não é? Que é questionar, levar à base da regulação e é isso que nós estamos fazendo.

Agora, quanto a sua proposta aí, eu diria que não é impossível nós levarmos, nós temos que, pelo montante envolvido, nós temos que levar ao Conselho de Administração, levar, mas não é impossível. Nós poderemos até, depois da sua viagem, se quiser conversar, um dia, mais detalhadamente por isso, nós estamos à disposição.

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Eu já acho, Deputado Expedito, esta Audiência Pública que o senhor organizou hoje, vai ter diversos frutos posteriores, estamos só no começo. Mas eu digo que só com essa uma hora, a gente já está prestes a resolver o problema de umas oitocentas, setecentas mil pessoas.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) - Esse é o nosso interesse.

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA - A Defensoria Pública está de portas abertas. Eu vou deixar meu contato com o senhor. O senhor pode entrar em contato comigo segunda-feira ou durante a semana, o dia que o senhor quiser. Colocamos a Defensoria Pública à disposição para se conversar sobre essa ação.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Ok. E nós agradecemos. Vamos conversar sim.

O SR. MARCUS EDSON DE LIMA – Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) - Agora, antes, já convido o Pastor Rosan Rodrigues Barbosa, antes de falar o Gerente de Operações da Usina de Santo Antônio e o Gerente Operacional de Jirau.

Gostaria que o representante dos atingidos pela cheia do rio Madeira se dirigisse à banca.

Agora, antes, eu gostaria que o senhor Fábio Roberto de Oliveira, Defensor Público fizesse a pergunta que ele quer fazer também à Eletrobras.

O Pastor Rosan se encontra? O senhor poderia se dirigir...

O SR. FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA – Deputado, todos os presentes, bom dia. Dr. Marcus, Subdefensor, meu cumprimento especial pela sua atuação na tutela coletiva.

Eu sou Defensor Público em Varas Cíveis, responsáveis pelo julgamento de ações individuais e tenho uma sugestão para dar. A primeira e em relação à questão da perícia. Talvez um termo de cooperação entre os envolvidos: Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público, a própria Eletrobras e a UNIRON. Esse modelo eu já vi em vários Estados, que é a transferência de equipamentos para a Universidade Federal e know-how também, talvez utilizando a COPPE e etc., no Rio de Janeiro, implantar um laboratório para a realização de perícias, a perícia seria judicial. Isso vai trazer uma segurança jurídica muito grande, porque o que acontece hoje Deputados e presentes, e o Doutor Marcos sabe muito bem disso, não é Doutor Marcos? Nós temos um cidadão que ganha um salário mínimo, e de repente a um estalo talvez digamos sem querer menosprezar o serviço técnico da concessionária

de que durante três anos houve um problema de contabilidade da energia, vou colocar genericamente contabilidade, e de um mês para outro, a pessoa passa a pagar, ou melhor, cobra-se dois anos de imediato. Eu tenho discutido algumas teses, O Dr. Marcus, contribui com isso também de que é “venire contra factum proprium”, e no momento que a concessionária deixou de fazer uma mensuração exata, ela assume o risco pela boa fé objetiva porque criou uma legítima expectativa de que os valores estariam corretos, não podendo ser cobrado dois mil e quinhentos reais de uma única vez. Então, esse é um grande problema e o Artigo 129 da Resolução 414, não é cumprido. Nós estamos tendo alguns problemas de impropriedade da ação por ter a sensação de que o dinheiro público está sendo desviado pela utilização indevida de energia por algumas pessoas, mas não é assim, nós precisamos ter uma segurança para a impropriedade da ação e a perícia é necessária. E a minha sugestão nesse sentido, é criar um termo de cooperação técnica com a UNIRON, o custo é baixo, isso é uma prática muito importante que vai ajudar bastante, para a contenção e recuperação desse consumo de forma mais concisa e não com achismo. A impressão que eu tenho, Presidente, é o seguinte: tem um consumo, há uma detecção, detecta-se um problema no medidor e de uma hora para outra a pessoa passa a pagar dois mil reais, acumulando dois anos, Deputado, imagina a pessoa que ganha um salário mínimo. Inclusive nas ações, eu tenho tido um contato com a advogada Dra. Erika, que é sensacional e tem uma sensibilidade muito grande, só que ela não tem margem para parcelamentos e aí a ação fica, Dra. Daniela, por anos, a gente vai recorrendo ao tribunal etc. etc... e nós não podemos nem, a advogada não tem margem para parcelar. E a outra sugestão que eu faço ao Presidente, nós sentarmos, a Defensoria Pública tem uma demanda muito grande, talvez seja a responsável pela maior quantidade de ações propostas em face da Eletrobrás, para nós estabelecermos um canal de comunicação imediata para diminuir essas ações judiciais, já que isso é algo que vai a contramão da tendência do processo civil que é a solução alternativa de conflitos.

Essas são as minhas considerações enquanto, Deputado, da ponta que atende a população.

O SR. BRENO MENDES - Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem, se for possível.

Meu nome é Breno Mendes, estou representado aqui o PSDB Estadual e Municipal de Porto Velho. A meu ver senhor Deputado Expedito Netto, a Audiência Pública, foi proposta no sentido de nós sabermos o porquê Rondônia é a grande geradora de energia da nação e pagamos uma energia tão absurda aqui em Rondônia. Nós produzimos aqui como foi mostrado pelo Doutor Júlio, 7.000 MW, e a nossa necessidade é apenas 700 MW. Então, infelizmente, o senhor não é Deputado anteriormente, começou ser Deputado agora, mas esse preço da energia aqui tinha que ser discutido já anteriormente. As Usinas aqui de Jirau e Santo Antônio... minha pergunta ao senhor Diretor da Eletrobrás é no sentido, foi mostrado para nós aqui que tem 19% que é a participação da Eletrobrás na tarifa, é o que vem para vocês fora a perda dos 20% que o senhor falou aqui agora, quanto fica de lucro para a empresa de vocês? E por que com esse lucro, não é baixado o valor da

energia? Por que esse é o grande questionamento, por que não é baixado o valor da energia de Rondônia? Por que nós pagamos a energia mais cara, nós estamos em 34ª de 60. Por que nós não somos sexagésimo mais barato? E não o mais caro? É esse o questionamento dessa grande Audiência.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Bom, acho que nós temos duas pessoas aí que se manifestaram, não é? Eu diria que em relação às primeiras colocações, o termo de cooperação, é uma boa sugestão porque, além da gente ter essa, embora, nós estejamos já em um estágio bem adiantado com o IPEM, mas, eu diria até pelo lado de formar profissionais aqui no Estado de Rondônia, com a universidade, formar colegas da área com capacidade técnica para realmente fazer esse tipo de serviço e tantos outros que se abre com laboratório desse porte aqui do Estado. Vamos conversar sobre isso sim, nós temos interesse, nós temos interesse de envolver, mas está crítica aqui no Estado de Rondônia, no setor elétrico, já que somos um Estado produtor de energia é importante. As Usinas sustentaram bastante isso, fomentaram bastante aí através do SENAI, através de treinamentos de mão de obra, foi bastante importante isso para o Estado de Rondônia, porque até o último concurso que a gente fez aí para contratar a eletrotécnicos, nós tínhamos cinquenta vagas, contratamos doze, não tinha, não conseguimos contratar mão de obra especializada aqui no Estado de Rondônia, e as Usinas, eu entendo que estão colaborando bastante com formação de profissionais aqui no setor elétrico no Estado de Rondônia. Essa sugestão também do canal de comunicação, eu creio ser importante também, poderíamos talvez combinar... se junta os questionamentos, tira-se um dia por semana, senta ao lado da empresa, para fazer essas análises e evitar essa demanda, porque isso toma tempo, custo, mão de obra especializada para ficar analisando todos esses casos, talvez seja um ganho para a sociedade como um todo, portanto faremos um contato e vamos conversar sobre esses assuntos.

Quanto à questão da tarifa da energia elétrica, como nosso colega Júlio César colocou aí na apresentação, essa tarifa, ela é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Todos esses aspectos, inclusive, o lucro da companhia, é levando em consideração, para a definição do valor dessa tarifa. A companhia exclusivamente, ela é remunerada, vou repetir, apenas pelos seus ativos a uma taxa em torno de 7,5% ao ano, e a cada quatro anos a ANEEL vem aqui, e levanta todos os postes que nós temos, todos os quilômetros de rede, os transformadores instalados as chaves, os para-raios, levanta tudo isso. E diz para que essa concessão tenha equilíbrio nesse período de 04 anos a sua base remuneratória... quanto você vai receber por isso? É em cima do valor calculado, em torno hoje de 300 milhões de reais, a base da CERON, remunerado a 7,5% ao ano, é isso.

Quanto a compra de energia elétrica, como eu já falei, nós compramos energia hoje de hidrelétricas, compramos de Usinas Termoeletricas, de várias distribuidoras do País através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Isso é feito um balanço dessa compra de energia e a empresa não ganha nada com isso.

O SR. BRUNO MENDES – Não, só um pouquinho. Só uma Questão de Ordem.

Qual foi o lucro da empresa em 2014? O lucro?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – O lucro da empresa em Rondônia, foi em torno de duzentos e oitenta e dois milhões, se eu não me engano.

O SR. BRUNO MENDES – Não poderia ser rateado isso com os consumidores?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Sim, será. Esse valor na próxima revisão tarifária, o consumidor vai ter o benefício dele.

O SR. BRUNO MENDES – Em 2013, qual foi o lucro?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Prejuízo, quarenta e quatro milhões de reais. Mais isso é levado em consideração. A agência não faz nenhum reajuste que não leve isso em consideração. Inclusive, nessa concessão hoje, esses 19% aí, ela não é suficiente para fazer os investimentos necessários no Estado de Rondônia. O setor perdeu fonte, importante financiamento quando saiu a MP 579 lá em 2012 e que, por exemplo, só para o senhor ter uma ideia, do tamanho aqui do Estado de Rondônia. Nós estamos construindo hoje em Porto Velho, aqui na Rogério Weber, a Subestação centro. Nós estamos construindo uma linha de 100 Km entre Porto Velho e Itapuã, subestação em Itapuã, subestação ali na entrada da Linha Triunfo; subestação dentro da Linha Triunfo para desativar uma Usina Térmica. Nós estamos fazendo a 2ª subestação em Ariquemes, estamos fazendo a 3ª subestação em Ji-Paraná e licitamos a obra interligando Colorado, Cerejeiras, Chupinguaia, lá no Cone Sul do Estado. Para todos nós tínhamos contratos assinados através da Reserva Global de Redação, RGR, contratos assinados com financiamento para fazer essas obras e esses contratos nós perdemos, nós perdemos nossa principal fonte de financiamento, isso não só em Rondônia, o setor elétrico em todo o País, o Deputado aqui é bastante conhecedor disso, perdeu, nós perdemos nossa fonte de financiamento, tanto é que tem obras aí que eram para ter sido energizadas há mais de um ano, mas, nós tivemos que fazer com caixa da distribuidora, que é pouco esse montante de investimento e nós tivemos que diminuir um pouco o ritmo para conseguir finalizar. Temos a expectativa agora, no início de julho energizar Ji-Paraná, e essas demais obras que estão em andamento, mais com muita dificuldade, nós estamos fazendo uma ginástica que vocês nem imaginam o tamanho, para que não pare essas obras que vai trazer benefícios, de qualidade ao consumidor do Estado de Rondônia. Então, Deputado, todas essas suas considerações quanto ao lucro da companhia, é levado pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Agora, com a palavra o representante dos atingidos pela cheia do Rio Madeira, Pastor Rosan Rodrigues Barbosa.

O SR. ROSAN RODRIGUES BARBOSA - Bom dia a todos. Primeiramente quero agradecer a Deus por estar aqui mais uma vez nesta Casa, agradecer ao Deputado Federal Expedito Netto por essa atitude. Quero falar para vocês que são poucos

os que tomam essa atitude, falar nesse tema é realmente muito difícil, principalmente para nós. Portanto, quero agradecer também ao Presidente da Casa, Deputado Maurão, que também tem nos ajudado muito; agradecer também o Deputado Jean de Oliveira que teve também uma atitude de colocar Audiência Pública a qual foi colocado nesta Casa e debatido vários temas, várias pautas. Estou aqui com essas cartilhas nas mãos, e eu quero lhe falar que cada dia mais, eu fico envergonhado com tanta hipocrisia de pegar uma cartilha dessas, de energia, com qualidade e falar para vocês: será que está feito com qualidade mesmo? De todos os temas que estão sendo debatidos aqui, e eu vou colocar pequenos temas, dicas para uso adequado da energia. Tem aqui um garotinho dormindo e eu tenho a infelicidade de mostrar aqui, minha filha também estava dormindo no dia que alagou o nosso bairro, o bairro do Triângulo, está aqui a foto dela, igualzinho a foto desse garotinho, feliz, dormindo. Está aqui a foto da minha casa, todas as pessoas e eu tinha uma vida feliz. Agora, eu não tenho mais, não tenho mais essa minha casa, e não é só eu, mas milhares de pessoas que estão passando pela mesma situação enquanto nós estamos aqui na frente, debatendo o que nós vamos fazer com essas tarifas, está sendo questionado aqui valores, e os principais valores para mim são as famílias que estão aí padecendo por tudo isso. Vocês passaram por cima de tudo isso, pela nossa família, pela minha família, de cada um morador que mora aqui há mais de 100 anos e agora estão debatendo sobre tarifas, sobre ar condicionado, chuveiro, máquina de lavar, ferro elétrico, geladeira, lâmpada, televisão. Uma família feliz aqui, colocam nas propagandas aí, índios, oncinhas, índios pulando de árvore em árvore, é uma hipocrisia pura, porque nós não temos isso aqui, amados, nós perdemos geladeira, nós perdemos tudo. As principais pessoas que deveriam estar sendo reconhecidas somos nós moradores, porque fizeram as usinas aqui nos quintais de nossas casas. Amados, nós não fomos contra porque nós queremos o progresso realmente, nós não somos hipócritas, demagogos que querem monopolizar todo o país, nós somos a favor porque realmente nós queremos ajudar outras pessoas na geração de energia para muitas famílias que realmente precisam, que estão lá fora, porque se nós fizéssemos isso, nós estaríamos sendo iguais a vocês, mas não, nós somos a favor, muitas pessoas aqui foram a favor. E amados, o resultado disso tudo o que foi? A vida dessas pessoas, as nossas vidas, os nossos bairros, a minha esposa acordando a noite e ninguém conseguindo mais dormir. Eu visitei a primeira casa, amados, daqui de Porto Velho e fui até a última de Maici a Calama até a última do Cuniã, pergunte como é que essas pessoas estão vivendo. As usinas só reconhecem o montante e nós estamos falando sobre tarifas, vendo essas fotos aqui, com o bio energia, uma pessoa na cadeira de rodas. No Baixo Madeira, criou uma crosta aonde as pessoas quando chove ficam na lama. Eu mandei duas cadeiras de rodas, uma para Dona Durvalina, lá em Papagaios, a outra lá para Calama, a pessoa no meio da lama, as pessoas estão dentro de suas casas dentro de um buraco, igual tatu. Morreram todos afogados, aí no montante está aí fotos para todo mundo ver, porque não é mostrado isso, como é que nós estamos debatendo sobre um tema aqui na frente se as coisas ficaram para trás, patrularam em cima de todas essas vidas. A palavra do Senhor, fala que

uma vida, vale mais do que todo ouro, toda prata do mundo. Eu me sinto... ontem mesmo, fazendo parte de plano de habitação a pessoa falou que eu não tenho direito, porque questionam que tem que ter uma renda até mil e seiscentos. Eu não tenho renda nenhuma, mais é feito um levantamento para trás. E às vezes, eu acho que eu não estou morando no Brasil, no país que eu nasci, onde está inscrito "Ordem e Progresso". Cadê a Ordem, amados? Vocês querem um Progresso, mas cadê a Ordem dentro disso tudo? Eu tenho umas perguntas a fazer, eu quero ser breve. As usinas se responsabilizaram pelos impactos do montante e não jusante, quando foi aberta as duas primeiras comportas, caíram mais de vinte casas no bairro do Triângulo a margem direita, da jusante, que fique bem claro, que se foram indenizadas através do TAC, não foi reconhecimento das usinas, foi pressão do Ministério Público tendo o ajuste de conduta. E se foram indenizados, porque não as outras? Por que as outras famílias não foram indenizadas? E tiradas das suas casas a qual, nós estamos sufocados, quem não está sufocado pela lama, amados, não tem mais as suas casas, não existe mais. E uma pergunta que eu quero que fique colocado aqui em pauta. No dia 13, dia 14 encheu alagando nossas casas de um dia para o outro, após a invasão das águas causadas pelos banzeiros, não é por causa da enchente não, amados, dos banzeiros, eu questiono o banzeiro, nosso rio, virou o mar? Eu pessoalmente tenho comprovado em documento, fui ao Ministério Público e falei sobre os banzeiros que estavam infiltrando toda nossa rua, nosso bairro, falei em uma reunião na Prefeitura com a Defesa Civil, mais de duzentas pessoas, duzentas famílias estavam no local esperando a decisão, nós fomos lá com o representante das usinas que estava no momento lá, eu mesmo pessoalmente, levei dois engenheiros para fazer a perícia, o levantamento da veracidade dos fatos, para que eles que são técnicos capacitados, que técnicos são esses, amados? nós falamos que o nosso bairro ia cair, eles falaram em laudos aqui, dia 14. Portanto, que fique bem claro, eu quero essa resposta, eu quero esse laudo. Eu quero esse laudo que foi colocado, nós temos fotos e imagens de mais de duzentas famílias com provas. No dia seguinte, no dia 14, eu liguei pela manhã, essa pessoa sabe que eu estou falando dessa pessoa, inclusive, é uma boa pessoa, é um bom homem. Mas, eu quero a resposta da empresa... que não teria risco nenhum no bairro, que as nossas casas, não iriam desabar, mas está lá para todo mundo vê, nossas casas todas no chão. Cadê esses técnicos? Que não fizeram esses estudos, cadê esse estudo? E se tem todo esse impacto que eles falam que não tem que nós acreditamos em saci- pererê; acreditamos em mula sem cabeça, aqui nessa cidade tratam a gente como o quê, amados? Como foi descoberto o Brasil, fazendo o que os brancos fizeram com os índios, é assim que estão fazendo conosco aqui? E nós vamos aceitar isso? Então, eu quero essa resposta, para o nosso bairro, não só para o nosso bairro, mas para os pelos pescadores que hoje, vocês podem ir lá à beira do rio, eu ajudo a fazer isso, pego o meu carro e coloco, hoje está saindo peixe de cativeiro para o Rio Madeira, para Calama, eles estão levando salsichas, carne moída daquela mais barata lá da Makro. E peixe de cativeiro. Quando, que nós poderíamos ver peixe de cativeiro descendo para o baixo Madeira para o pescador comer? Isso tudo está acontecendo, eu tenho prova disso. Nós

queremos esse laudo, que fique bem claro, desses técnicos que foram ao nosso bairro, queremos a resposta da Santo Antônio Energia, e uma pergunta para o Jirau também que eu fiz nesse questionamento, uma pergunta para o Jirau, queremos respostas. Porque mudaram o posicionamento da Jirau, fizeram um levantamento, todo o estudo e EIA/RIMA foi feito na Cachoeira do Jirau, e porque que fizeram no Caldeirão? Porque que hoje não fala, as usinas são no Caldeirão e não no Jirau? Foi feita essas usinas lá naquele lugar, falaram que foi mudado o posicionamento para melhor atender. Por que não foi feito isso antes, amados? Porque depois e com a economia dessas, que eu sei que eles economizaram, foi mais de nove quilômetros que economizaram de combustível e etc. Amados, o que foi feito desse dinheiro? o impacto, não foi causado só para nós pescadores, ribeirinhos, não. Hoje, falaram aqui, indústrias, muitas indústrias relevantes... quero finalizar aqui, que indústria, amados? Quais foram às indústrias relevantes? você vai ver ali, quem passa ali no SINE à noite, pode vê, tem mais de cem pessoas, acho que não tem nenhum lençol para se embrulhar. O que as Usinas, trouxe para mim e para a maioria de Porto Velho, só cego para não vê, entendeu? não foi progresso não, para nós não, nós podemos levar para os outros, mas para nós não. Para nós, quem está vivendo aqui na pele, está um trânsito caótico, a energia está mais cara, se ela é uma energia gerada pela água, uma das mais baratas, por que hoje a nossa energia é mais cara? Eu só quero essa resposta. E quem é, amados, que controla toda essa, porque a gente coloca a ANA, ANEEL, IBAMA, quem é? Quem é que realmente, aí fala a energia, ela é clara. Clara uma ova. Vão procurar saber, vocês falaram muitas coisas que ninguém entende nada, ninguém entende nada. A gente quer um esclarecimento, porque vem um técnico e fala de tudo, a gente fica ouvindo e às vezes envergonhado para perguntar certas coisas. Hoje em dia, amados, são feitos todos esses levantamentos para confundir a todos nós, enganar a todos nós como nós fomos enganados. Falaram que o rio ia subir que nós íamos prosseguir com nossos barcos, ia passar para outro lado, iam dar frigoríficos para os pescadores, eu estou desde 2005, 2006, 2007, 2008 acompanhando isso até o dia de hoje. E o que nós temos, amados? nada, nada. As nossas casas destruídas, e Porto Velho, está do mesmo jeito aqui, sem emprego, trânsito caótico, e se não tomar cuidado e fizer essa orla como foi falado na Audiência Pública, vai cair o restante da cidade todinha, como nós falamos que ia cair no Bairro do Triângulo.

Eu termino a minha fala aqui, indignado com a construção dessas Usinas, porque eles agora têm que reparar, eu quero que fiquem bem claro, eles têm que pagar a conta, não tem negócio de dizer: "Ah! Mas foi dado para Governo, para prefeitura, não". Tem que pressionar, e estamos falando pela população também, temos que ter a energia mais barata, que hoje coloca uma tarifa aqui, nós estamos na tarifa vermelha, vermelha! Mas eu quero falar que eu não acredito em mula sem cabeça e saci pererê não, acredito no que iria acontecer, no que falei, que é destruir as nossas casas, como esta destruída, só que em nome de Jesus, vocês vão ter que pagar cada centavo por causa disso, entendeu? E eu acredito que minha fala é essa, nesse momento se vocês tiverem um pouco de dignidade, hombridade de ser humano. Vocês

representantes das Usinas façam isso, reparem isso, chamem nós, moradores e tentem pelo menos minimizar o impacto causado a todos nós.

Obrigado.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Gostaria de parabenizar o Pastor Rosan, essa é uma realidade de Porto Velho. Nós vemos aqui todas às vezes serem utilizados, tem aqui as Usinas que vieram aqui, não são Santo Antônio e Jirau, mas vieram do consórcio, utilizaram as nossas empresas, deixaram dívidas e foram embora, como se o povo de Rondônia fosse índio, como se o povo de Rondônia não tivesse como comprar, como se o povo de Rondônia não tivesse seus defensores, como se nós não tivéssemos o nosso Ministério Público, como se nós não tivéssemos a nossa Defensoria Pública. Agora, eu quero mandar um recado para Brasília, eu quero mandar um recado para todo mundo que acha que Rondônia não tem voz, não tem quem defenda Rondônia! Rondônia tem voz! Rondônia tem defensor e podem ter certeza que essas questões serão resolvidas e Porto Velho não vai ficar dessa maneira como esta hoje.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. AYEL MUNIZ – Um minutinho, como é o seu nome mesmo, por favor?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Luiz Marcelo.

O SR. AYEL MUNIZ – Sr. Luiz o senhor tem filhos?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Dois.

O SR. AYEL MUNIZ – Dois, olhe ali atrás a maioria daquelas famílias, e principalmente o Pastor, ele tem filhos, a gente fica assim imaginando essas crianças, a situação delas, os pais ainda se consegue resolver o problema mais rápido, mas e o das crianças? E as crianças que tem mais necessidades do que seus próprios pais. Como é que fica a situação delas? Um minutinho, a gente vê esse material muito bonito por sinal, fala muito coisa e muito bem produzido, mas e a energia? O senhor é de Rondônia, o senhor deve saber muito bem disso, para quem anda nessas ruas de Porto Velho o sistema elétrico é um emaranhado de fios que ninguém entende. E a maioria quem faz é a própria CERON, não é o povo, os fios são colocados como se fossem só um varal, é um verdadeiro lixo o sistema de distribuição de Rondônia, desculpa a franqueza. E a gente vê valores enormes aqui, de bilhões. O Sr. Júlio César comentou ali que a nossa utilização é de setecentos megawatts e a nossa geração é 7000, isso é vergonhoso. Nós distribuímos energia para o Brasil todinho e aqui a energia é dada aos galhos, é dado um galho quebrado. Então, acredito que há realmente uma falta de respeito com a população de Rondônia e que essa bandeirinha do PT que o pessoal colocou na tarifa, a tarifa vermelha não é 32. Eu tenho prova viva disso, a conta de energia lá de casa desde o começo do ano veio o dobro, não veio 32%, é vergonhoso. Isso a nossa querida Presidente Dilma que para mim não é Presidente, é só uma pessoa que quer usurpar o

Brasil todinho, não faz investimento, acho que caberia ao senhor como representante das nossas centrais de Distribuição Elétrica, levar um pedido ao Ministério para que reveja a nossa situação. Como nós podemos distribuir para o Brasil sete mil e só gastarmos setecentos? E pagar uma tarifa imensa que é a nossa tarifa de energia? Era isso que eu queria dizer. Obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Só antes da resposta eu pediria por gentileza os próximos Oradores construísem bem objetivamente as suas falas e também se as pessoas falarem a respeito daquilo que vocês irão falar, por gentileza declinem, em virtude do adiantado da hora. Mas lembrando que a Audiência Pública é para isso, é para ficarmos, enquanto vocês tiverem dúvidas está bem? Mas por gentileza construam as suas falas bem objetivas no prazo máximo de cinco minutos.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Gostaria de chamar o senhor Amauri Alvarez para se dirigir a banca, o gerente de Operação da Usina de Santo Antônio.

Enquanto o meu companheiro Luiz Marcelo...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Bom, a primeira questão que se levantou esta relacionada às Usinas, eu sou apenas aqui da distribuidora, quando você fala aí da questão da rede aqui em Porto Velho, nós temos dificuldades grandes, aqui em Porto Velho. A distribuidora, nós temos padrões, nós temos normas, nós temos técnicos capacitados para fazer as instalações das redes e tudo isso. Porém, aquilo que eu falei antes, aqui na nossa Capital, eu sou daqui, nascido aqui como você bem frisou, mas nós ainda temos intervenções perigosas, inclusive. Semana retrasada nós tivemos um falecimento lá no Candeias, uma pessoa que estava subindo na rede para fazer uma ligação clandestina, ela veio a falecer, é lamentável. Nós temos intensificado campanhas e muitas vezes o resultado dessa desorganização, não estou dizendo que são todos, mas é isso, nós temos problemas também de alinhamento, ocupação urbana. Você vai nesses bairros onde a população esta numa situação em que o Estado não está ainda fazendo todo o seu papel, mas, em condições inseguras e de risco, não é? Nós temos projetos, depois eu posso até detalhar, mas não vou entrar muito nesse ano aí de colocar energia nessas áreas de invasão.

Temos um financiamento aí do Banco Mundial, estamos iniciando esse serviço agora em mais de doze mil consumidores aqui na Capital, incluindo, 18 áreas dessas aqui na nossa Capital. Mas não vou adiantar porque o colega da Santo Antônio esta aí, ok.

O SR. AYEL MUNIZ – Só uma questão sobre o furto de energia no nosso Estado.

Eu sou técnico em informática e na informática e temos meios e dispositivos para descobrirmos onde está havendo furto de acesso, isso não é mistério para ninguém, eu acho que é para isso que existe fornecedores de serviço de internet. E por qual motivo uma empresa do tamanho que é a Eletrobrás não tem um sistema para localizar esses furtos e trabalhar em cima desses furtos, cortando, tirando esse gato e melhorando a rede? Por que não tem isso? Por que não tem esse dispositivo, que não é tão difícil de criar?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Nós temos sim, nós temos sistemas que fazem inclusive críticas sobre a média de faturamento e aponta, nós realizamos aqui esse ano já mais de cem mil inspeções e muitas delas com sucesso. Inclusive, estamos investindo mais, por exemplo, todos os consumidores que chamamos de grupo A de alta tensão aqui no Estado, todos eles terão um sistema de medição em que nós acompanharemos 24 horas por dia, tanto pelo aspecto de qualidade de energia, saber o nível de tensão que esta chegando nele, como aspecto de segurança e quanto o aspecto de furto. Nós temos, isso é mapeado, mas, a CERON não tem poder de Polícia, nossas equipes já foram presas várias vezes nesses bairros. Você chega lá para fazer o corte, elas são cercadas, ameaçadas. Lá em Nova Dimensão o nosso carro foi incendiado. A gente pede a cooperação da polícia, a polícia vai, a gente vai lá, desliga, corta, imediatamente quando o carro sai, vai alguém lá colocando em risco a vida dele, colocando em risco a vida da população, mas religa. Mas nós não temos condições e nem o consumidor de Rondônia tem como arcar um custo desses, e também não é papel da distribuidora tudo isso, colocar alguém para ficar vigiando para que não se faça o furto novamente. Infelizmente é uma luta, como eu falei, grande e cultural. Mas nós vamos conseguir, tenho certeza, que somos pessoas civilizadas e estamos buscando aqui nessa Audiência com certeza o melhor aqui para o nosso Estado.

O SR. AYEL MUNIZ – Isso, nós rondonienses somos. Fico agradecido com as suas respostas.
Presidente.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – A palavra está com o representante da Usina.

O SR. AMAURI ALVAREZ – Boa tarde a todos. Eu sou Amauri Alvarez, gerente de operação e manutenção da Usina de Santo Antônio. A ideia é fazer para os senhores uma apresentação da Usina de Santo Antônio. A composição acionária da Usina de Santo Antônio, começado pela parte superior 10% das ações pertencem a CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais; 39% a Furnas – Centrais Elétricas; 20% para Caixa; 18.6% para Odebrecht Energia, 12.4% para Andrade Gutierrez. Essa é a composição acionária da Santo Antônio. Esse é o barramento da Usina de Santo Antônio, onde nós podemos mencionar de baixo para cima. O grupo gerador número 01, onde nós temos 08 unidades geradoras, nós temos 01 vertedouro complementar com 03 vãos; o grupo gerador 04 com 18 turbinas, em construção, o vertedouro principal; grupo gerador 02, com 12 turbinas em operação; e grupo gerador 03, também, com 12 turbinas em operação. Esse, é uma vista que não se pretende aprofundar, mas somente para que os senhores tenham ideia de como a energia é gerada. Do lado esquerdo, nós vemos o reservatório, esse marrom, onde está mencionado o montante é o reservatório, a água embaixo entra pela turbina que vocês vêem, parece uma lâmpada e sai para o rio, sendo que nós ficamos para que vocês a literatura do setor é montante ao reservatório e jusante é o rio.

A Usina de Santo Antônio, ela foi um dos primeiros grandes projetos do PAC a entrar em operação. O início da geração foi com nove meses de antecedência em relação ao

cronograma inicial. Noventa e sete por cento das obras do empreendimento, estão concluídas e hoje nós temos cerca de 7.000 trabalhadores, e é uma hidrelétrica a fio d'água, a operação é baseada em baixa queda para que a área de inundação seja a menor possível, nós não retemos água, toda a água que chega ao reservatório sai. Isso que é uma Usina fio d'água. O investimento da Usina, para construção da usina foi superior a 20 bilhões, 04% de incremento de energia na matriz energética nacional, a potência é 3.568 megawatts, garantia física 2.424.2 megawatts. Essa garantia física é a que gera os contratos de venda de energia. 50 turbinas bulbo, e concreto suficiente para construir 40 estádios do Maracanã, aço equivalente para construir 18 Torres Eiffel. Atualmente possuímos 32 turbinas em operação comercial. A geração atual superior a 2.300 megawatts, e nós estamos interligados com o sistema interligado nacional por meio da maior linha de transmissão do mundo que vai de Porto Velho a Araraquara, se interligando ao sistema elétrico nacional. O abastecimento da região Norte é garantido pelo Complexo Madeira através do back to back, hoje que está ligado diretamente a subestação da Eletronorte de Porto Velho. E a ligação exclusiva para Rondônia e Acre por meio de linhas de transmissão da Eletronorte. As 06 últimas turbinas da Santo Antônio, farão conexão direta com a região Norte, quer dizer, toda energia será destinada a região Norte. Além de hoje nós já estarmos conectados com a região Norte garantindo o suprimento, o abastecimento, as últimas turbinas irão acrescentar mais energia exclusivamente para a região Norte. A Santo Antônio, ganhou o maior número de notas máximas entre todas as hidroelétricas em implantação já avaliadas, quem avaliou foi o IHA – Institute for Hydraulic Association, é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1995 com suporte da UNESCO, possui em seu Conselho representante de um pool de empresa do setor hidrelétrico. O que ela avalia? Ela testa a adoção das melhores práticas internacionais e sustentabilidade e aponta oportunidades de melhoria. A avaliação foi realizada no ano passado, vinte tópicos diferentes foram avaliados como documentação, entrevistas e evidências visuais. Então, nós fomos avaliados por um Instituto Internacional com critérios internacionais. Essa é uma linha do tempo de como tudo aconteceu na Usina de Santo Antônio. Nós começamos a construção em 2008, o início das obras. Em outubro, a escavação em rocha; em 2009, em julho o concreto na margem direita; em novembro foi adicionado o concreto na margem esquerda; em 2011, foi feito o desvio do Rio; em setembro de 2011, foi feito o enchimento do reservatório, e no dia 30 de março de 2012 a primeira turbina entrou em geração comercial; em 2012, mais 09 turbinas foram adicionadas ao sistema elétrico; em 2013, 14 e 16 turbinas perfazendo hoje 32 turbinas em operação comercial, sendo que em setembro de 2013, a ANEEL liberou a adição de mais 06 turbinas adicionais.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Desculpe Orador. Mas eu gostaria de, com toda desculpa do mundo, gostaria de pedir que o senhor fosse um pouco mais breve. É que infelizmente nós já passamos da hora e tem mais muitos Oradores que gostariam, ainda, de fazer uso da palavra. Peço desculpas ao senhor novamente.

O SR. AMAURI ALVAREZ – Então, a Usina de Santo Antônio esse é o quadro das turbinas em operação, 18 turbinas ainda

devem entrar em operação. A composição das pessoas que hoje trabalham no empreendimento, a Santo Antônio tem 1.182 pessoas, o Consórcio construtor de montagem 2.447, a Civil 4.154 perfazendo hoje na obra 7.942; sendo que o pico de pessoas foi em junho de 2011 com 20.700 pessoas, sendo que, 86% são homens, 14% mulheres e 83% desse contingente de mão de obra é proveniente do Estado de Rondônia e 17% pessoas de outros Estados. A motorização da usina em 2012, nós colocamos 09 turbinas em operação comercial; em 2013, 16 turbinas, com 16 turbinas em operação comercial e em 2014, fechamos com 32. Em 2015 teremos 34 e em 2016, a motorização total com 50 turbinas. Nós já geramos 15 milhões de megawatts/hora, o máximo de geração, o recorde foi 40.581 e hoje nós geramos 31.500 megawatts/hora. Em relação aos royalties distribuídos, em 2015 a estimativa é que haja distribuição de 80 milhões; em 2014 a Santo Antônio pagou 42.6 milhões; em 2013, 17.5 e em 2012, 3.9 milhões. A distribuição desses royalties é uma compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, o percentual, o município, ele detém 45%, o Estado 45 e 10 para os órgãos diretamente relacionados com empreendimento, porém da União. A hidroelétrica de Santo Antônio, ela conecta ao sistema interligado nacional através de quatro linhas de transmissão de 500 KV e a conexão é na coletora de Porto Velho na estrada que une Porto Velho ao Acre. A subestação coletora de Porto Velho recebe a energia de hidroelétrica e transmite para o sistema Acre/Rondônia através do back to back e para o sistema interligado nacional através dos bipolos. O projeto inicial da Usina, essa é uma fotografia de uma turbina, das bases de uma turbina. O projeto inicial da hidroelétrica previa 44 turbinas e mais seis foram adicionadas através da aprovação da ANEEL em 2013. A entrada da 50ª máquina será em 2016, a energia gerada por essas 06 turbinas será fornecida exclusivamente para o sistema Acre/Rondônia. Agora, são algumas fotos. Essa é a sala de controle da usina onde todo o complexo é supervisionado, esse é o piso da turbina, esse é o gallery isolation system é uma subestação que reduz muito o volume, o espaço ocupado, esse também é o piso da turbina já pronto, outra foto da subestação, galeria elétrica, outra foto da galeria elétrica. Esse é o sistema de transposição de peixes, onde o peixe sai de montante e migram para a jusante sem que haja interrupção no caminho natural dos peixes. E esse é um sistema de transposição de troncos, onde os troncos provenientes do Rio Madeira são direcionados para dar continuidade a seu caminho natural e evita que vá para as turbinas. Esse é o grupo gerador 4 que ainda está em construção, toda essa parte que os senhores estão vendo será inundada e essas grades elas são as entradas de água das turbinas. Esta é uma vista longitudinal do grupo gerador, também, ambos os lados serão inundados a partir de agosto. As turbinas adicionais, as 06 turbinas, as quais eu falei e essa foi uma visão geral da usina.

Muito obrigado e os telefones de contato para esclarecimentos adicionais são esses.

Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Muito obrigado.

Gostaria, antes de passar a palavra ao Engenheiro Jorge Luiz, representante do SENGE e o Gerente Operacional da Jirau um minutinho que a nossa Promotora está grávida, mas deixa ele

fazer só uma perguntinha que o Deputado quer fazer, aí já passa a palavra para a Promotora.

Então, passo a palavra a Promotora Daniela Nicolai de Oliveira.

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos, pelo adiantado da hora. Cumprimento os componentes da Mesa na pessoa do Excelentíssimo Sr. Deputado Federal Expedito Netto, agradecendo já o convite para esta Audiência Pública. Gostaria de informar aos presentes que eu sou Promotora de Justiça de Defesa do Consumidor atuando nessa área desde 2010. Então, eu venho tratando dessas questões da Eletrobrás desde então. Há 05 anos estou em permanente contato com a Eletrobrás, com a CERON Eletrobrás, nós temos aí uma linha direta em defesa do consumidor, essa questão dos medidores de energia dessa perícia unilateral tem sido tratada também pelo Ministério Público, nós tínhamos um procedimento antigo que é dos olhões que vinha de mais de 10 anos e nós fomos resolvendo aos poucos, também juntamente a EMDUR que é uma parceira às questões individuais e coletivas nós temos tratado, a iluminação pública da cidade, a gente sabe que com essa nova administração houve uma melhoria aos poucos nós estamos caminhando. Então, é colocar o Ministério Público à disposição da população e trazendo aos senhores a nossa atuação junto a Eletrobrás CERON. Nós ultimamente estamos intermediando um contato com o IPEM/INMETRO para que seja feito esse laboratório de medição em Rondônia. Todo o procedimento da Eletrobrás, é regulamentado pela ANEEL através da Resolução nº 414. Então, tudo é um procedimento previsto na Resolução da Agência Reguladora e a Eletrobrás tem se pautado em cumprir essa resolução, lá está previsto que as perícias vão ser feitas por um laboratório credenciado pelo INMETRO. Então, como o Presidente aqui da Eletrobrás colocou, é muito difícil trazer um laboratório para Rondônia por ser um trabalho técnico muito específico. Então, o ideal que se fizesse realmente esse convênio com o IPEM/INMETRO para que ele fizesse essa perícia de uma forma imparcial e que a gente trouxesse mais para perto do consumidor, para que ele pudesse acompanhar essas perícias.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Que bom seria se o IPEM e o INMETRO tivessem mandado representantes, mas infelizmente, eles fugiram do debate.

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA – Certo. Nós temos um procedimento instaurado com esse objetivo e o Ministério Público tem intermediado essas negociações, certo? Então, também juntamente com as usinas de Santo Antônio e Jirau nós temos intermediado todas essas questões que foram colocadas aqui pelo Presidente da Associação dos Atingidos, temos um procedimento de atingidos, estamos à disposição da população.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e comunicar também que vou ter que me ausentar daqui a pouco. Agradeço o convite.

Muito obrigada Presidente.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Eu que agradeço, muito obrigado Promotora.

O Excelentíssimo Deputado Federal Carlos Andrade, gostaria de lhe fazer uma pergunta.

O SR. CARLOS ANDRADE – Dra. Daniela, boa tarde.

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA – Boa tarde.

O SR. CARLOS ANDRADE – A senhora falou que está intermediando essa questão das Usinas com as pessoas, com as famílias que foram atingidas. Só uma pergunta...

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA – Na verdade, não eu. Nós temos lá no Ministério Público as Promotorias. Essa questão dos atingidos é também da Promotoria do Meio Ambiente. Houve um TAC, como o orador falou, no sentido de indenizar as famílias que teriam sido atingidas, certo? Então, nesse sentido tem sido feita a atuação do Ministério Público, através desse TAC e também com essa questão do aluguel social, do abrigamento no Parque dos Tanques, que foi previsto temporariamente. Então, todas essas medidas emergenciais que foram tomadas no ano passado...

O SR. CARLOS ANDRADE – A minha pergunta estaria mais ou menos direcionada. Nós observamos que famílias foram atingidas a jusante e outro número de famílias foi atingido à montante. Eu pude perceber que 120 famílias já foram contempladas, já estão contempladas, me corrija se eu estiver equivocado, 120 famílias já foram contempladas dentro do plano de atendimento a essas famílias. A montante, se me parece, os números estão corretos, aproximadamente em torno de 300 famílias que estão à montante, elas não foram contempladas, ainda. Eu não sei se essa pergunta seria para a senhora ou se seria ao Diretor, ao Gerente de Operações da Usina Santo Antônio, o Dr. Amauri Alvarez. Quantas famílias, se elas foram contempladas, essas trezentas, em torno de trezentas famílias que não foram contempladas. Como é que está esse plano e qual é a previsão que essas pessoas podem visualizar, pelo menos, a sua situação? Porque são pais de famílias, têm crianças, têm jovens, tem mulher, têm muitas pessoas que estão sendo atingidas. O Dr. Amauri estava colocando aqui para nós, a ordem do investimento, se não me falha a memória, na primeira tela, mais de vinte bilhões no empreendimento. Então, logicamente, essas famílias que foram atingidas são mais de trezentas, aproximadamente trezentas famílias. Muito mais? E se essas famílias, devem estar contempladas nesse plano, pelas consequências causadas pelas usinas. E aí eu gostaria de obter, até para que, nós temos pessoas aqui que eles querem, estão aqui porque são coisas que dizem respeito a suas vidas, dizem respeito as suas famílias, são as garantias primeiras.

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA – Deputado, infelizmente, essa área específica de meio ambiente não é minha. Eu sou Promotora de Defesa do Consumidor. Então, não posso trazer para o senhor, com precisão esses dados. Eu tenho conhecimento desse TAC, como o orador, o Pastor falou, que foi firmado pelo meu colega, Dr. Átila, se eu não me engano. E foi feito com base num estudo de quem estaria atingido. Ou seja, se não me engano, ficou constatado que seria a jusante, pelo impacto, etc. Eu sei que esse TAC foi feito baseado num

estudo. Agora, sempre, os cidadãos podem, através da Defensoria, individualmente ou coletivamente, pleitear, os que não foram contemplados, e que se acham no direito também de serem contemplados. Mas eu acredito que tem que ser feito uma perícia ambiental.

O SR. JORGE LUIZ DA SILVA ALVES – Doutora Daniela, por favor, 4.850 famílias a montante e 1.350 famílias a jusante, ok? Até então a jusante não foi considerada porque só vai a doze quilômetros, e nossa Calama está a 160 quilômetros, Pastor? 160 quilômetros. Humaitá hoje está inundada. Está inundada por quê? Porque o assoreamento está chegando a Humaitá, não tem velocidade o rio, quando o rio Amazonas entra no rio Madeira, 550 quilômetros, e a água não tem mais velocidade porque, segundo foi falado aqui pelo representante de Santo Antônio, a água que entra, sai, mas a água que entra não sai. Se sáísse, a velocidade era a mesma e, se era a mesma, o assoreamento não ficava, ele sairia. Então, nós discutimos isso, várias vezes apresentamos todas as teses, só que infelizmente é Rondônia que está falando. E na minha vez ali, infelizmente o assunto hoje não é essa questão de estudo, mas deveria ser levantado, Deputado.

Deputado Neto, quando o senhor assumiu, o senhor pegou aquele nosso estudo e falou que ia levantar essa tese.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – O estudo completo de vocês... vocês têm um estudo completo sobre essa questão inteira.

O SR. JORGE LUIZ DA SILVA ALVES – Isso. Nós fizemos o estudo para a jusante e terminamos para a montante, o Sindicato dos Engenheiros. Então, nós gostaríamos de discutir isso, mas com seriedade, com vontade de discutir. Uma vez que teve aqui, o Deputado Jean levantou a tese, fizemos a apresentação, só que não tivemos tempo de explicar o porquê.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – A apresentação de vocês tem mais de duas mil folhas, com um estudo completo, um estudo sério e um estudo de quem entende, que é do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia.

O SR. JORGE LUIZ DA SILVA ALVES – E o TAC foi para 120 famílias, só àqueles que ficavam na beira do rio, e os outros? A água vai continuar avançando, vai continuar, vai chegar até a Rogério Weber, é sério a coisa, não é brincadeira. Fica só discussão, discussão, discussão e quando o povo se levanta para levantar alguma tese não dá em nada, porque essa lei é desde 1965. Está montado um esquema tão grande que não adianta você querer mexer. Então, é geração, é transmissão, na minha fala eu vou falar sobre isso. Mas, Doutora, são 4.850 famílias só de montante e 1.250 a jusante, famílias, se você multiplicar, diretamente, agora tem as indiretas. É a Doutora Aídee que está cuidando da parte do meio ambiente, muito bom, por sinal.

O SR. CARLOS ANDRADE – Dra. Daniela, deixa eu lhe perguntar, como nós estamos numa audiência, nós queríamos... qual a possibilidade do Ministério Público ter esses números,

como é que nós poderíamos fazer? Até para darmos uma resposta, porque isso tudo...

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA – O próprio, a pessoa da plateia colocou, são quatro mil e quem está à frente é a Dra. Aídee, que é Promotora do Meio Ambiente. Ela tem esses dados. Eu não posso passar para o senhor porque não é minha área, certo? Eu vim tratar da tarifa que é questão de direito do consumidor.

O SR. CARLOS ANDRADE – Ok. Está certo, Doutora Daniela. Nós vamos solicitar para que tenhamos, até para a gente ver... Agora, nós gostaríamos de fazer a pergunta ao Dr. Amauri Alvarez. Dr. Amauri, que plano que a Usina Santo Antônio tem previsto dentro do seu planejamento de contemplação dessas famílias? Porque se tem, certamente, se foi um planejamento, contemplou-se o atingimento de área de pessoas, de famílias que seriam atingidas pelo empreendimento, não é verdade? Mesmo que haja uma margem de erro, essa margem de erro, automaticamente, ela estaria contemplada dentro de um estudo do planejamento do empreendimento. O senhor poderia compartilhar conosco aqui, até porque o senhor está vendo que as pessoas estão aqui e querem ouvir algo acerca desse assunto. O que é que o senhor poderia nos falar dentro desse planejamento que foi contemplado e que essas famílias tem uma possibilidade... Porque eu posso perceber aqui, que houve uma orientação para essas famílias para que elas fossem contempladas nesse Programa do Governo Federal, para entrar nesse Programa Social do Governo Federal, Minha Casa minha Vida. Eu acho, eu penso que quem está provocando esse dano, tem uma participação direta, e é por isso que nós queremos ouvir especificamente a Usina de Santo Antônio sobre esse assunto.

O SR. AMAURI ALVAREZ - Me sentiria muito feliz, se pudesse conduzir a sua pergunta. Como o fórum, foi de geração, eu sou engenheiro, técnico, estou disposto a responder a qualquer tipo de pergunta técnica sobre geração, mas não sou a pessoa qualificada para responder as perguntas que estão sendo feitas, não tenho conhecimento. Eu sugiro que para esse tipo de questionamento, seja convocado um fórum específico, porque eu não sou a pessoa qualificada. Como eu já disse e reforço, eu sou o engenheiro, qualquer assunto de geração, estou disponível para responder, mas infelizmente, não vou poder responder sobre essas questões.

O SR. CARLOS ANDRADE - Muito obrigado Doutor. Nós vamos providenciar para que esse fórum aconteça, até porque eu acho que é interesse da população também.

O SR. ROSAN RODRIGUES BARBOSA - Questão de Ordem. Eu quero só pedir perdão para o uso da palavra. É sempre assim, eles vêm, nunca respondem nada nem para vocês, faça uma ideia para nós, vem engenheiros vem outras pessoas, mas nunca respondem. Então, nós estamos já desde 15 de fevereiro de 2014 até o dia de hoje, tem uma Audiência dessas, desse nível, parabênizo a vocês. Mas fica assim, a resposta não tem, entendeu? fica uma coisa sempre assim, um ponto de interrogação; e a gente fica, o povo fica nessa situação

sofrendo todo esse descaso, porque para mim isso é um descaso. Então, eu acho que deveria ser feito um fórum. Já pedi que fosse feita uma comissão para trazer essas pessoas frente a frente, para mostrarmos os estudos, vocês sentarem frente a frente conosco para um debate.

Vamos colocar, expor toda nossa situação com engenheiros, colocar todas as situações os erros que vocês cometeram frente a frente, nós, o povo com os engenheiros, com os estudos, vocês, a justiça, para se tentar chegar a um denominador comum, não ficar do jeito que é feita todas às vezes. Daqui acaba e vocês não respondem nada, não tem como responder, são outras pessoas e fica por isso mesmo.

O SR. JORGE LUIZ ALVES DA SILVA - Deputado, só um segundinho, por favor. Existe uma Lei 1234, Segurança de Barragem, lá explica tudinho quando o empreendedor tem que tomar as atitudes, não é o Governo Federal que tem que dar a Minha Casa Minha Vida, é o empreendedor. Está lá clara, a Segurança de Barragem, tudo isso tinha que ser visto, não é a prefeitura que tinha que levar defesa civil, não, são eles que tinham que fazer, só que cruzaram os braços e deixaram tanto o Estado quanto o Município tomar a iniciativa, e os custos disso já estavam embutidos lá no preço da tarifa, entendeu pessoal? Então, a coisa não é tão simples assim, tem que se cobrar mesmo e fazer uma discussão, só para isso, viu Deputado?

O SR. CARLOS ANDRADE - Pastor Rosan, sem deixar a fala também do amigo que eu não me recordo o nome, mas esse fórum realmente foi para a gente discutir a qualidade da energia, essa questão toda. Entendo o posicionamento do Doutor Amauri, e acho que nós temos um instrumento que podemos fazer uma discussão específica sobre isso.

O Ministério Público estava aqui, felizmente não é a Promotora que trata do tema. Mas, o Deputado Neto, já se colocou à disposição junto com o Deputado, que vai ser feito um assunto específico para nós trabalharmos essa questão, porque a gente observa que as variáveis estão sendo trabalhadas de uma forma diferente, não é uma questão de entrar no plano do Governo Federal, só para a gente trazer essa temática.

Pastor Rosan, eu acredito, que vamos está acompanhando, vamos está trabalhando essa questão porque realmente é um empreendimento forte, e o Governo do Brasil fez um investimento muito forte aqui no Estado de Rondônia, e quem está sendo contemplado, quem está sendo contemplado na verdade, claro que é a população de Rondônia, com a geração de energia elétrica aqui. Mas o Sul do País, é evidente que toda população aqui do Estado de Rondônia, está sendo beneficiado com essa geração de energia elétrica, não temos dúvida disso. Só que os impactos aqui, precisam ser trabalhados também, os impactos que aqui estão ficando, precisam ser trabalhados, e logicamente, nós estamos discutindo isso na Casa do Povo.

Quando o Doutor Amauri estava fazendo sua apresentação... eu estava conversando aqui, trocando uma ideia com o Deputado Neto e com o Deputado, desculpa não lembro, Alex, e realmente vai está puxando essa questão, o Ministério Público, não pode se esquivar disso, é uma questão de ordem social e

teríamos que trabalhar isso, e nós vamos trabalhar. Faço parte da Comissão de Minas e Energia como falei aqui no início, e nós viemos para discutir essa questão, mas não abriria mão de discutir, tanto junto ao Ministério como junto aos órgãos que autorizam esses empreendimentos que os custos referentes a essas questões, porque eles não podem ficar dessa natureza. Sou do setor elétrico, faço parte do setor elétrico e não podemos só ir passando e deixando as consequências de lado. Precisamos discutir isso com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Agora, com a palavra o Engenheiro Jorge Luiz, representando o SENGE, o Sindicato dos Engenheiros Civis do Estado de Rondônia, pelo prazo de 05 minutos, por favor.

O SR. JORGE LUIZ ALVES DA SILVA – Cumprimento a Mesa, na figura do Deputado Neto, e aqui os presentes na presença do Pastor Rosan.

É o seguinte companheiros, desde 1965, vem mudando esse modelo, a abertura foi feita em 1965, em 2004 se culminou com a Lei 10.848, essa Lei abriu todo o processo, distribuiu, geração, transmissão, distribuição e comercialização, todo o processo é feito. Foi falado aqui que nós somos a 34ª custo de energia, na realidade o Brasil tem, é o último, é o último e a energia mais cara do mundo, ou seja, nós pagamos 543 para a indústria, 543,9 megawatts, reais por megawatts e para o consumidor final aqui em Porto Velho está na faixa de 340, e lá em Rolim de Moura o colega falou que é R\$660,00 o megawatts/hora, ou seja, se na Argentina é R\$51,00 o megawatts, porque no Brasil é 543.9? Então, isso aqui é R\$36,00, é o 36º na conjuntura total, mas vamos discutir em nível mundial, se a nossa matriz energética é na figura maior o que é mais barato, que seria a parte hidráulica, sem contar essa questão dos impactos ambientais e se levasse em consideração a engenharia realmente, pessoal, não dessem para nós, vocês têm seis meses, um ano para estudar, a coisa não ficaria assim, se respeitasse realmente as técnicas em tecnologia, assim feito, ou seja, o Brasil gastou duzentos e cinquenta milhões de dólares em consultoria que na hora da execução não foi levado em consideração do Layout, dos estudos de impactos ambientais, tudo foi negligenciado e no final das contas, de repente criou-se mais 06 turbinas sem estudo de impacto ambiental e criando até a dona ANEEL, criou lá um adendo: não, não precisa mais estudo, os estudos já foram feitos. Como é que não precisa, o próprio estudo foi apresentado e dizia que não ia chegar a BR. Ultrapassou dois metros e meio. Se Abunã, zerava em Abunã, como é que chegou, lá em Abunã? aumentou um metro e oitenta. Chegou em Araras, dois metros e oitenta a água. Não se levou em consideração o estudo do rio Abunã, só se fala no Rio Madre Dios que vem da Bolívia. O Rio Abunã, companheiros, na grande maioria do período dá quase o dobro da vazão do Madre Dios, e aí? Então, o ressaltado hidráulico criado tanto pelo Rio Amazonas, quanto pelas hidrelétricas e também pelo Rio Abunã, afeta até a Bolívia. Então, Deputado, eu acredito que o senhor tinha que levar em consideração isso. A Comissão de Minas e Energia também porque não pode Porto Velho, o Estado de Rondônia, passar por isso. Infelizmente, são só cinco minutos,

foi feito uma tese, não foi só por mim não, mas por vários colegas no Brasil, inteiro que nos ajudaram no SANGE, quando eu estava no CREA também nos ajudaram a descobrir a tese. Agora, a gente quer colocar: não, você tem um minuto, você tem três minutos, você tem cinco minutos. Não adianta isso, tem que ter uma plenária para discutir isso, uma comissão nossa de rondoniense, de brasileiros que realmente querem isso.

A maior riqueza nossa, Deputado, é o nosso Rio Madeira, essa é a nossa maior riqueza e não sou a favor só dessas duas hidrelétricas, sou a favor de mais, mas com responsabilidade social e ambiental. É uma vergonha o que aconteceu conosco, ou seja, não pode continuar do jeito que está. O modelo de construção de barragem na Amazônia, não pode ser esse que é usado no sudeste e norte. Foi falado aqui que a água que entra, é a água que sai. Eu tenho provas que não é assim, pessoal, não existe isso, não existe isso. Porque que a cota era 70 e fizeram um imbróglio danado passaram para 71.3? não pode, os próprios estudos disseram. Aí a ANA vem diz: você tem que fazer na média 68.5. Se é 68.5 porque hoje está em 70.3, se foi legalizado depois pelo IBGE, invés de ser 70, seria 70.5, não poderia chegar nesse 70.5, seria 70. Porque então chega 70.2 que foi mudado novamente. Então, isso tudo tem que ser discutido Deputado, não adianta chegar aqui fazer esse palco todo de discussão. As comunidades dos atingidos, se for hoje lá à Extrema, você vai ver um barranco, como é que pode? Na Amazônia está tendo cheia: "Ah! Não tem nada a ver com Rondônia". Tem sim. Vamos fazer uma coisa séria, vamos ver os estudos que foram feitos, dos 12 consultores, 06 falaram que não poderia ser dessa maneira, o Layout que foi feito não podia ser esse, não respeitaram nenhum por causa da agilidade, tem que ganhar, tem que ganhar. Outra coisa, Deputados, nós temos que ver o contrato de concessão, a gente aqui discute olhando todo o processo, nós fizemos um seminário técnico aqui em Rondônia e verificamos que o processo todo está errado. Na discussão maior, na discussão maior do contrato quando vende energia está escrito; se você for falar alguma coisa, todo esse processo que foi feito CME, EPE, CCEE, tudo isso montaram durante 30 anos quase esse arcabouço para blindar esse processo da ANEEL. Não tem um Presidente que entre aí que vá conseguir mudar isso, se nós elegermos novamente políticos com falta de responsabilidade de fazer. Não adianta, pode entrar qualquer Presidente, qualquer que seja, não vai conseguir mudar porque está tudo blindado, todo o sistema está blindado. Agora, tem que ter Deputados com vontade de ajudar, com vontade de querer e ter ação, não ter só discussão e papo, pessoal. Aqui na Assembleia mesmo, já fizemos várias discussões, eu ouvi representantes de autoridades: "não, isso aqui está mais do que discutido". Que discutido nada, e eles ali?

Voltando para a questão da tarifa, essa questão da tarifa não é assim, pessoal, nós temos que discutir a geração. Porque nós estamos pagando transmissão de ida e volta, se a energia está gerada aqui? Foi falado no back to back, então porque não usamos o nosso aqui e pagamos dentro da nossa tarifa, a tarifa de transmissão e tem lá na questão do regulador. Tem outra imagem que eu queria ver com você, pena que não dá para mostrar aqui. O custo de reserva global de reversão, que é essa que foi falado aqui. Lá dentro tem o quê? Nós temos lá,

Cota do Consumo de Combustível - CCC que usamos pouco, taxa de fiscalização de serviço. Esses serviços, que, extraviados e tal, está dentro dessa taxa. A taxa de pesquisa, pode ser feito em laboratório aqui, essa taxa de pesquisa usa-se dinheiro, aí você vai lá usar o dinheiro e não tem mais o dinheiro porque usaram para outras coisas. Então, a coisa é séria, não vamos mais brincar com o nosso povo. É uma pena que o povo brasileiro não sabe o que está acontecendo, porque o dia que eles souberem vão se levantar, pessoal. Mas, não é a Presidente atual, a anterior, isso aí foi todo montado porque uma economia globalizada. E outra, foi feito para trazer recurso externo, mas, todo o dinheiro que está sendo usado é do BNDES, é nosso dinheiro. Adiantou alguma coisa? Não adiantou, só piorou para a gente. Então, essa discussão tem que ser levada, vocês são da Comissão de Energia, tem que ser discutido, se não fizer isso, não adianta nada essa discussão acalorada aqui, os prefeitos vão passar pela mesma coisa, os vereadores porque ninguém sabe o que está acontecendo. Você vem aqui, o colega apresenta tudo e tecnicamente está representado, mais qual é a discussão? Nós temos agora, Deputado... Machadinho, estão fazendo a mesma coisa, a proposta é 350 megawatt, Machadinho vai chegar 1.2 Gigas, o quê que é isso? Não é brincadeira não. Pessoal, estão brincando com as pessoas, nós não podemos ser, é um troço até meio chato de falar: efeito colateral de progresso. Nós estamos sendo efeito colateral do progresso. Estão as prefeituras se lascando para botar luz, para botar asfalto, gente a beça que chegou e os comandantes... porque tudo vai para a tarifa, tudo vai para a tarifa, está feito o bolo de tal maneira, se amanhã os companheiros forem indenizados, os custos vão para a tarifa, eles não perdem nada, o empreendedor não perde nada. Para você ter uma ideia, essa hidrelétrica de Santo Antônio, vai ser paga em 04 anos, o custo todo vai se pagar em 04 anos os cálculos que nós fizemos no seminário, vai ser setenta e dois milhões, vai ser ganho, vão pagar esses quinze bilhões em 03, 04 anos pagando todas as contas. O que é isso, qual o risco que tem aí? Qual é o risco?

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – E o nosso Rio Madeira, como é que fica?

O SR. JORGE LUIZ ALVES DA SILVA – É a maior riqueza nossa, não dá só duas hidrelétricas, dá muito mais só com recurso dela.

Senhores, desculpem, o nosso acaloramento, realmente é isso aí, mas infelizmente nós estamos novamente sendo embrulhados e vamos ser embrulhados novamente.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Com a palavra o Maurício Calixto.
Muito obrigado, senhor Jorge.

O SR. JORGE LUIZ ALVES DA SILVA – Só lembrar um negócio aqui, está aqui. Eu fiz um cálculo. o Estado de Rondônia, o município de Porto Velho, estão sendo lesados. Pequeno, cinquenta mil reais por mês, cinquenta mil. Fui vê outra conta que eu fiz aqui do cálculo da compensação financeira um caso dá um milhão novecentos sem ter repassado e foram seiscentos e onze repassados. Então, até nisso nós estamos sendo enrolados porque não tem ninguém aqui no Estado e no

Município que estude severamente as leis. Está bom, não tem! Por isso queremos levantar a coisa: “não, não pode”. O que é isso? Brincadeira!

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) - Muito obrigado ao SENGE.

O SR. MAURICIO CALIXTO – Sr. Presidente, Senhores Deputados, Sr. Representante da Eletrobrás, representante do município, Deputado Expedito Netto, Deputado Carlos Andrade, da Minas e Energia eu me dispus a ocupar este espaço para fazer primeiro um registro de enaltecimento a vinda de Vossas Excelências aqui no nosso Estado, porque nesse momento que aqui se instala uma dependência por mais grandiosamente institucional que seja, a Assembleia Legislativa se instala aqui uma dependência de uma das Casas do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, assim que os senhores estão aqui. Então, eu quero fazer um registro, dá um testemunho, porque eu venho acompanhando essa questão da energia elétrica para nós há muitos anos, Deputado. Acompanhei o trabalho do Sindicato dos Engenheiros, o Jorge Luiz, do SENGE, acompanhei algumas iniciativas que aqui tiveram lugar na Universidade Federal e a gente observa o seguinte: nós, enquanto cidadãos do Estado de Rondônia, nós temos que nos lembrar de outros tempos que houveram ocupações de regiões ermas do Brasil. Em algumas circunstâncias as características da chegada dessas megas estruturas multinacionais embaladas, empolgadas, subsidiadas, financiadas por dinheiro público, dinheiro público com juros menor do que qualquer pessoa compra no mercado geral. Nós nos sentimos aqui, em algumas circunstâncias em relação aquilo que foi implantado nessas superestruturas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, e como se fossemos índios, recebemos um espelho, recebemos um pente, um terçado, um facão, nós fomos inundados, nós fomos invadidos, subtraídos naquilo que é uma riqueza monumental do Estado de Rondônia e que vai embora. E vai embora dentro de alguns parâmetros que são inarredáveis, vão deixar o troco aqui para Rondônia, o troco residual, é troco residual dos royalties. Mas até a geração de tributo, o fato gerador é aqui, mas o fato gerador na forma da lei atual é lá na ponta de consumo. Então, nós estamos gerando uma riqueza, Rondônia esta entregando para o Brasil uma riqueza, Rondônia esta fechando a conta corrente geração energia para o País, e estar mandando o dinheiro para Araraquara, São Paulo e vai mandar aqui para o Estado do Amazonas, enquanto sequer o Amazonas permitiu com que se fizesse o Gasoduto de Urucum/Porto Velho. A jazida não era suficiente. Mas não foi, não. Foi à força política do Amazonas que não deixou, era um compromisso da então Ministra das Minas e Energia da década passada, Ministra, hoje Presidente da República que era compromisso pessoal dela, trazer o Gasoduto de Urucum para cá, mas não veio. Nós tivemos aqui, de uma hora para outra da passagem da década passada para essa, uma inundação de aproximadamente cento e vinte mil pessoas aqui na Capital. Chegaram abruptamente, inopinadamente, e quais foram os impactos disso? São incomensuráveis. A juventude que foi perdida, a juventude que foi prostituída na região de Jaci - Paraná, o impacto de trânsito, o volume de pessoas que morreram aqui isso é impagável. Quais foram os dinheiros

que trouxeram de compensação para nós? Se for fazer a conta na comparação do tamanho do investimento na geração gigantesca de lucros que isso virá trazer para cá, nós somos pagos com quinquilharias, nós somos pagos com espelho, com pentes como se fazia antigamente para fazer atração de indígenas. Nós de Rondônia fomos espoliados, nós de Rondônia fomos subtraídos naquilo que é a maior riqueza do nosso Estado, em algum tempo, e em algum momento nós poderemos vir a ser recompensados, mas não a essa altura do campeonato.

Agora, para falar de consumidores, senhores, falta chuva em São Paulo, sobra chuva na Amazônia, como é que vou pagar aumento da conta de energia elétrica em bandeirada vermelha se eu estou sendo inundado aqui, se estamos sendo aqui praticamente... nós temos dilúvio aqui, falta chuva no Brasil e nós temos abundância de energia elétrica, nós vamos pagar energia para abastecer São Paulo. Como pode a conta de energia elétrica de Rondônia ter um aumento de uma hora para outra de 50, 60, 70%? Eu tenho contas em mãos, mês de março, mil reais, uma conta, no mês de abril mil e oitocentos, uma conta, qual é a explicação? A explicação é perfumaria, é a explicação é inatingível, a explicação ela é imperial, é o império dessas megas estruturas desses super negócios que existem no Brasil que não respeitam nada, que vem e estão fazendo, estão achincalhando, estão execrando, estão espoliando, estão roubando Rondônia. Vai ter explicações técnicas, eu sei. Eu vi seminários importantes, e sequer os estudos residuológicos da bacia inteira do Rio Madeira foram feitos para implantar Jirau e Santo Antônio, fizeram tópico, eu sei disso, falei com os engenheiros. Agora, nós não temos sequer autoridade adequada para trazer para nós as explicações. Gostaria, eu sei que uma Audiência Pública como essa, Deputado Carlos Andrade, tem registros, ela tem taquigrafia, ela vai para os Anais, agora os senhores devem isso, os senhores saibam que o Estado de Rondônia foi espoliado, a palavra mais correta seria "foi roubado" porque não se pode admitir uma forma como essa aqui, é importante fechar a equação, a conta corrente de energia elétrica do Brasil? É importantíssimo. Agora, não pode fazer isso subjugando, subtraindo, de maneira imperial, de maneira irreversível, de maneira, praticamente indefensável com o Estado jovem como Rondônia. É inconsequente e nós sabemos a inexistência de limites desses grandes operadores, desses mega negócios. Essas hidrelétricas movimentaram dezenas de bilhões de reais e nós sabemos dos descaminhos, nós sabemos dos chuviscos, nós sabemos do ralo de dinheiro, não se respeita o dinheiro do País. Nós sabemos, que o dinheiro do BNDES, Vossas Excelências sabem, são dinheiros alocados do Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional paga juros altíssimos, a taxa CELIC, e empresta para essas multinacionais que hoje devem explicações muito graves, muito sérias e os senhores são depositários dessas responsabilidades. Não permita que continue, pediram explicação sobre a conta, só que se eu for falar com o Bispo, com o Papa não tem explicação, não tem, simplesmente estamos na bandeira vermelha, você está na bandeira amarela, falta chuva no Brasil, não importa que haja chuva, não importa que haja super abundância de energia elétrica aqui, nós temos as mais altas taxas de energia elétrica.

Era o registro que eu gostaria de fazer para V. Ex^a.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Com a palavra o Senhor Carlos César.

O SR. CARLOS CÉSAR CARVALHO FROTA - Não obstante a gente morar a 30 anos em Rondônia, na região de Candeias do Jamari onde nós vivemos uma experiência dolorosa, sofrida com essa questão de Usinas, é um grande engodo, é um grande engodo quando se fala que Usina Hidrelétrica é progresso, representa progresso, viu Jorge? é um grande engodo, porque eu, assim como Vossas Excelências que me antecederam, também não conseguiram ver progresso em função das Usinas. Eu também que vivo numa região, sou vereador na região daqui da grande Porto Velho, a 20 quilômetros, o município onde se instalou a primeira Usina Hidrelétrica, ainda começando as suas instalações com o militarismo e hoje a gente vive lá um movimento fortíssimo em função dos atingidos por barragens, as consequências são sérias, são graves, mas mesmo assim ainda se fala em construir novas Usinas, eu não vou nem entrar nessa seara, mas apenas para colaborar com a disposição dos Deputados que aqui vieram, meu amigo Expedito Netto e do companheiro de Roraima, apenas para colaborar com essa discussão para que se torne um pouco mais justa para aqueles que pagam a conta e principalmente para o nosso povo de Rondônia, eu gostaria de dar como sugestão, é uma bandeira que eu, inclusive, já no meu partido, no PC do B, eu já lancei em nível nacional. Que nós possamos, os Parlamentares do Partido Comunista do Brasil possam enaltecer essa nossa bandeira que seria... nós não queremos mais royalties, nós não queremos mais indenização, Maurício Calixto, nós não queremos mais isso porque só se indeniza alguém quando se causou algum dano, a indenização significa reparação de dano, e nós queremos é tributação. Parabéns pelas vossas palavras. Nós queremos é tributação justa. Como é que nós produzimos energia aqui e quem fica com o grande bolo, onde se consome essa energia, isso é injusto para com o povo que paga caro esta conta. Compre um calçado, Deputado Expedito, compra um calçado, onde é que fica o ICMS? É lá na fonte, aqui não fica. Agora, a energia que se produz manda-se toda para fora e nem sequer o imposto fica aqui, e a pretexto de indenizar, de desenvolver a região inventaram o tal dos royalties, uma indenização pela área alagada ou coisa parecida, isso para mim é um engodo.

Fica aqui o meu recado e a minha colaboração no sentido de que vocês também encampem junto à comissão que vocês participam essa questão dessa mudança que eu acho que vai passar até por uma questão desse pacto federativo aí onde os municípios, Estados e a Federação vão estabelecer um novo pacto.

Muito obrigado, e desculpem pelo meu desabafo.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Muito obrigado Vereador César.

Gostaria que o Laelson se dirija à Tribuna, mas que o Vereador Décio Lagares comece o discurso dele.

O SR. DÉCIO LAGARES – Quero parabenizar V. Ex^a pela iniciativa, parabenizar todas as pessoas que saíram da mesma forma que eu, lá do município de Espigão do Oeste.

Sou o Vereador Décio, do município de Espigão, são quase 700 quilômetros de Espigão até aqui para discutir o Programa Luz para Todos que atinge de certo modo grande parte de Espigão do Oeste, foi feito um trabalho grande do Governo Federal lá na nossa região, embora não tenha dado conta de atender toda região, estamos aguardando o Presidente da Eletrobrás, e que realmente esse Programa Luz para Todos venha contemplar esse resto que falta lá no município de Espigão do Oeste. Estamos aguardando a princípio que essa empresa que ganhou a licitação tivesse assumido, depois o segundo colocado também viesse assumir. Agora, outra licitação, eu gostaria de sugerir a V. Ex^a e aos Deputados que essas licitações fossem feitas menores, não duas licitações no Estado para grandes empresas, grandes empresas que não tem compromisso com ninguém. Se essa licitação fosse feita na região de Espigão do Oeste e Pimenta Bueno, eu tenho absoluta certeza, Presidente da Eletrobrás, que lá em Espigão, lá em Pimenta Bueno, Cacoal teriam empresários suficientemente capacitados para atender a nossa demanda e tinha a responsabilidade com a nossa região, mas, infelizmente pega uma empresa de Manaus que vem participar de uma licitação e brincar com o povo de Rondônia. Empresa sem compromisso, então diminua, faça em vários blocos, não em dois, três blocos no Estado e sim oito, dez, eu tenho absoluta certeza que nós vamos valorizar o comércio local, vamos valorizar as empresas locais. Essa é uma sugestão minha para que o Programa Luz para Todos, realmente torne realidade lá na nossa região, é um assentamento Nosso Caminho, e aqui estou falando em nome da Deputada Lúcia, em nome do Paulo Adair que acabou de sair, que é Presidente da Câmara de Pimenta Bueno. A gente vem arrastando isso, Expedito Netto, nós estamos vindo arrastando e as cobranças são grandes, aí o político é o verdadeiro mentiroso, porque pega uma mentira da Eletrobrás e continua essa mentira para frente. A Eletrobrás mentiu por causa de uma empresa que vem mentindo e junta um monte de mentirosos no consenso da população. Então, lá em Espigão faltam mais de seiscentas, quinhentas e poucas residências; é claro, é louvável tudo que foi feito lá sem sombra de dúvida, e para valorizar o homem do campo tem que ter energia, para segurar e valorizar as famílias tem que ter energia, hoje é realidade, vocês fizeram muito, mas nós não podemos esquecer também daquela rede, Presidente da Eletrobrás, que liga Espigão do Oeste a Pimenta Bueno, Expedito Netto, que é o Linhão que tem mais de 30 anos. Espigão cresceu, imagina Espigão há 30 anos.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Nós temos a Global Aves lá, inclusive na época de campanha quando eu andei, eles têm 1.200 funcionários, Espigão depende da economia da Global Aves, depende da empresa Global Aves, eles conseguiriam dobrar a capacidade de contratação apenas com uma energia de qualidade, apenas com uma energia constante. Nós não aguentamos mais essas quedas constantes de energia elétrica, não só aqui em Porto Velho, mas no Estado inteiro. Quando se fala em energia elétrica, pensamos em quê? Industrialização, geração de emprego, geração de emprego e renda. Mas cadê a geração de emprego e renda do meu Estado? Cadê os nossos municípios, pequenos municípios se desenvolvendo, dando emprego? Hoje, o filho não tem como

ter o emprego do pai, o filho é obrigado a sair da cidade porque na cidade não tem emprego. Hoje, nós precisamos de uma energia constante, é isso que nós precisamos lá no município de Espigão do Oeste.

O SR. DÉCIO LAGARES – Sem sombra de dúvida, Deputado. Vossa Excelência está completamente com razão, e é lamentável quando se vê um produtor rural jogar mil litros de leite, dois mil litros de leite fora e isso acontece quase todos os dias, porque a energia que chega na ponta da linha não é de boa qualidade. E outro problema, quando cai a rede, tem que se ligar para um telefone no Rio de Janeiro, lá no Rio. Que Eletrobrás, que Brasil, que Rondônia é a nossa. A nossa reclamação tem que ir para o Rio, não é aqui dentro do nosso Estado. Então, nós nunca vamos ter independência? Vamos sempre estar dependendo de alguém de outro Estado? Mas parabéns a Vossa Excelência, Presidente da Eletrobrás. Olhe com carinho a energia de boa qualidade de Vossa Senhoria, porque vocês falam, passa ali na nossa porta e nós não estamos tendo ela. Agora, eu acho que precisa crescer, mas não tem energia para crescer. É lamentável o que está acontecendo.

Parabéns a Vossa Excelência. Eu tenho absoluta certeza que o Deputado que veio lá de Roraima, essa Audiência poderia se dividir em duas, pelo que eu senti até agora o presente momento, dividir em duas. E o Vereador que está aqui do meu lado, quando falou em ICMS ser cobrado aqui. Isso é natural, isso é normal, mas que pena que o nosso Estado não é reconhecido lá em Brasília. Quando fala em transposição, chuta o povo de Rondônia, quando fala em tudo, há um tempo. Mas parabéns a Vossa Senhoria, que está levando e acreditando no nosso Estado e fazendo o povo nos respeitar.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) - Essa Audiência Pública é justamente para obtermos as informações necessárias. Nós vamos ter uma Audiência Pública em Brasília com o próprio Ministro e depois trazermos às informações que o povo de Rondônia tanto quer. Então, por quê? Me falaram: vamos fazer primeiro em Brasília com o Ministro. Eu falei: não, primeiro eu tenho que saber tudo que o povo de Rondônia precisa, tudo que o povo de Rondônia quer, para depois eu saber como cobrar do Ministro, para eu poder cobrar com propriedade da ANEEL, para eu poder cobrar com propriedade do Ministro de Minas e Energia.

Agora, com a palavra nosso companheiro Presidente da Associação do Bairro do Planalto, Laelson da Silva.

O SR. LAELSON SILVA – Boa tarde a todos os companheiros aqui presentes, e ainda as autoridades.

Eu estava ali me coçando... se eu sáísse daqui e não desse uma palavra nessa Audiência de grande importância, Deputado.

Essa é uma luta que a gente vem atravessando aqui dentro de Porto Velho, muito dolorida, e quando a gente fala de energia elétrica, exportador de energia para todo o Brasil e para a maioria dos bairros aqui de Porto Velho. Agora, eu vou falar de Porto Velho e não do interior porque entrou muita pauta. A maioria dos bairros de Porto Velho estão no apagão, na lamparina. Dentro da minha comunidade, já houve homicídio

por causa de roubo de energia. A vizinha foi e engatou um rabicho no do vizinho e o vizinho furioso que a energia dele já é fraca foi lá e aconteceu um óbito na nossa comunidade, lá do outro lado, vários problemas, ventilador queimado, geladeira queimada. Nós não temos o direito sequer de chegar do trabalho de noite e ter um ventilador digno para espantar pelo menos as carapanãs das nossas crianças. É uma vergonha, não é? E a gente sabe, eu na qualidade de Presidente, eu tinha certeza que a culpa era da Eletrobrás.

Dia 06 de agosto de 2014 nós fizemos um Movimento com vários Presidentes de Bairros, o Luiz Marcelo aqui é sabedor disso, nós fechamos a Eletrobrás. 'Não, vamos brigar pelos nossos direitos'. Fechamos a Eletrobrás e o Superintendente atendeu as Comunidades e disse: olha, está no trâmite de licitação, eu vou fornecer documento para vocês, que a Empresa Consórcio Plus está sendo licitada, e está aqui quase 26 milhões para ser implantado dentro de Porto Velho. Não é isso? E eu sairia daqui doente se não citasse isso. Só que para esse trabalho acontecer dentro do bairro, são 23 bairros que estão no Cronograma da Eletrobrás, 23 bairros, mas para a gente poder receber a energia é preciso um trâmite, e aí, é aonde vem a parte da Prefeitura. O Secretário não está aqui presente, eu queria que ele colocasse isso em pauta e levasse em mãos para o Prefeito, nós estivemos várias vezes lá no gabinete do prefeito e realmente ele não estava. Mas não depende da Eletrobrás, precisa da SEMUR para fazer a Topografia, que graças a Deus ontem eu peguei com muita luta, eu peguei o projeto nosso lá na SEMUR, a linha tem que passar pela SEMTRAN, a anuência para poder a Eletrobrás fazer o trabalho. Agora, me digam senhores, de agosto para cá, já se passam dez meses. Eu queria que o senhor me respondesse: já começou algum trabalho desse dinheiro aqui no...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Sim, nós começamos em um bairro, já.

O SR. LAELSON SILVA – Vinte e três bairros, começou primeiro. Então, dá a entender que a culpa não é da Eletrobrás, e o dinheiro está em caixa. E ainda mais, cada morador ainda vai receber o seu padrão, foi isso que ele me falou e a comunidade está super feliz, mas se não tiver o lado positivo do Município, eu quero que fique bem registrado, se a Prefeitura não tem competência por falta de Topógrafo, peça ajuda ao Estado, entre em contato, não deixe esse dinheiro voltar, porque vai favorecer milhares de famílias. Então, eu agradeço a oportunidade, e digo mais, quem vai ganhar com isso aqui... eu sei que está se falando aí de tributos altos, é doído, é cara a energia. Imagine quem vai ver lá na lamparina sem ter direito de uma lâmpada, sem ter direito de tomar uma água gelada, se vivendo no século que nós estamos vivendo. É uma vergonha para o nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Agora, para as considerações finais o Excelentíssimo Deputado Carlos Andrade, da Comissão de Minas e Energia.

O SR. CARLOS ANDRADE – Pessoal, eu quero neste momento, parabenizar o Estado de Rondônia, parabenizar por essa

discussão, parabenizar porque vocês colocaram um jovem Parlamentar ali. Essa Audiência não poderia estar acontecendo hoje, ele fez um Requerimento para fazer essa solicitação para essa Audiência, e não sei se vocês têm conhecimento, mas, o Maurício Calixto, o senhor Maurício Calixto que estava bem aqui, eu estava de olho nele, mas ele deu uma escapulida e essa Audiência ela precisa ser votada pelos Parlamentares que fazem parte daquela Comissão. Foi rejeitado no primeiro momento, e para que acontecesse esse evento aqui hoje, nós fizemos, nós demos uma volta na mesa, eu coloquei um Requerimento assinado com o Deputado Expedito Netto e com o Deputado Joaquim Passarinho. Essa Audiência está acontecendo aqui porque ele na sua jovialidade, mas no seu interesse em querer discutir, porque aquela Comissão não queria discutir esse assunto por Estado, queria discutir lá na Câmara dos Deputados. E nós nos reunimos ali muito rapidamente, e eu estou aqui como convidado desse jovem Parlamentar. E digo-lhe, se você fosse do meu Estado eu teria orgulho de ter Parlamentar representando o meu povo. Pela questão que você fez em trazer essa discussão, e só você mesmo para me trazer hoje aqui depois dessa semana de reforma política. Mas, dizer a vocês que estão muito bem representados pelas questões que ele está fazendo, pelo empreendimento que ele está fazendo ali naquele Parlamento, se tem alguma dúvida, se paira alguma dúvida com questão a jovialidade desse Parlamentar que aqui está, o Deputado Expedito, por favor, não fiquem, porque nós já empreendemos naquela transposição da MP 660 que afetava os servidores dos ex-territórios de Roraima, do Amapá e de Rondônia e ele estava lá aguerrido juntamente conosco, ele viu que nós chegamos a trabalhar a presidência da Mesa naquela oportunidade, porque nós tínhamos interesse e digo a vocês que estão aqui nesta tarde, esta discussão que está acontecendo aqui, vocês estão discutindo por melhorias no sistema elétrico, no sistema energético. O Estado de Rondônia está interligado ao sistema nacional, nós estamos discutindo as consequências do que foi colocado.

O Estado de onde eu venho, queridos, há duas semanas eu estava com o Ministro de Minas e Energia e com o Ministro da Justiça, tem uma questão indígena que não está permitindo a construção de uma linha entre Manaus e Boa Vista, por conta dos royalties para aquelas comunidades indígenas ali, o Waimiri Atroari. 500 mil habitantes estão ali ansiosos, essa discussão que nós estamos fazendo aqui por consequência, o Pastor Rosan, legítimo, eu acho que nós temos que discutir realmente aquelas diferenças pelos grandes empreendimentos. O Vereador César, de Candeias, a tributação que não fica no Estado e o Estado de Rondônia contribui com uma geração enorme, inusitada para o resto do Brasil, para um sistema produtivo, legítimo sim, justo sim, acredito que sim, porque é que a tributação não fica aqui? Acabei de falar ao ouvido do nosso amigo, do nosso parceiro Deputado Expedito Netto, essa é uma questão que nós devemos levar a Comissão de Minas e Energia, uma questão que nós devemos levar ao Ministério de Minas e Energia e discutirmos isso porque ficam as consequências do empreendimento, e nós dois fazemos parte dessa Comissão, eu estou aqui para dar apoio, recebi o convite dele, falei que estaria aqui, só que eu não sabia que essa discussão seria tão intensa e tão aguerrida.

Povo de Rondônia, senhores Parlamentares, a todos vocês que estão aqui, vocês me deram uma aula nesta manhã pela discussão que vocês estão promovendo nesta Casa. Aqui é legítimo e é a Casa do Povo, quem faz o empreendimento realmente tem o seu direito, tem a sua legitimidade, mas quem fica com consequência também tem a sua legitimidade e as coisas só são boas quando é bom para todos e nós precisamos buscar esse equilíbrio, nós precisamos buscar esse equilíbrio e quero dizer a você Expedito Netto, meu parceiro, conte conosco nas questões que afetam Rondônia, nas questões do setor elétrico pode contar conosco, estamos à disposição e desde já, desde já eu quero dizer a você, se prepare porque vou mandar minha fatura.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – A próxima meu companheiro, eu só quero você aqui. A próxima Audiência Pública é para tratar sobre a 660, Roraima está junto Rondônia está junto, eu quero você junto, na 660 eu vou está junto.

O SR. CARLOS ANDRADE – Não. Dezembro eu estou aqui porque o Presidente da Eletrobrás distribuidora... Rondônia me falou que me daria 2.000 casas ligadas, não foi isso pessoal?

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Quase 6.000, se possível 6.000.

O SR. CARLOS ANDRADE – 2.000 casas ligadas, e eu venho falar, pessoal, deixa eu confessar, eu sou do setor elétrico, sou empregado da empresa de uma distribuidora de energia elétrica, eu tenho 30 anos no setor elétrico, eu fiz as perguntas porque eu tenho o conhecimento de causa, fui para a Comissão de Minas e Energia porque sei das necessidades e conhecemos a causa, e precisamos trabalhar, tem consequência disso, já estive com o Ministro de Minas e Energia. Quanto a questão de Roraima já existe com o Ministro da Justiça porque a FUNAI... nada com a questão indígena, porque na verdade, tem questões que nós não entendemos, a população não entende e eu que represento o povo, não entendo. Em Roraima, os indígenas não querem que a linha passe nas margens da BR-174 que vai atender 500 mil habitantes, mas, no Acre aonde o traçado entre Cruzeiro do Sul e Rio Branco, o traçado foi feito por fora da comunidade indígena, à comunidade indígena quer que passe por dentro da comunidade indígena. Pelo amor de Deus, perguntei isso ao Ministro, e deixa eu falar um negócio a vocês, se nós estamos ruins pode piorar. Deixa dar uma notícia para vocês, o Presidente da Eletrobrás, sabe disso, vocês apertaram, nós apertamos a Eletrobrás aqui como nós quisemos. A Eletrobrás, a Holding, não é a Eletrobras Distribuidora. Na Audiência Pública que nós tivemos... Sr. Presidente, eu já vou encerrar. Na Audiência Pública que nós tivemos lá na Comissão de Minas e Energia e o Ministro é amazônica como nós, eu fiz a seguinte indagação a ele: Ministro Eduardo Braga, o Ministério de Minas e Energia tem 08 Distribuidoras de Energia, das 08, pelo menos 06 delas dão prejuízo para o grupo Eletrobrás e para o Governo brasileiro, qual é a visão do Governo brasileiro com essas empresas? vai privatizar? Eu fiz essa pergunta a ele. Porque na verdade numa região nossa, numa reunião amazônica como nós temos, tem o preço do desenvolvimento, e nenhum investidor vem para cá para investir e ver em questões

sociais, e isso é responsabilidade também do Governo, sim, pode não ser feito com excelência, mas se privatizar isso aí, esqueçam isso. Eu fiz essa pergunta, porque todo o Norte praticamente as distribuidoras, Presidente, fazem parte do Grupo Eletrobrás, Rondônia/Eletrobrás, Acre/Eletrobrás, Roraima/Eletrobrás, Amazonas/Eletrobrás, tem mais uma que eu não me recordo agora, fora o Amapá que está federalizando. E tem duas que são do Nordeste, que é Alagoas e a CEPISA que fica no Piauí. Então, o que eu quero dizer com isso? Se forem privatizadas essas concessionárias, distribuidoras de energia elétrica, quem vai sofrer não é a empresa, pessoal, é a população, porque tem um cunho social ainda atrelado a tudo isso. Porque é uma obrigação e uma competência do Governo Federal fazer esses investimentos. Então, isso nos preocupa. E eu fiz essa pergunta ao Ministro e ao término da Audiência eu vi que ele deu uma esquivada e eu voltei com a questão: “Ministro, o senhor não respondeu à questão. O que vocês vão fazer com as distribuidoras de energia elétrica”? Porque quando você fala “distribuidora”, o cliente, o consumidor fica de cara com o Presidente da Eletrobrás Rondônia, ele não fica com a Eletronorte, ele não fica com a Santo Antônio, ele não fica com a Jirau. Quem atende o cliente é a distribuidora. A sua fatura sai... porque esse é todo um processo. Tem geração, que no caso aqui, Rondônia tem Santo Antônio, Jirau e tem Samuel, não é? Eletronorte. Aí você vem, transmissão: Eletronorte. Distribuição, são as distribuidoras. É ela que nos atende, é ela que atende o consumidor final. Então, na minha concepção é o pior dos mundos. Então, quando o Ministro se esquivou dessa pergunta eu simplesmente retifiquei, ratifiquei e ele disse: “Deputado Carlos Andrade, nós estamos com um estudo e não sabemos ainda o resultado. Está em estudo e nós vamos nos posicionar mais para frente.” Por quê? Porque o governo não quer se posicionar sobre isso, mas as empresas, hoje, o Presidente está aqui, elas dão prejuízo para o Governo brasileiro. É isso, senhor Presidente? Falei alguma coisa fora da realidade?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Não.

O SR. CARLOS ANDRADE - Todas não. Exceto duas empresas que não dão prejuízo para a Eletrobrás, das distribuidoras. As outras todas dão prejuízo. Então, queridos, acho legítimo, vocês me deram uma aula aqui, o pessoal, o Calixto, eu acho que foi muito, todos vocês foram muito bem. E queria pedir a vocês, não desistam.

Aqui neste ambiente, aqui neste plenário nós temos sonhos, nós temos filhos. Não desistam daquilo que vocês acreditam. E quero me colocar à disposição do povo de Rondônia, e naquilo que eu puder somar eu estou à disposição, podem falar com o nosso amigo, o Deputado Expedito.

Quero parabenizar vocês, porque escolheram um jovem, mas que camaradazinho brigão esse, viu! Parabéns a vocês pela escolha que fizeram.

Só para não sair daqui... o Presidente da Casa, amigo. Eu queria agradecer ao Presidente Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Assembleia e por nos, anfitrião, nosso anfitrião e nos recepcionar, recepcionar esta Audiência. Penso que foi uma discussão muito salutar, levantou, eu acho que vai dar uma motivação para nós continuarmos nessa briga

que é de todo interesse do povo de Rondônia. Ao Deputado Alex, ao Deputado Expedito Netto por nos convidar para estarmos aqui para falar de um tema que não afeta só o Estado de Rondônia, mas afeta Rondônia, afeta Roraima, afeta o Amazonas, afeta todo o Brasil, pela coragem que vocês tiveram, não é? Agradecer ainda ao Luiz Marcelo, Presidente da Eletrobrás. Já tinha falado com ele algumas vezes ao telefone, nosso amigo e parceiro do setor elétrico e eu tenho certeza que o que for possível fazer, ele vai está dando apoio para a sociedade para as questões que, na melhoria da qualidade de energia elétrica. E nós nos colocamos à disposição também, Presidente, na questão de recurso que puder vir para cá para atender essa população, porque o Norte do Brasil, eu penso que nós temos uma desigualdade quando a gente trata da dessa questão, tanto de investimento quanto da questão social.

Ao senhor Gerardo Martins, Presidente da EMDUR; a Doutora Daniela, que já saiu, a Promotora de Justiça, representando o Ministério Público; ao Dr. Marcus Edson, Subdefensor que teve que sair também; Robson Percy, meu amigo, foi o Gerente Regional, é o Gerente Regional aqui da Eletronorte. Agradeço a todos vocês, aos Vereadores que aqui vieram para prestigiar, a todos vocês, a população rondoniense que está aqui, que esteve aqui, meu muito obrigado por vir prestigiar e não só prestigiar, mas discutir uma questão que não é de Rondônia, nós entendemos que é uma questão do Brasil. E nós precisamos fazer parte dessa questão da qual nós temos interesse, porque ninguém dá espaço para ninguém, e nós precisamos ocupar esse espaço que é nosso.

Muito obrigado a todos.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Com a palavra, o Presidente Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Expedito Netto, quero cumprimentá-lo e desde já parabenizá-lo pela iniciativa, pela propositura desta Audiência de tão importância para o Estado de Rondônia. Um tema que já foi um pouco debatido aqui, mas agora debatido aqui com a Comissão de Brasília, com o nosso colega que eu conheci hoje, Deputado Federal, com grande conhecimento na área, faz parte da Comissão de Minas e Energia, Deputado Carlos Andrade, que conhece bastante do tema. Fiquei feliz de vê-lo bem a vontade, como se estivesse mesmo, lá no Congresso, ou na Assembleia do seu Estado. Que bom que Vossa Excelência realmente vê em Rondônia... eu fico feliz de ver sua preocupação com temas importantes como esse, que afeta não só Rondônia, mas o Brasil. Energia, hoje é o Brasil todo, está preocupado com a energia. Portanto, parabéns. Muito bem vindo, e esta Casa está à disposição de Vossa Excelência.

Cumprimento o Presidente Luiz Marcelo Reis, que é o Diretor, Presidente da Eletrobrás, que foi convidado para estar nesta Audiência, para dar uma explicação a nossa sociedade, porque hoje quando se fala em energia, no consumidor, cada dia nós escutamos uma coisa diferente da outra. O pessoal fala: “eu pago cem reais de energia, pagava cem, esse mês veio trezentos e cinquenta”. Como se explica isso? E nós, nosso papel é legislar, fiscalizar, esse é um dos papéis que faz parte desta Casa, de cobrar. Mas muitas vezes nós não temos conhecimento, nós não sabemos como explicar e eu acho até

difícil Presidente, até vocês mesmo, como explicar um aumento às vezes de cem para trezentos e cinquenta. Chegou aqui o jornalista, ex-deputado federal Maurício Calixto, ele falou assim: “rapaz, eu recebo tanta reclamação”, ele tem um programa aqui de grande audiência. Ele disse: “eu pagava mil reais de energia lá em casa, esse mês foi para mil e oitocentos”. Não dá, não tem explicação um aumento de oitenta por cento, noventa por cento, só na energia dele, ele falava agora. E assim a gente escuta constantemente. E a cobrança que nós temos maior, hoje, a cobrança maior que nós temos, Deputado Alex Redano, é que nós somos exportadores de energia. Nós, hoje exportamos energia para o Brasil inteiro e aí falta energia aqui. Esses dias mesmo, nós tivemos uma Sessão aqui bastante debatida com o pessoal de Espigão do Oeste, com a Deputada Lúcia Tereza, porque o pessoal que tem os tanques de leite, que refrigeram o leite lá na área rural, porque é um município que produz bastante leite, eles estão perdendo o leite, as pessoas estão deixando de vender porque há muita queda de energia. Nós cobramos da CERON e o pessoal mandou fazer uma vistoria para tentar fazer essa correção lá, mas é muito prejuízo. E assim, são outros Municípios. Eu vi agora a pouco, o vereador já foi embora, é que o vereador de Espigão está aqui, o nosso amigo, vereador de Espigão, o Décio Lagares, já falou também, não é Décio?! meu amigo. Ele sabe como a reclamação é grande lá em Espigão, não é Décio?! Eu vi também um vereador do Município de Buritis, de Candeias estava aqui também, de Ji-Paraná. Mas o de Buritis, por exemplo, a energia, eu até quero depois conversar com o Presidente para ver como está a programação de chegar a energia lá, porque parece que só vai até Monte Negro e não temos uma energia interligada hoje, e parece que tem orçamento, já está dois, três anos para ser construída a rede, e é cobrança bastante, que chega nesta Casa. Mas, eu vi aqui o Lima Neto, alguns Presidentes de bairros, que, constantemente estão aqui cobrando também, as quedas de energia nos seus bairros. Então, Presidente, é importante que Vossa Excelência esteja em uma Audiência como esta. Eu sei que isso chega bastante, pois se cobram da gente, cobram também de vocês, mas é preciso que realmente se tome providências nessas situações. Se nós temos a energia, exportamos energia e nós não temos qualidade de energia em nosso Estado, é preciso que nós tenhamos uma gestão para que se possa... vocês tenham uma gestão que possa realmente resolver essas inadimplências que são muitas. E como o Deputado falou lá no início, o Deputado Expedito Netto, da pergunta, se alguém faz um rabicho, um gato, como se diz, e não paga energia, alguém tem que denunciar? eu acho que tem que ser denunciado, porque é o consumidor que vai pagar, mas isso não é culpa da gente, é culpa da empresa. A empresa, ela realmente tem que ter alguém na gestão, tem que ter alguém que fiscalize, tem que ter alguém que faça essa correção, porque se não, se for deixar para o povo mesmo denunciar, eu penso que é difícil, é possível que um vá ajeitar para o outro puxar o rabicho como se diz e então é muito difícil deixar para que a população possa entregar ou denunciar, um ou outro vai denunciar, mas normalmente é difícil isso acontecer. Agora, é preciso que a Eletrobrás venha realmente resolver essa situação, porque essa demanda é bastante cobrada nesta Casa, e eu quero parabenizar o Deputado Expedito Netto, por chamar mais esta responsabilidade no vosso mandato e o

Deputado Carlos Andrade, por estar preocupado com esse tema e podendo estar hoje, poderia estar lá no seu Estado, fazendo política no seu Estado, mas está aqui no nosso Estado, ajudando a resolver um problema que se encontra no Brasil, que está sob a vossa responsabilidade, que é a Comissão que vocês exercem como Presidente e como membro da Comissão de Minas e Energia. São temas que passam por lá e que passam por esta Casa. E aqui, eu quero me colocar mais uma vez à disposição, como Presidente desta Casa, quantas vezes forem discutir temas como este, esta Casa está de portas abertas para receber Vossas Excelências, cada um de vocês, para que possamos discutir e chegar ao de melhor para a nossa sociedade, para a nossa população que tanto espera.

O SR. EXPEDITO NETTO (Presidente) – Gostaria de encerrar este evento, agradecendo a todos que compareceram. Mito obrigado a todos os Presidentes de bairros, muito obrigado a todos os Vereadores, muito obrigado a todos os Prefeitos. Um agradecimento especial ao nosso Presidente Maurão, muito obrigado por ter cedido a Casa, muito obrigado Deputado Maurão; esta é a Casa do Povo e é aqui que se discutem os problemas do povo.

Muito obrigado a todos vocês, tenham todos, uma ótima semana e fiquem todos com Deus que é a melhor companhia.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 14 horas e 42 minutos)

**ATA DA 30ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 02 de junho de 2015

**Presidência do Sr.
Lebrão – 1º Secretário**

**Secretariado pelo o Sr.
Jesuino Boabaid - Deputado**

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Cleiton Roque (PSB), Ezequiel Júnior (PSDC), Luizinho Goebel (PV), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT)

(Às 19 horas e 31 minutos é aberta a Sessão)

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 30ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Solicito a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário a proceder a leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 154, de 26 de julho de 1996.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 015/15 de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid.

Os Deputados favoráveis vão votar com votação nominal. Os favoráveis votam “sim” os contrários votam “não” o painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 17 votos favoráveis, e dois votos contrários está aprovado o Projeto nº 015/15.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 061/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, que

dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências”.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 061/15 do Deputado Maurão de Carvalho. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 074/15 DO DEPUTADO LÉO MORAES, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Clube do Laço os Arrojos – ACECOLA.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 074/15 do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – Encerrada as Matérias da Ordem do Dia.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Solicito que Vossa Excelência, 1º Secretário, faça a leitura do Ato.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – Ato nº 011/2015-P/ALE.

Cancela a realização das Sessões Ordinárias e das Reuniões de Comissões dos dias 09 e 10 de junho de 2015.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das suas atribuições regimentais, e considerando o deslocamento da participação dos Parlamentares na 19ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – CNLE, com o tema “Mudanças Globais e os Novos Rumos” que acontecerá nos dias 10, 11 e 12 em Vitória, Espírito Santo, promovido pela UNALE – União Nacional dos Legisladores do Legislativo Estaduais.

Resolve:

Artigo 1º - Cancelar a realização das Sessões Ordinárias e das Reuniões de Comissões dos dias 09 e 10 de junho de 2015.

Artigo 2º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Presidência 02 de junho de 2015.

Deputado Maurão de Carvalho – Presidente da Assembleia Legislativa/RO.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Lido o Ato.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária com a finalidade de apreciar os Vetos nº 019/15 e Veto Total nº 015/15.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 37 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2400/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **AGAR MALTA BELEZA**, Assessor Técnico, para o Código AT-14, do Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 11 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2308/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ALESSANDRA SALES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, que exerce no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2458/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ALEXANDRE ANDRADE CANOSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, que exerce no Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 15 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2386/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ANA CELIA RODRIGUES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária de Apoio, código DGS-9, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2391/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **ANTONIO MARCOS DE SOUZA NOBREGA**, Assessor Técnico, para o Código AT-22, do Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 09 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2302/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS DE MORAIS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, que exerce na Assembleia Legislativa, a contar de 18 de junho de 2015.

Porto Velho, 02 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2306/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **ARINO PASSOS VIEIRA**,

para Assessor Técnico, do Departamento Legislativo, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 03 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2467/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

CARLOS ANDRE MORAES CORREA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 15 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2525/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

CAROLAINY GONÇALVES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, que exerce no Gabinete da 3ª Secretaria - Deputado Alex Redano, a contar de 30 de junho de 2015.

Porto Velho, 23 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2497/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

CELI DA SILVA NOBREGA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete da Deputada Glaucione, a contar de 02 de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2499/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação dos Servidores relacionados, para o Gabinete da 2ª Vice Presidência – Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

CHRISTIANNE FERNANDES DIAS GOMES
ELIEUDO PEIXOTO GOMES
IRIMAR INAJOSA FERREIRA

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2383/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **CLAUDIO ALVES DA SILVA**, para Chefe de Divisão de Publicidade e Propaganda, código DGS-4, do Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2484/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

CLAUDIO DA SILVA LOPES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2486/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **CYNTHIA DORIGHETTO BONIFACIO RIBEIRO**, Assessor Técnico, para o Código AT-22, do Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2468/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

DAIANA GOMES FARIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 15 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2520/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

L O T A R

DANIEL OLIVEIRA PAIXAO, Auxiliar Administrativo, matrícula nº 253, pertencente a Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal/RO, no Gabinete da Deputada Glaucione, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 22 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2327/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **DANIELA ALVES MOTA**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para a Escola do Legislativo, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2456/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

DANYELE VILELA GONÇALVES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, que exerce no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 15 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2502/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

DEBORA FERREIRA DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2500/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **DIERICA NUNES DA SILVA**, Assistente Parlamentar, para o Código ASP-20, e relatar no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2504/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

EDILENE JUSTO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2388/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

EDNEI FERREIRA DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-17, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2509/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

EDVALDO JUNIOR DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-20, no Gabinete da 2ª Vice Presidência - Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2366/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

EDVAN PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, Ref. ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 09 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2503/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ELIA DE SOUZA FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2392/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ELIANA DE ANDRADE FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, no Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2384/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **ELIENIO DE NAZARE NASCIMENTO**, para Chefe de Divisão de Mídia Eletrônica, código

DGS-4, do Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2399/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **ELINE AGUIAR DE OLIVEIRA**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para a Corregedoria Administrativa, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 11 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2304/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ERIQUE RODRIGUES MARQUES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, Ref. ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 02 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2446/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **FLAVIA RENATA METCHKO**, Assessor Técnico, para o Código AT-26, do Departamento de Engenharia, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 15 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2496/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

GELSON GENOINO BORBA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-07, que exerce no Gabinete da Deputada Glaucione, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2334/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

GENILDA DE JESUS FERRAZ SOARES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-22, que exerce no Gabinete da Secretaria Administrativa, a contar de 30 de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2387/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

GEOVANI BERNO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2493/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

GILSON DE SOUZA MATIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, Ref. ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 04 de maio de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2483/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

GUSTAVO AUGUSTO SILVA GOES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, que exerce no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2517/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **HELIANA TAVARES DA SILVA E SILVA**, para Assistente Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2393/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

HUDSON MATHEUS FREITAS SILVA ARAUJO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico,

código AST-07, na Escola do Legislativo, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2361/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

IRENIR DE JESUS MARQUES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, que exerce no Gabinete da Presidência, a contar de 30 de junho de 2015.

Porto Velho, 09 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2518/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **JANE MEIRE CALDEIRA TORRES**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

ATO Nº2389/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

JOAO CARLOS TEIXEIRA PINHEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-19, no Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2505/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

JOAO FELIPE SAURIN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Herminio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2495/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

JOSE BARBOSA REIS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-25, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2529/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

LOTAR

JOSE CARLOS PEREIRA PAIM, Professor Classe C, matrícula nº 300088436, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, no Gabinete do Deputado Jean Oliveira, a contar 05 de maio de 2015.

Porto Velho, 29 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2513/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

JOSE EVARISTO DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-21,

no Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2487/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

JOSE GOMES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, que exerce no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2326/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação dos Servidores relacionados, para a Corregedoria Administrativa, a contar de 1º de junho de 2015.

JULIANA CRISTINA SCHABATOSKI FERREIRA
AUZIVANIA VIEIRA DA SILVA
FERNAO LEME CARVALHO
LEONARDO ALENCAR MOREIRA
VIVIAN CAROLINE MENDONÇA CHAVES

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2330/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **LAIS TALITA ARAUJO MAGALHAES**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para

o Departamento de Informática, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2492/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **LAIZ DE OLIVEIRA MACHADO LEIVA DE FARIA**, Chefe de Cartório, Assessor Técnico, para o Código AT-28, da Corregedoria Administrativa, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2459/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

LARISSA LIMA MATOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-26, no Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 15 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2394/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

LAUREN BRAGA NEVES FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, na Secretaria Especial de Engenharia e Arquitetura, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2329/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **LEIA BATISTA**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Departamento de Logística, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2333/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **LUANA QUINTAO DE MORAES LEMOS GUSHIKEN**, que exerce o Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2408/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LUCAS MORAIS DE CARVALHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, na Escola do Legislativo, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 11 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2405/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **LUIZ OZORIO BRAGA**, Assistente Técnico, para o Código AST-21, do Departamento da Polícia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 11 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2501/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **MAINNE RENATA MARQUES LUSTOSA**, Assistente Parlamentar, para o Código ASP-22, e relatar no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2485/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARCIA COELHO DE MELO RAMOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-15, no Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2382/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARCIO ROZANO DE BRITO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-24, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2527/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

MARIA CRISTINA LAGASSE BARLOESIU, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, que exerce no Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, a contar de 30 de junho de 2015.

Porto Velho, 24 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2524/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

MARIA DO CARMO SILVA CORREIA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, que exerce no Gabinete da Deputado Alex Redano, a contar de 30 de junho de 2015.

Porto Velho, 23 de junho 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2506/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

MARILDA BEZERRA CAVALCANTE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2512/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

MARINES DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, no Gabinete da 4ª Secretaria- Deputada Rosângela Donadon, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2406/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **MARIO CESAR ORTIZ DE BRITO**, Assessor Técnico, para o Código AT-21, do Departamento da Polícia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 11 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2498/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

Os servidores relacionados, do Cargo de Provimento em Comissão, que exerce no Gabinete da 2ª Vice Presidência – Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Nome	Código
MARIUSA AZEVEDO	AP-27
ODETE PERES BARROSO	AT-27

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2488/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MEGARON ANTONIO MARTINS MAIA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-26, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2494/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **MIRIAN DONADON CAMPOS**, para o Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2457/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **MIRIAN DOS SANTOS PINTO SILVA**, Assistente Parlamentar, para o Código ASP-26, e relatar no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 15 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2510/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

NELMA LOPES VIEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-12, no Gabinete da 2ª Vice Presidência - Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2331/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação dos Servidores relacionados, para a Secretaria Especial de Engenharia e Arquitetura, a contar de 1º de junho de 2015.

- NELSON JUNIOR GOMES DE SOUZA
- RAPHAEL PAPAFAANURASKI P. PEREIRA

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2332/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **NILSE MARIA PINTO DE OLIVEIRA**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para a Superintendência de Finanças, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2367/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ORIDES BERTACCO JUNIOR, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, Ref. ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 09 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2526/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:
A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **OSMARINA BARBOSA DE ARAUJO**, Assessor Parlamentar, para o Código AP-25, do Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 23 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2390/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

PATRICIA MUZUCO WATANABE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-27, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2402/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

L O T A R

PAULO CESAR DEPIERI, Agente Penitenciário, matrícula nº 300017166, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, no Gabinete da Presidência, a contar 1º de fevereiro de 2015.

Porto Velho, 11 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2307/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

RAICLEISSON AGUIAR GOMES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete da Presidência, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2507/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

RAIMUNDA ALMEIDA CAMPOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-07, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2515/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

L O T A R

ROGERIO SIDINEI GOLFETTO, Monitor de Ensino III, matrícula nº 2589, Pertencente ao Quadro Permanente do Município de Vilhena, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2401/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **ROSILEIDE SOARES DOS SANTOS**, Assessor Técnico, para o Código AT-14, do Departamento Médico, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 11 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2508/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

ROZAURO CORREA DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2385/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **SERGIO IBANEZ DA SILVA PIRES**, para Chefe de Divisão de Revisão, código DGS-4, do Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 10 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2516/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **VANDERLEIA IRACEMA**

TOLEDO, para Assessor Técnico, e relotar na Corregedoria Administrativa, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2328/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **VANESSA SILVA MENDONÇA**, que exerce o Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Departamento de Arquitetura, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 08 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2511/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação do Servidor **WALTER FONSECA MACHADO**, que exerce o Cargo em Comissão de Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Hermínio Coelho, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 16 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº2299/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

WANDSON LIRA DE BRITO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Militar, Ref. ASM, na Secretaria de Segurança Institucional, a contar de 1º de junho de 2015.

Porto Velho, 02 de junho de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral